

REVISTA DE EXTENSÃO DA UNITAU

*Edição especial*  
ABRUEM



**UNITAU**  
Universidade de Taubaté

# EX TEN SÃO

EDIÇÃO ESPECIAL ABRUEM | ABRIL 2024 | ISSN 1984-3992



**4**   
**ENCONTRO DE EXTENSÃO DA  
ABRUEM**

A capilaridade da  
extensão universitária:  
o papel das universidades  
estaduais e municipais





## **ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR**

Reitora

**Profa. Dra. Nara Lucia Perondi Fortes**

Vice-reitor

**Prof. Dr. Luiz Carlos Maciel**

Pró-reitor de Administração

**Prof. Dr. Renato Rocha**

Pró-reitora Estudantil

**Profa. Dra. Alexandra Magna Rodrigues**

Pró-reitora de Extensão

**Profa. Dra. Leticia Maria P. da Costa**

Pró-reitor de Economia e Finanças

**Prof. Dr. Antonio Ricardo Mendrot**

Pró-reitora de Graduação

**Profa. Dra. Máyra Cecilia Dellu**

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

**Profa. Dra. Mônica Franchi Carniello**



## EXPEDIENTE EDITORA

### EdUNITAU

- | **Diretora-Presidente:**  
Profa. Dra. Nara Lúcia Perondi Fortes

### Conselho Editorial

- | **Pró-reitora de Extensão:**  
Profa. Dra. Leticia Maria Pinto da Costa
- | **Assessor de Difusão Cultural:**  
Prof. Me Luzimar Goulart Gouvêa
- | **Coordenadora do Sistema Integrado de Bibliotecas:**  
Shirlei de Moura Righeti
- | **Representante da Pró-reitoria de Graduação:**  
Profa. Emari Andrade
- | **Representante da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação:**  
Prof. Dr. Lourival da Cruz Galvão
- | **Área de Biociências:**  
Profa. Dra. Milene Sanches Galhardo
- | **Área de Exatas:**  
Prof. Dra. Érica Josiane Coelho Gouvêa
- | **Área de Humanas:**  
Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves
- | **Consultora Ad hoc:**  
Profa. Dra. Adriana Leônidas de Oliveira

### Projeto Gráfico

- | **NDG** – Núcleo de Design Gráfico da Universidade de Taubaté
- | **Capa:** Alessandro Squarcini
- | **Diagramação:** Rafael Campos de Jesus e Rayan O. Gardim Monteiro
- | **Imagem capa:** Pavão – Figureiras de Taubaté
- | **Revisão:** dos autores
- | **Impressão:** Eletrônica (e-book)

ISSN: 1984-3992

### Copyright © by Editora da UNITAU, 2024

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.



**OS TEXTOS DOS ARTIGOS, SEUS POSICIONAMENTOS  
TEÓRICOS, SUAS CONCEPÇÕES METODOLÓGICAS, ALÉM  
DO PROCESSO DE FORMATAÇÃO E A CONSTRUÇÃO GERAL  
SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES.**

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	07
EDITORIAL.....	08
CAPILARIDADE DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UNIRV.....	09
UNIVERSIDADE DE RIO VERDE	
A CAPILARIDADE DA EXTENSÃO NO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MINEIROS:.....	15
IMPACTOS NO TERRITÓRIO GOIANO	
CAPILARIDADE DA UNIOESTE NO ENSINO E NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	24
A CABEÇA PENSA CONFORME ONDE OS PÉS PISAM:.....	31
VALORIZAR A CAPILARIDADE DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO MEIO DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE E DA UNIVERSIDADE	
A EXTENSÃO DA UNITINS NO TOCANTINS PROFUNDO.....	40
CARTOGRAFIA DOS MOVIMENTOS DA EXTENSÃO NA UNEB.....	52
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, UM CONCEITO EM DISPUTA.....	65
PROGRAMA SAÚDE DA CRIANÇA:.....	71
AÇÕES PREVENTIVAS DA OBESIDADE E DESNUTRIÇÃO INFANTIL	
PROJETO DE EXTENSÃO ESPORTE NA UENP.....	78
INICIAÇÃO ESPORTIVA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
TRAJETÓRIA DO PROGRAMA 3ª IDADE NA UNIVERSIDADE.....	86
ESTADUAL DE ALAGOAS: APRENDIZAGENS, SABERES E EDUCAÇÃO	
NA ESTRADA DA EXTENSÃO: A CONSTRUÇÃO DA PRÁXIS.....	94
ARTICULAÇÃO ENTRE EXTENSÃO E PESQUISA:.....	101
PRODUTOS TÉCNICOS COMO FORMA DE INTERAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E PÚBLICOS NÃO-ACADÊMICOS E DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA MUNICIPAL	
EXTENSÃO E A EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA:.....	114
A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE ABERTA INTERGERACIONAL NA UEMA	

## APRESENTAÇÃO

Vimos trazer a público mais um número da Revista de Extensão da UNITAU (Universidade de Taubaté), a que chamamos de Edição Especial ABRUEM.

Esta edição é um momento de culminância do 4º Encontro de Extensão da ABRUEM, que se realiza na Universidade de Taubaté, no início do mês de abril de 2024. Esta publicação objetiva, então, promover a difusão da produção acadêmica de extensionistas do Brasil, configurando-se como um importante veículo voltado à disseminação do conhecimento e à interação entre múltiplos saberes e a atuação em extensão universitária, nas diversas áreas, fortalecendo a indissociabilidade desta dimensão com o ensino e a pesquisa.

De maneira mais ampla, este número centra-se nas discussões e na apresentação de resultados do fazer extensionista nas universidades estaduais e municipais, reflexo das atividades que as câmaras específicas propõem nos fóruns de discussão, quando indicam tratativas e encaminhamentos às diversas áreas que conduzem as políticas públicas de educação, nas suas diversas interfaces com outras áreas.

Uma das circunstâncias que presidem as atividades extensionistas nas universidades públicas é seu locus de atuação. As universidades federais quase

sempre estão nas capitais, o que representa uma redução do fazer extensionista, que, também quase sempre, não abarca populações amplas na distribuição territorial, ou seja, têm uma menor capilaridade. Por sua vez, as universidades estaduais e municipais envolvem uma diversidade de ações e de públicos bem maior. Esse “crescer” para as zonas interioranas é salutar, pelos benefícios específicos, e mesmo gerais, que podem levar às comunidades. Isso, em última instância, significa uma capilaridade muito maior, coisa a que devem estar atentos as pró-reitoras e pró-reitores destas universidades.

Este número da Revista conta com 12 artigos, cuja abordagem teórica mostra como isso pode contribuir com resultados objetivos, explicitando o suporte teórico que norteou a execução e a metodologia da ação de extensão, a constituição do universo de princípios, categorias, conceitos, formando um conjunto lógico, coerente, dentro do qual o trabalho fundamenta-se e desenvolve-se. Os artigos procuram responder: como foi a troca de saberes entre a equipe e a comunidade, como o trabalho discente impactou ou contribuiu em sua formação e responsabilidade social, quais os principais legados da ação.

Agora, convidamos à leitura dos textos!

**Profa. Dra. Letícia Maria P. da Costa**  
Pró-reitora de Extensão  
Universidade de Taubaté

## EDITORIAL

Para o editorial do volume especial da revista de extensão da Universidade de Taubaté, que aborda temas da extensão universitária com 12 artigos científicos, podemos destacar a importância da capilaridade dessas ações para a transformação da sociedade e da universidade. Os artigos apresentados advêm de diversas instituições de ensino, como o Centro Universitário de Mineiros, Unifimes, a UniRV, a Unioeste, a Uece, a Unitins, a Uneb, entre outras, demonstrando a abrangência e relevância da extensão universitária em diferentes contextos e regiões do Brasil.

Este volume especial da Revista de Extensão da UnitaU, preparado pela Câmara Técnica de Extensão da Abruem (Associação Brasileira das Reitoras e Reitores das Universidades públicas estaduais e municipais) destaca a interconexão entre extensão e pesquisa, bem como a importância dos produtos técnicos na interação com públicos não-acadêmicos e na divulgação científica, é essencial para enriquecer o debate sobre a extensão universitária. Além disso, os temas abordados nos artigos, como ações preventivas de saúde, iniciação esportiva, educação para

a terceira idade e construção da práxis, evidenciam a diversidade de abordagens e impactos positivos gerados por essas iniciativas.

A trajetória dos programas de extensão nas universidades mencionadas reflete o compromisso com a comunidade e o desenvolvimento regional, ressaltando a importância da extensão universitária como um pilar fundamental para a democratização do conhecimento e a promoção do bem-estar social. Por meio desses artigos, somos convidados a refletir sobre o papel ativo das instituições de ensino, sobretudo as estaduais e municipais que contribuem para a capilaridade do ensino, da pesquisa e da extensão, fortalecendo a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Nesse contexto, a revista de extensão da Universidade de Taubaté se destaca como um espaço de reflexão e disseminação do conhecimento produzido no âmbito da extensão universitária, contribuindo para o fortalecimento dessas práticas e para o estímulo de novas abordagens e parcerias em prol do desenvolvimento sustentável e da promoção da cidadania.

**Profa. Ma. Juliene Rezende Cunha**  
Reitora UNIFIMES

## **CAPILARIDADE DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UNIRV UNIVERSIDADE DE RIO VERDE**

Alberto Barella Netto<sup>1</sup>  
Vanessa Renata Molinero de Paula<sup>2</sup>  
Gilmar Oliveira Santos<sup>3</sup>  
Marcos Marcondes de Godoy<sup>4</sup>

**Resumo:** A Universidade de Rio Verde - UniRV consciente da sua importância para a formação do cidadão, tem se comprometido cada vez mais com a sociedade aumentando a capilaridade das ações extensionistas com o intuito de exercê-las nas mais diversas localidades. Este estudo teve a finalidade de caracterizar a capilaridade das ações de extensão universitária da UniRV. Para tanto, foram levantados os dados de todas as submissões realizadas no período compreendido entre janeiro de 2017 a março de 2024, destacando a capilaridade, quantidade de ações realizadas, bem como o número de docentes, discentes e servidores técnico-administrativo envolvidos, além do quantitativo de público participante das referidas ações. Como resultado, pode-se observar que as ações extensionistas se fizeram presentes em 22 diferentes cidades do estado de Goiás, Minas Gerais e Acre, contando com um público participante de 1.050.824, envolvendo a comunidade, docentes, discentes e servidores técnico-administrativos. Desta forma, pode concluir que a UniRV, considerada como uma das melhores universidades do país, tem buscado promover trocas de saberes e conhecimentos com as mais diversas populações residentes em vários locais do Brasil.

**Palavras Chaves:** Conquistas; Comprometimento; Conhecimento, Atendimentos.

## **CAPILLARITY OF THE UNIVERSITY EXTENSION OF UNIRV UNIVERSITY OF RIO VERDE**

**Abstract:** The University of Rio Verde – UniRV, aware of its importance for the formation of citizens, has become increasingly committed to society by increasing the capillarity of extension actions with the aim of carrying them out in the most diverse locations. This study aimed to characterize the capillarity of UniRV's university extension actions. To this end, data was collected from all submissions made in the period between January 2017 and March 2024, highlighting the capillarity, number of actions carried out, as well as the number of teachers, students and technical-administrative employees involved, in addition to the quantity of public participating in the aforementioned actions. As a result, it can be observed that extension actions were present in 22 different cities in the states of Goiás, Minas Gerais and Acre, with a participating audience of 1,050,824, involving the community, teachers, students and technical-administrative employees. In this way, it can be concluded that UniRV, considered one of the best universities in the country, has sought to promote the exchange of knowledge with the most diverse populations residing in various locations in Brazil.

**Keywords:** Achievements; Commitment; Knowledge, Service.

---

<sup>1</sup>Reitor na Universidade de Rio Verde (UniRV), Rio Verde, Goiás, Orcid: 0000-0003-0615-1865; E-mail: reitoria@unirv.edu.br; Escrita científica.

<sup>2</sup>Pró-Reitora de Extensão e Cultura na Universidade de Rio Verde (UniRV), Rio Verde, Goiás. Orcid: 0000-0003-4537-9811; E-mail: proext@unirv.edu.br; Escrita científica.

<sup>3</sup>Coordenador de Extensão na Universidade de Rio Verde (UniRV), Rio Verde, Goiás. Orcid: 0000-0002-4497-6107; E-mail: gilmar@unirv.edu.br; Levantamento e análise de dados.

<sup>4</sup>Diretor da Faculdade de Fisioterapia da Universidade de Rio Verde (UniRV), Rio Verde, Goiás. E-mail: fisioterapia@unirv.edu.br; Levantamento e análise de dados.

## Introdução

A extensão universitária compõe um dos pilares da universidade, que abrange os processos educativos, culturais e científicos, unindo o ensino e a pesquisa, promovendo uma relação entre universidade e comunidade (SIQUEIRA et al., 2019).

As ações extensionistas contribui uma formação profissional diferenciada, gerando impacto na formação do estudante, uma vez que para executá-las é necessário o protagonismo dos acadêmicos, o que contribui, portanto, para uma formação acadêmica, profissional, pessoal e humana (FLORES e MELLO, 2020).

O protagonismo dos alunos em atividades extensionistas é essencial para obter uma ampla visão da sociedade, para a promoção de um contato direto com a comunidade, além de possibilitar a compreensão de diversas necessidades que muitas vezes não são assistidas (LEOBETT et al., 2023).

A interação dialógica presente em todas as ações extensionistas, facilita a construção de conhecimentos, que juntamente com o ensino e a pesquisa, torna-se a base do ensino superior, contribuindo para que haja trocas de saberes e conhecimentos entre a universidade e a comunidade, auxiliando em uma transformação social, com informações e argumentos éticos e humanísticos (ALMEIDA, 2015).

Segundo os estudos de Silva (2020), a extensão universitária tem, dentre outros objetivos, fazer com que a comunidade se adentre à universidade, construindo conhecimentos a partir de suas vivências e experiências.

De modo geral, a extensão universitária possui a finalidade de transmitir o conhecimento produzido por meio do ensino e da pesquisa para toda a comunidade (LEOBETT et al., 2023).

Há tempos pode-se observar que o processo educacional vem assumindo o papel de ser responsável pela inserção e ascensão socioeconômica da comunidade, fato comprovado no Plano Nacional de

Extensão Universitária (2001/2002) quando propõe que:

As Universidades públicas brasileiras são instituições criadas para atender às necessidades do país. Estão distribuídas em todo o território nacional e em toda a sua existência sempre estiveram associadas ao desenvolvimento econômico, social, cultural e político da nação, constituindo-se em espaço privilegiado para a produção e acumulação do conhecimento e a formação de profissionais cidadãos.

Um desafio permanente para a consolidação da extensão universitária como prática pedagógica na formação docente é a garantia de sua continuidade e capilaridade, internas e externas à universidade, sendo possível a partir da ação contínua realizada junto a comunidades situadas nas mais diversas localidades (OTTAVIANO e BASSANI, 2022).

A importância da capilaridade da extensão universitária vem sendo destacada ao longo dos alunos não só no Brasil como no mundo, como destaca Fagundes (1985):

[...] inspirou-se, em termos de pesquisa, na Universidade alemã, dedicando-se desde logo ao ensino de pós-graduação e às atividades de extensão universitária. Estas [...] influenciaram e atenderam diferentes setores e segmentos da sociedade americana, desde o poder legislativo, os sindicatos urbanos até as comunidades rurais.

A Universidade de Rio Verde (UniRV) foi fundada em 1973 e tem apresentado um elevado crescimento e pode ser considerada atualmente como uma das principais Instituições de Ensino Superior do Estado de Goiás. Foi nomeada como, Fafi (Faculdade de Filosofia), Furv (Fundação Universitária de Rio Verde), FESURV (Fundação do Ensino Superior de Rio Verde) e no dia 24 de fevereiro de 2003, por meio da Lei nº 4.541, recebeu o título de Universidade de Rio Verde - UniRV.

Com uma longa e expressiva trajetória na educação superior, presente nos municípios de Rio Verde, Aparecida de Goiânia, Caiapônia, Goiânia, Goianésia, Formosa e Luziânia, a UniRV construiu uma história diferenciada das demais Uni-

versidades. Consciente da sua importância para a formação do cidadão, bem como do seu compromisso para com a responsabilidade social, procura não perder de vista a missão “Interagir com excelência no processo de desenvolvimento da sociedade atuando nas áreas do ensino, pesquisa e extensão para formar o Cidadão com postura ética, humanística e científica”.

A administração superior, docentes, servidores técnicos-administrativos e acadêmicos, tem transformado a cada dia esta Universidade em um local sério e de qualidade, oferecendo conhecimento para a comunidade local e regional, através de ações de extensão universitárias e práticas de ensino e pesquisa, aumentando a credibilidade acadêmico-científica junto à sociedade.

Desta forma, este estudo tem como objetivo, caracterizar a capilaridade das ações de extensão universitária da Universidade de Rio Verde - UniRV.

### **Procedimentos metodológicos**

O presente estudo foi realizado por meio da análise das ações de extensão universitária realizadas por docentes, discentes e servidores técnico-administrativos da UniRV desde o ano de 2017.

Todas as ações avaliadas foram desenvolvidas respeitando as diretrizes extensionistas propostas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (2012), sendo elas: Interação dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, Impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social.

Foram levantados os dados de todas as submissões realizadas no período compreendido entre janeiro de 2017 a março de 2024, destacando a capilaridade, quantidade de ações realizadas, bem como o número de docentes, discentes e servidores técnico-administrativo envolvido, além do quantitativo de público participante das referidas ações.

### **Resultados e discussão**

Apesar da UniRV ser uma Universidade pública municipal, tem-se preocupado constantemente em promover ações extensionistas com o maior número possível de pessoas, situadas nas mais diversas localidades, mesmo não sendo cidades onde haja Campus da instituição, cumprindo com os objetivos de promover a inclusão social e uma difusão mais ampla dos saberes conforme relatado por Rios e Corbellini (2019).

Pelo levantamento realizado no período compreendido entre janeiro de 2017 a março de 2024, foram realizadas 538 (Quinhentas e trinta e oito) ações de Extensão Universitária, envolvendo 20.293 (vinte mil duzentos e noventa e três) servidores docentes, técnico administrativos e discentes da UniRV, contando com 1.030.531 (Um milhão e trinta mil e quinhentas e trinta e uma) pessoas atendidas, garantindo a troca de conhecimentos acadêmicos advindos da universidade e conhecimentos populares advindos da comunidade (GADOTTI, 2017).

Em relação à capilaridade das ações de extensão pode-se verificar os seguintes resultados que estão divididos por municípios e/ou zonais rurais, distritos e povoados:

#### **Município de Rio Verde (GO)**

- 251 ações de Extensão Universitária;
- 10.212 servidores docentes, técnico administrativos e discentes da UniRV;
- 513.001 pessoas atendidas.

#### **Município de Goiânia (GO)**

- 34 ações de Extensão Universitária;
- 1.382 servidores docentes, técnico administrativos e discentes da UniRV;
- 69.412 pessoas atendidas.

#### **Município de Goianésia (GO)**

- 131 ações de Extensão Universitária;
- 5.327 servidores docentes, técnico administrativos e discentes da UniRV;
- 267.622 pessoas atendidas.

- Município de Formosa (GO)
- 70 ações de Extensão Universitária;
  - 2.847 servidores docentes, técnico administrativos e discentes da UniRV;
  - 142.997 pessoas atendidas.

- Município de Luziânia (GO)
- 1 ação de Extensão Universitária;
  - 26 servidores docentes, técnico administrativos e discentes da UniRV;
  - 500 pessoas atendidas

- Município de Caiapônia (GO)
- 1 ação de Extensão Universitária;
  - 15 servidores docentes, técnico administrativos e discentes da UniRV;
  - 200 pessoas atendidas.

- Município de Montividiu (GO)
- 3 ações de Extensão Universitária;
  - 40 servidores docentes, técnico administrativos e discentes da UniRV;
  - 2.400 pessoas atendidas.

- Município de Santa Helena de Goiás (GO)
- 1 ação de Extensão Universitária;
  - 7 servidores docentes, técnico administrativos e discentes da UniRV;
  - 36 pessoas atendidas.

- Distrito de Riverlândia (GO)
- 1 ação de Extensão Universitária;
  - 40 servidores docentes, técnico administrativos e discentes da UniRV;
  - 2.400 pessoas atendidas.

- Distrito de Ouroana (GO)
- 1 ação de Extensão Universitária;
  - 51 servidores docentes, técnico administrativos e discentes da UniRV;
  - 2.400 pessoas atendidas.

- Município de Maurilândia (GO)
- 1 ação de Extensão Universitária;
  - 7 servidores docentes, técnico administrativos e discentes da UniRV;
  - 14.000 pessoas atendidas.

- Distrito de Lagoa do Bauzinho (GO)
- 1 ação de Extensão Universitária;
  - 74 servidores docentes, técnico administrativos e discentes da UniRV;
  - 2.400 pessoas atendidas.

- Município de Acreúna (GO)
- 1 ação de Extensão Universitária;
  - 15 servidores docentes, técnico administrativos e discentes da UniRV;
  - 500 pessoas atendidas.

- Povoado de Hidrossilda (GO)
- 1 ação de Extensão Universitária;
  - 40 servidores docentes, técnico administrativos e discentes da UniRV;
  - 2.400 pessoas atendidas.

- Povoado De Planalto Verde (GO)
- 1 ação de Extensão Universitária;
  - 40 servidores docentes, técnico administrativos e discentes da UniRV;
  - 2.400 pessoas atendidas.

- Povoado Pontal dos Buritis II (GO)
- 1 ação de Extensão Universitária;
  - 40 servidores docentes, técnico administrativos e discentes da UniRV;
  - 2.400 pessoas atendidas.

- Povoado Água Mansa Coqueiros (GO)
- 1 ação de Extensão Universitária;
  - 40 servidores docentes, técnico administrativos e discentes da UniRV;
  - 2.400 pessoas atendidas.

- Município de Turvelândia (GO)
- 1 ação de Extensão Universitária;
  - 40 servidores docentes, técnico administrativos e discentes da UniRV;
  - 2.400 pessoas atendidas.

- Zona rural do Município de Cabeceira Grande (MG) e Zona rural do Município de Simolândia (GO)
- 1 ação de Extensão Universitária;
  - 20 servidores docentes, técnico administrativos e discentes da UniRV;
  - 250 pessoas atendidas.

Zona rural do Município de Epita-  
ciolândia (AC)

- 1 ação de Extensão Universitária;
- 15 servidores docentes, técnico administrativos e discentes da UniRV;
- 250 pessoas atendidas.

Município de Caçu (GO)

- 1 ação (Engenharia Itinerante 2017) de Extensão Universitária;
- 15 servidores docentes, técnico administrativos e discentes da UniRV;
- 163 pessoas atendidas.

Percebe-se que a UniRV estimula a extensão universitária, apontando-a como a propulsora do vínculo entre sociedade e universidade, com uma forma de ajuda mútua, onde as duas partes envolvidas nas ações de extensão universitárias são beneficiadas, por exemplo, a comunidade é beneficiada com melhorias por meio da resolução de problemas, conforme necessidades e demandas, e a universidade é beneficiada no aprimoramento de suas pesquisas e ensino de seus alunos, como proposto por Pinheiro e Narciso (2022).

### Considerações finais

Este trabalho permitiu observar como a extensão universitária além de ser de suma importância para o desenvolvimento pessoal/profissional do acadêmico, permite permear por vários locais. Esta capilaridade possível por meio da extensão universitária, traz consigo outros benefícios que abrangem a sociedade em geral, como o estímulo à pesquisas, ampliação do acesso à educação, democratização do conhecimento, criação de novos horizontes de difusão do conhecimento e também a democratização do ensino superior, visto que esta leva a universidade para mais próximo da sociedade, tornando-se um meio de orientação e incentivo para a admissão destes no ensino superior.

### Referências

ALMEIDA, L. P. de. A extensão universitária no Brasil. *Les Universités Latino-Américaines Aujourd'hui: expressions locales*, [S.L.], n. 7, p. 56-67, 31 dez. 2015. Universidade de Limoges. <http://dx.doi.org/10.25965/dire.692>.

FAGUNDES, J. *Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas*. Campinas: 1985. 180f. Universidade de Campinas (Tese de Doutorado em Educação).

FLORES, L. F.; Mello, D. T. O impacto da extensão na formação discente, a experiência como prática formativa: um estudo no contexto de um Instituto Federal no Rio Grande do Sul. *Revista Conexão UEPG*, [S.L.], v.16, p.1-13, 06 abr. 2020. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). <http://dx.doi.org/10.5212/rev.conexao.v.16.14465.026>.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, & Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. (2012). *Política Nacional de Extensão Universitária*.

GADOTTI, M. *Extensão Universitária: Para quê?* Instituto Paulo Freire. [s.l. : s.n.]. 2017. Disponível em: [https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o\\_Universit%C3%A1ria\\_-\\_Moacir\\_Gadotti\\_fevereiro\\_2017.pdf](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf).

LEOBETT, J. S.; AVILA, C. C. de; SOFFNER, I. C.; NEUBAUER, M. L.; ZORZI, T.; TONES, A. R. M.; Almeida A. A importância da extensão universitária: programa amigos da reciclagem. *Revista Extensão & Sociedade*, v.15, n.1, p.7-21, 2023.

OTTAVIANO, C.; BASSANI, J. *Extensão Universitária: parceria e formação*. *Masquedós: Revista de Extensión Universitaria*, v.7, n.7, 14, 2022.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). *Plano Nacional de Extensão Universitária, 2000 - 2001*. Disponível em: Acesso em: 18 mar. 2024.

RIOS, S. C.; Valéria L. C. “Curricularização da Extensão Universitária PUCRS.” IX SIEPEX-IX Salão Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão. 2019.  
Silva, W. P. da. Extensão Universitária: um conceito em construção. Revista Extensão & Sociedade, p.21-37, 2020. Disponível

em: <https://periodicos.ufrn.br/extensaoe-sociedade/article/view/22491/14110>. Acesso em: 18 mar. 2024.

SIQUEIRA, L. V. P. et al. Plano de Desenvolvimento Institucional PDI 2019-2023. 2019. Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. Acesso em: 18 mar. 2024

## **A CAPILARIDADE DA EXTENSÃO NO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MINEIROS: IMPACTOS NO TERRITÓRIO GOIANO**

Evandro Salvador Alves de Oliveira <sup>1</sup>  
Juliene Rezende Cunha <sup>2</sup>

**Resumo:** A extensão universitária tem como premissa impactar a sociedade por meio de ações que priorizam a relação dialógica entre universidade e comunidade. O Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES-GO) é uma instituição pública municipal fundada em 1985 que desde o ano de 2009 registra as ações de extensão, citadas aqui no texto, que têm sido realizadas no município de Mineiros, Goiás, e no seu Campus, em Trindade-GO, e de certa maneira alcança muitas pessoas dos mais diversos segmentos sociais. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar o crescimento da extensão universitária da UNIFIMES ao longo dos últimos 15 anos, de maneira a demonstrar seu potencial de impactar realidades que são transformadas na sociedade. Para tanto, um relato de experiência de abordagem quali-quantitativa foi construído, recuperando dados que permitem compreender o quanto esta dimensão que constitui o ensino superior [a extensão] é um pilar fundamental que contribui para o fomento da capilaridade da extensão universitária. Ou seja, os conhecimentos produzidos no ambiente acadêmico necessitam extrapolar as paredes da sala de aula para além do trabalho com o ensino e a pesquisa, e isso ocorre em sua máxima potência quando trabalhado de forma dialógica com a sociedade através da realização de programas e projetos de extensão alinhados às demandas da comunidade.

**Palavras-chave:** Extensão universitária. Capilaridade da extensão. Ensino Superior.

## **THE CAPILLARITY OF EXTENSION AT THE UNIVERSITY CENTER OF MINEIROS: IMPACTS ON THE GOIÁS TERRITORY**

**Abstract:** The university extension has as its premise to impact society through actions that prioritize the dialogical relationship between the university and the community. The University Center of Mineiros (UNIFIMES-GO) is a municipal public institution founded in 1985 that has been recording extension actions since 2009, mentioned in the text, which have been carried out in the municipality of Mineiros, Goiás, and at its campus in Trindade-GO, and in a way reaches many people from diverse social segments. In this sense, the objective of this article is to present the growth of UNIFIMES' university extension over the past 15 years, in order to demonstrate its potential to impact realities that are transformed in society. Therefore, a qualitative-quantitative approach experience report was constructed, retrieving data that allow us to understand how this dimension that constitutes higher education [the extension] is a fundamental pillar that contributes to the promotion of the reach of university extension. In other words, the knowledge produced in the academic environment needs to go beyond the classroom walls, beyond the work with teaching and research, and this occurs at its maximum potential when worked in a dialogical way with society through the implementation of extension programs and projects aligned with the demands of the community

**Keywords:** University extension. Reach of extension. Higher education.

<sup>1</sup>Centro Universitário de Mineiros, Mineiros, Goiás. E-mail: [evandro@unifimes.edu.br](mailto:evandro@unifimes.edu.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2228-9776>. Pró-Reitor de Ensino, de Pesquisa e de Extensão da UNIFIMES. Autor.

<sup>2</sup>Centro Universitário de Mineiros, Mineiros, Goiás. E-mail: [juliene@unifimes.edu.br](mailto:juliene@unifimes.edu.br). Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-5421-5048>. Reitora da UNIFIMES. Coautora.

## Introdução

Este artigo foi construído a partir de um convite direcionado às Instituições que integram a Câmara Técnica de Extensão da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM). Nesta chamada, que tem como tema central de discussão a “capilaridade da extensão universitária” das IES públicas em esfera estadual e municipal, as Pró-Reitorias de Extensão e Cultura que compõem a Câmara de Extensão da Abruem foram desafiadas a socializar produções acadêmicas visando a publicação do Volume Especial da Revista de Extensão da Universidade de Taubaté (Unitau). Tal volume, em formato de dossiê temático, compõe um conjunto de trabalhos desenvolvidos pela referida Câmara ao longo dos últimos anos, e no primeiro semestre de 2024 faz parte das atividades do IV Encontro de Extensão da Abruem, evento realizado em Taubaté nos dias 11, 12 e 13 de abril, na Unitau.

O trabalho aqui apresentado é um relato de experiência quali-quantitativo que vislumbra recuperar e contextualizar a trajetória da extensão universitária de uma instituição pública municipal situada no interior do estado de Goiás, o Centro Universitário de Mineiros (Unifimes<sup>3</sup>), nosso local de trabalho e lugar de fala. As ações de ensino, de pesquisa, extensão e inovação que a Unifimes tem desenvolvido ao longo dos últimos 15 anos nos convidam a refletir sobre os impactos que ocorrem na sociedade, sobretudo quando instituições de ensino superior se fazem presentes nas regiões mais afastadas dos grandes centros, como a nossa realidade.

As ações que abarcam o campo da extensão universitária, o foco de nossas análises e reflexões, são frutos de uma articulação com a política nacional de

extensão universitária. Importa frisar que o FORPROEX (2012) define a extensão universitária como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabilizando a interação transformadora entre a universidade e a sociedade. Essa prática visa à produção e à socialização do conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento humano, social, econômico, cultural e ambiental, com ênfase na promoção da cidadania e na melhoria da qualidade de vida da população.

Coadunamos com as políticas, discussões e militância do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, grupo que defende que a extensão universitária deve ser pautada pela ética, pela reciprocidade e pelo respeito à diversidade, buscando a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva (FORPROEX, 2012). Por esta razão buscamos mostrar, neste texto, a extensão da Unifimes como uma potência para a capilarização das atividades acadêmicas por meio de ações extensionistas que exploram temas emergentes como esses aqui citados. Em outras palavras, a capilarização pode ser vista, por exemplo, como a capacidade de um líquido, como a água, se espalhar por pequenos espaços, como os capilares em um material poroso, como os vasos sanguíneos que levam sangue às extremidades do corpo humano. Da mesma forma, a extensão universitária pode ser comparada como um fenômeno capaz de promover a capilaridade, disseminando conhecimento através das práticas acadêmicas que devem extrapolar os muros da universidade, alcançando comunidades e espaços externos, de forma abrangente, atingindo as regiões mais periféricas.

A associação da qual a Unifimes faz parte, a Abruem, é composta por uma rede que, atualmente, reúne 45

---

<sup>3</sup>O Centro Universitário de Mineiros possui sede na cidade de Mineiros, Goiás, região sudoeste goiana localizada a 430 km da capital Goiânia. Trata-se de uma fundação pública municipal (FIMES – mantenedora) fundada em março de 1985 que possui como mantida a UNIFIMES (Centro Universitário de Mineiros) e possui um campus no município de Trindade, Goiás. No primeiro semestre de 2024 a UNIFIMES possui aproximadamente 3 mil alunos matriculados, entre graduação e pós-graduação.

instituições<sup>4</sup> públicas de ensino superior estaduais e municipais das regiões sul, sudeste, nordeste, norte e centro-oeste. As universidades que integram a Abruem, pela característica de instituição pública estadual e municipal, se fazem presentes essencialmente nas regiões situadas no interior dos estados brasileiros, o que reforça a ideia da capilaridade da educação superior que transforma vidas e realidades por meio de ações que envolvem o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação nas localidades mais longínquas.

Assim como a capilarização permite que um líquido atinja áreas pequenas e de difícil acesso, a extensão universitária permite que o conhecimento e os recursos acadêmicos alcancem grupos e comunidades que de outra forma teriam acesso limitado à educação superior. Essa analogia reflete a capacidade de difusão e alcance que tanto a capilarização quanto a extensão universitária possuem, ampliando o impacto e a influência da ciência e da educação para além de seus espaços tradicionais.

Neste contexto, este artigo busca explorar a relevância e os impactos positivos da extensão realizada pela esfera pública municipal, destacando sua importância para o fortalecimento das relações entre a academia e a sociedade local, e o objetivo principal é apresentar o crescimento da extensão universitária da UNIFIMES ao longo dos últimos 15 anos, de maneira a demonstrar seu potencial de impactar realidades que são transformadas na sociedade.

### **A capilaridade da extensão universitária e seu impacto no território local e regional**

A extensão universitária desempenha um papel fundamental na interação entre a universidade e a sociedade, promovendo a troca de conhecimento e a resolução de

problemas reais, como Oliveira (2021) reflete e destaca no artigo a “Contribuições da extensão universitária com a produção e circulação do conhecimento”. Quando trabalhada por universidades situadas no interior dos estados brasileiros, a importância da extensão como uma dimensão (pilar) da educação superior se destaca ainda mais. Essas instituições desempenham um papel crucial no desenvolvimento local, atendendo às necessidades específicas das comunidades e, conseqüentemente, dos sujeitos que fazem parte desses contextos, pois elas contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população e promovem uma aprendizagem significativa aos estudantes envolvidos nesse processo dialógico entre universidade e sociedade.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Unifimes,

o papel social da Universidade no contexto da educação nacional é produzir conhecimento científico significativo na realidade em que está inserida, contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional tanto com a formação de novos profissionais, como com a aplicação do conhecimento científico nos cenários econômico/produção, cultural e social como um todo. Em outras palavras, a Universidade deve ser compreendida como uma instituição que serve às necessidades da sociedade, e que busca constantemente resolver os problemas complexos enfrentados pela humanidade na atualidade (PDI, 2021-2025, p. 13).

A Unifimes tem como um dos eixos norteadores do planejamento institucional o amadurecimento da articulação entre as práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito da comunidade acadêmica, e a integração dessas práticas com o meio social, por meio do desenvolvimento de ações com caráter de intervenção nos cenários público e privado da região, na intenção de aproximar o cenário acadêmico do social, e fomentar um propósito coletivo nas ações institucionais, como aponta o PDI (2021-2025) da Instituição.

Nesta direção, reconhecemos que a extensão universitária realizada por uni-

<sup>4</sup>Importa ressaltar que as várias instituições públicas de ensino superior, estaduais e municipais, possuem inúmeros campi que contribuem para a capilaridade das ações que envolvem os pilares fundamentais da educação superior. Para mais informações sobre a Abruem, consultar o site <https://www.abruem.org.br/>.

versidades públicas municipais [como o nosso caso – o Centro Universitário de Mineiros<sup>5</sup>] situadas no interior do estado pode promover a inclusão social, o desenvolvimento regional e a formação de cidadãos mais conscientes e críticos. Neste artigo pretendemos destacar o quanto a extensão universitária desenvolvida por universidades municipais colabora para estabelecer e/ou fortalecer parcerias com a comunidade local, ressaltando como a educação em nível superior pública municipal tem a oportunidade de aplicar o conhecimento produzido em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão para resolver questões práticas e urgentes enfrentadas pela população da região.

Por meio da realização de ações/projetos de extensão, a universidade pode oferecer serviços e programas que atendam às demandas locais, como capacitação profissional, acesso à cultura e lazer, cuidados com a saúde, preservação ambiental, entre outros. Dessa forma, a extensão universitária se torna uma ferramenta poderosa para a promoção do desenvolvimento humano e social, contribuindo para a construção de uma sociedade cidadã, com senso de justiça e inclusão.

Assim, ao investir na extensão universitária, as universidades situadas no interior dos estados não apenas cumprem seu papel social, mas também fortalecem sua relação com a comunidade, promovendo a democratização do acesso ao conhecimento e estimulando o engajamento cívico dos cidadãos. Reafirmamos a importância dessas instituições na promoção do bem-estar coletivo e no desenvolvimento regional se torna evidente, destacando a relevância da extensão universitária como um instrumento altamente transformador.

## **O panorama quali-quantitativo da extensão na UNIFIMES: das faculdades integradas ao centro universitário, o crescimento constante**

Em 1985 a Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior (FIMES) foi criada por lei municipal e o ensino em nível superior na cidade de Mineiros começou com os cursos de Administração e Pedagogia. De 1985 a 2004 a FIMES foi caracterizada por faculdades isoladas<sup>6</sup>. Contudo, a partir do ano de 2005 passou a ser faculdade integrada, período em que iniciamos os primeiros registros de ações de extensão na instituição. No site da Unifimes, link <https://unifimes.edu.br/extensao/>, constam os relatórios anuais contendo a síntese de todas as ações de extensão realizadas nos cursos de graduação do Centro Universitário de Mineiros. O relatório mais antigo existente e publicado no site institucional se refere ao ano de 2009.

Em 2009 foram registradas 37 ações de extensão, sendo pelo menos 31 em forma de projetos e eventos e 06 prestações de serviços à comunidade. A maior parte das atividades realizadas situava no campo das agrárias, segundo o relatório da gestão (UNIFIMES, 2009).

Em 2010 ocorreram novos registros que incorporaram os relatórios da coordenação de extensão da Unifimes. Ao final daquele ano foram registradas 28 ações de extensão e pelo menos 07 prestações de serviços à comunidade. Contudo, nesse ano a participação da sociedade nas ações foi contabilizada, sinalizando que as atividades desenvolvidas pela Instituição alcançaram 3.708 pessoas da comunidade, de acordo com o relatório da coordenação de extensão (UNIFIMES, 2010).

Em 2011 percebemos que o relatório da extensão apresentou mais in-

<sup>5</sup>O Centro Universitário de Mineiros possui sede na cidade de Mineiros, Goiás, região sudoeste goiana localizada a 430 km da capital Goiânia. Trata-se de uma fundação pública municipal (FIMES – mantenedora) que mantém a UNIFIMES (Centro Universitário de Mineiros) e possui um campus no município de Trindade, Goiás. No primeiro semestre de 2024 a UNIFIMES possui aproximadamente 3 mil alunos matriculados, entre graduação e pós-graduação.

<sup>6</sup>Decreto Governamental Nº 6.144 de 17/05/2005, publicado no D.O./GO em 20/05/2005.

formações, comparado com os dois primeiros documentos publicados no site da Unifimes. Ao todo 40 projetos de extensão aconteceram durante o ano, também 24 eventos e 06 prestações de serviços, totalizando pelo menos 70 ações. Conforme os dados registrados, a participação do público nesse ano foi mais 5.372 pessoas, demonstrando o aumento do alcance das ações de extensão da Unifimes. Nesse ano as ações foram organizadas por curso e por área temática. Sete cursos realizavam extensão, são eles, por ordem de produção de ações: agronomia, pedagogia, engenharia florestal, direito, administração, contábeis e sistemas de informação. As áreas mais exploradas, respectivamente, eram tecnologia de produção, trabalho e meio ambiente (UNIFIMES, 2011).

Tempos depois de a Instituição atuar como Faculdades Integradas, em 2011 a fundação foi credenciada e autorizada pelo Conselho Estadual de Educação de Goiás a funcionar como Centro Universitário<sup>7</sup>. Assim, a partir de 2012 a Instituição passou a viver uma nova realidade, contexto esse bastante pujante. Novos cursos foram criados, conseqüentemente o número de alunos cresceu e junto a essa ascensão as ações também aumentaram. Em 2012, 09 (nove) programas de extensão foram constituídos, são eles: Programa Cultura na Unifimes; Programa Melhor Idade; Programa Meio Ambiente e Educação; Programa Universitário de apoio à Agricultura Familiar (PROEAF); Programa Comunicação e Cidadania; Programa Cursos de Extensão; Programa Direitos Humanos e Justiça; Programa Esporte, Lazer e Saúde; e Programa Ações afirmativas.

<sup>1</sup>O volume de ações de extensão em 2012 foi exponencialmente superior em relação ao ano anterior. Com a abertura de novos cursos na Unifimes muitas outras ações de extensão ocorrem na Instituição. Os cinco cursos que mais desenvolveram projetos foram Pedagogia, Agronomia, Direito, Medicina Veterinária e Sistemas de

Informação. Outros cursos também realizaram ações, em volume menor, são eles: Educação Física, Psicologia, Contábeis, Engenharia Florestal, Administração e Engenharia Civil. De acordo com o relatório anual de extensão desse ano, foram registradas 13.697 participações nas ações de extensão, o que demonstra o aumento da capilaridade da extensão universitária desenvolvida pelo Centro Universitário de Mineiros, pois a região impactada pelos programas e projetos de extensão abarcavam não apenas o município de Mineiros, mas o seu entorno, incluindo a zona rural (UNIFIMES, 2012).

A partir de 2013, percebemos um aumento constante no quantitativo das ações de extensão na Unifimes. Enquanto no ano anterior (2012) foram registradas 152 ações de extensão, em 2013 foram contabilizadas 224 ações, essas desenvolvidas pelos cursos de graduação que passou a dar um novo movimento à realidade institucional e comunidade local, sobretudo em virtude do processo de transformação para Centro Universitário. Tais ações de extensão foram desdobramentos de 10 programas, 28 projetos, 16 cursos e minicursos, 13 oficinas e workshops, 47 palestras, 03 mostras e festivais e 07 encontros/fóruns. No ano de 2013 as produções científicas advindas de projetos de extensão passaram a ser computadas, totalizando 10 produções acadêmicas (UNIFIMES, 2013). Isto demonstra a potencialidade da extensão universitária com a produção e circulação do conhecimento, como ressaltado por Oliveira (2021).

Em 2014 percebemos significativo aumento na quantidade de projetos e cursos de extensão. Ao todo foram registradas 225 ações de extensão, o que ampliou o alcance na comunidade local e regional por meio dos programas, 39 projetos, 31 cursos e minicursos, 06 oficinas e workshops, 40 palestras, 04 mostras e festivais e 03 encontros/fóruns. A medida que cresce o volume de projetos

<sup>7</sup>A Unifimes foi recredenciada como Centro Universitário até 31 de dezembro 2026, conforme a Resolução CEE/CES Nº 20, de 29 de outubro de 2021.

e ações de extensão, aumenta a participação do público e do protagonismo estudantil, principalmente porque uma das marcas da extensão Unifimes é a atuação dos estudantes no desenvolvimento das ações junto aos técnicos administrativos e professores.

Os indicadores das ações de extensão dos primeiros sete anos (2009 a 2015) sinalizam um constante aumento no volume de trabalho desta dimensão do ensino superior [extensão] que é pautada pela relação dialógica entre universidade e comunidade. Em 2015 foram registradas 251 ações, a maior parte delas advindas de projetos (41), cursos e minicursos (34) e palestras (37) de extensão. A métrica de produção sinaliza o aumento o qual temos nos referido, de acordo com o gráfico 1.

**Gráfico 1 – Número de Ações de Extensão do Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES no período de 2009 a 2015.**



Fonte: Unifimes, 2015

Se, em 2012, foram registradas 13.697 participações da comunidade nas ações de extensão, em 2015, três anos depois, foram contabilizadas 19.337 participações. Isto sinaliza que a extensão universitária da Unifimes tem aumentado em quantidade e também em qualidade, pois os programas, projetos, eventos, cursos e prestações de serviços são realizados na e para a comunidade, considerando que a participação da sociedade tem sido expressiva conforme atesta os relatórios da Diretoria de Extensão, Assuntos Comunitários, Estudantis e Culturais (UNIFIMES, 2015). Ao menos 28 parceiros contribuíram para o desenvolvimento das ações de extensão realizadas pela Unifimes, o que reforça a importância das parcerias entre a universidade e as empresas público-privadas e organizações.

Em 2016 a Unifimes pôde realizar 319 ações de extensão, o que permitiu alcançar 29.718 pessoas. Já em 2017, foram registradas menos atividades de extensão, totalizando 291 ações, estas que obtiveram reflexos para 22.246 sujeitos. Em 2018, os dados contidos nos relatórios indicam que aconteceram 357 ações, estas realizadas por meio de 49 projetos e 101 Cursos, Minicursos, Palestras e Oficinas de extensão. Neste ano o volume de projetos oportunizou 71 publicações/produções científicas. Ao todo 23.879 pessoas da comunidade participaram das ações de extensão (UNIFIMES, 2016; 2017; 2018).

Por outro lado, em virtude da modificação da forma de registrar as ações de extensão, em 2019 percebemos que ao todo foram registradas 165 ações de extensão. Importa esclarecer que nos últimos anos, cada atividade descrita no relatório de cada projeto ou evento, era computada como 1 (uma) ação de extensão. No relatório de 2019, por exemplo, foi considerada como ação de extensão apenas o projeto, curso ou evento registrado na Diretoria de Extensão, excluindo suas respectivas programações. Dessa maneira,

o número de ações realizadas em 2019 não apresenta, de fato, queda significativa em relação ao ano 2018, por exemplo, em que foi computado o maior índice de ações de extensão. Isso pode ser verificado no quantitativo de professores que coordenam ações de extensão registradas na Diretoria entre 2015 e 2019, e no quantitativo do envolvimento da comunidade acadêmica e da comunidade externa nas ações de extensão realizadas na Unifimes. Ao todo 24.881 pessoas participaram das ações de extensão no ano de 2019 (UNIFIMES, 2019).

Em 2020, ao analisar o relatório de extensão identificamos que 217 ações de extensão foram realizadas ao longo do ano, por meio do desenvolvimento de 08 programas, 53 projetos, 29 eventos, entre outros, e essas ações contribuíram para a publicação de 76 produções científicas. Foi possível perceber que em 2020, apesar do cenário da pandemia da COVID-19, que suspendeu as atividades presenciais, as ações de extensão foram adaptadas para o atual contexto e a quantidade de ações registradas foi maior do que no ano anterior. No total 23.542 pessoas participaram das ações de extensão. Nesse ano foi criada a revista de extensão da Unifimes, a *Intermedius*. A Revista é hospedada no Portal de Publicações da Unifimes, utilizando a plataforma Open Journal Systems, e o link de acesso é <https://publicacoes.unifimes.edu.br/index.php/intermedius>.

No ano de 2021 foram registradas 198 ações de extensão, onde 66 projetos sistemáticos de extensão foram executados, além dos cursos, eventos e prestações de serviços. A quantidade de pessoas diretamente envolvidas e beneficiadas pelas ações de extensão da Unifimes, conforme os dados demonstram, é de 121.412 pessoas. As atividades de extensão aconteceram na região de Mineiros e do Campus situado no município de Trindade, Goiás, região metropolitana de Goiânia. Nesse ano o número de estudantes envolvidos em ações de extensão foi de 1.280, enquanto a quantidade de docentes envolvidos em ações de extensão foi de 319 e de 27 servi-

dores do corpo técnico administrativo (UNIFIMES, 2021).

Os dados referentes ao volume de ações e pessoas positivamente impactadas durante o ano de 2022 e 2023 ainda não foram disponibilizados no site da Unifimes. Contudo, constatamos que no ano de 2023 foram registradas pelo menos 233 ações de extensão no Centro Universitário de Mineiros e, em 2024, até o final do primeiro trimestre houveram registros de 75 projetos de extensão que estão em andamento, a maior parte deles se referem a ações de extensão que iniciaram no ano anterior e que obtiveram continuidade no corrente ano.

Os dados aqui citados revelam que a capilaridade da extensão universitária é crucial para a promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural dos locais onde os programas, projetos, eventos, cursos e prestações de serviços são desenvolvidos, pois as ações de extensão alcançam comunidades de forma ampla. Ao expandir as atividades acadêmicas para além dos limites do Centro Universitário, a extensão universitária fortalece os laços entre a universidade e a sociedade, promovendo a troca de conhecimento e experiências.

### **Considerações: impactos da extensão UNIFIMES no território goiano**

A partir do exposto, reconhecemos que ao longo dos anos a UNIFIMES tem buscado propor práticas pedagógicas que procuram articular o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação de modo a proporcionar resultados à sociedade, ao bem comum, ao interesse público e à promoção da cultura local. Isto ocorre de forma a gerar inserção significativa e transformadora da realidade e do meio em que a universidade vem atuando. De acordo com o nosso Plano de Desenvolvimento Institucional, partimos do pressuposto de que a educação é um bem simbólico compartilhável e democraticamente construído, possibilitando ascensão coletiva e individual, bem

como a transformação das comunidades. E por meio da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão que procuramos contribuir com o avanço da nossa sociedade, nesse caso no território do sudoeste goiano (considerando Mineiros e municípios do entorno) e no contexto da região metropolitana de Goiânia (pela presença da Instituição no Campus de Trindade).

Assim, é evidente o impacto significativo da evolução das ações de extensão na Unifimes ao longo dos anos. Desde os primeiros registros em 2009 até os dias atuais, a Instituição tem ampliado sua capilaridade e alcançado um número crescente de pessoas e comunidades, promovendo o desenvolvimento social, econômico e cultural. A transição para Centro Universitário em 2011 marcou um período de expansão e diversificação das atividades de extensão, refletindo-se em um aumento expressivo no volume de ações e na participação da sociedade.

A constante adaptação e inovação, inclusive diante de desafios como a pandemia da Covid-19, demonstra o compromisso da Unifimes em promover a extensão universitária de forma abrangente e inclusiva. Os resultados apresentados nos relatórios anuais refletem não apenas a quantidade, mas também a qualidade das ações de extensão, evidenciando o impacto positivo na comunidade e a integração da universidade com seu entorno. Portanto, é crucial o fortalecimento da extensão universitária na consolidação do compromisso social e na construção de uma sociedade mais justa e participativa. Nesse processo, pelo fato de o estudante atuar como protagonista nas ações de extensão promovidas pela universidade, ele se transforma enquanto indivíduo ao passo que também transforma a realidade em que está inserido.

## Agradecimentos

Ao Centro Universitário de Mineiros (Unifimes), a Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Públicas Es-

taduais e Municipais (Abruem) e a Universidade de Taubaté (Unitau).

## Referências

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MINEIROS (UNIFIMES). Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2021-2025). Mineiros-GO, setembro de 2020.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MINEIROS. Coordenação de Extensão. Relatório de extensão, assuntos comunitários, estudantis e culturais. Mineiros, 2009.

\_\_\_\_\_. Direção de Extensão e Assuntos Comunitários. Relatório de extensão, assuntos comunitários, estudantis e culturais. Mineiros, 2010.

\_\_\_\_\_. Direção de Extensão e Assuntos Comunitários. Relatório de extensão, assuntos comunitários, estudantis e culturais. Mineiros, 2011.

\_\_\_\_\_. Direção de Extensão e Assuntos Comunitários. Relatório de extensão, assuntos comunitários, estudantis e culturais. Mineiros, 2012.

\_\_\_\_\_. Direção de Extensão e Assuntos Comunitários. Relatório de extensão, assuntos comunitários, estudantis e culturais. Mineiros, 2012.

\_\_\_\_\_. Direção de Extensão e Assuntos Comunitários. Relatório de extensão, assuntos comunitários, estudantis e culturais. Mineiros, 2013.

\_\_\_\_\_. Direção de Extensão e Assuntos Comunitários. Relatório de extensão, assuntos comunitários, estudantis e culturais. Mineiros, 2014.

\_\_\_\_\_. Direção de Extensão e Assuntos Comunitários. Relatório de extensão, assuntos comunitários, estudantis e culturais. Mineiros, 2015.

\_\_\_\_\_. Direção de Extensão e Assuntos Comunitários. Relatório de extensão, assuntos comunitários, estudantis e culturais. Mineiros, 2016.

\_\_\_\_\_. Direção de Extensão e Assuntos Comunitários. Relatório de extensão, assuntos comunitários, estudantis e culturais. Mineiros, 2017.

\_\_\_\_\_. Direção de Extensão e Assuntos

Comunitários. Relatório de extensão, assuntos comunitários, estudantis e culturais. Mineiros, 2018.

\_\_\_\_\_. Direção de Extensão e Assuntos Comunitários. Relatório de extensão, assuntos comunitários, estudantis e culturais. Mineiros, 2019.

\_\_\_\_\_. Direção de Extensão e Assuntos Comunitários. Relatório de extensão, assuntos comunitários, estudantis e culturais. Mineiros, 2020.

\_\_\_\_\_. Direção de Extensão e Assuntos Comunitários. Relatório de extensão, assuntos comunitários, estudantis e culturais.

Mineiros, 2021.

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores De Extensão Das Instituições De Educação Superior Públicas Brasileiras Plano Nacional De Extensão Universitária. Política Nacional de Extensão Universitária. 2012. <http://www.renex.org.br/documentos>

OLIVEIRA, Evandro Salvador Alves. Contribuições da extensão universitária com a produção e circulação do conhecimento. Intermedius. v. 1, n. 1, p. 47-55, jan–jun. 2021.

RESOLUÇÃO CEE/CES Nº 20, de 29 de outubro de 2021.

# CAPILARIDADE DA UNIOESTE NO ENSINO E NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Fabiana Regina Veloso<sup>1</sup>  
Elaiz Aparecida Mensch Buffon<sup>2</sup>  
Ericsson Hideki Hayakawa<sup>3</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo apresentar os locais em que se situam as ações de ensino e extensão da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. A Universidade Pública Brasileira como concepção social se movimenta num processo histórico com a mediação de diversos aspectos, entre os quais as dimensões política, econômica, cultural e social. Neste contexto, a recente história da UNIOESTE é capaz de situar sua relação com a transformação social instigada pela demanda das comunidades locais onde se insere e contribuir para o desenvolvimento local e regional. Os dados demonstram a capilaridade desta universidade nas suas dimensões de ensino e de extensão universitária, onde os alunos que buscam o vestibular e os que efetivamente ingressam na universidade vivem no seu entorno. De forma mais objetiva, observa-se que as atividades de extensão desenvolvidas pelos atores da universidade voltam-se a demandas locais, sendo que o maior número de ações se concentra nos campi com maior número de cursos, consequentemente, mais carga horária destinada a este fim e maior número de docentes e discentes.

Palavras-chaves: capilaridade; geografia; desenvolvimento local; universidade pública; extensão universitária

## CAPILLARITY OF UNIOESTE IN TEACHING AND UNIVERSITY EXTENSION

**Abstract:** This work aims to present the locations of the teaching and extension activities of the State University of Western Paraná - UNIOESTE. The Brazilian Public University as a social conception moves in a historical process with the mediation of several aspects, including the political, economic, cultural and social dimensions. In this context, the recent history of UNIOESTE is able to situate its relationship with social transformation instigated by the demand of the local communities where it operates and contribute to local and regional development. The data demonstrate the capillarity of this university in its teaching and university extension dimensions, where students who seek the entrance exam and those who actually enter the university live in its surroundings. In a more objective way, it is observed that the extension activities developed by university actors focus on local demands, with the largest number of actions concentrated on campuses with the greatest number of courses, consequently, more hours of study allocated to this end and greater number of teachers and students.

**Keywords:** capillarity; geography; local development; public university; university extension

---

<sup>1</sup>Docente do Curso de Secretariado Executivo e Pró-reitora de Extensão na UNIOESTE. Toledo. Paraná. ORCID (<https://orcid.org/0000-0003-1731-2652>), [fabiana.veloso@unioeste.br](mailto:fabiana.veloso@unioeste.br) Membro do Grupo de Pesquisa em Secretariado Executivo - GPSEB

<sup>2</sup>Docente do Curso de Geografia na UNIOESTE. Francisco Beltrão. Paraná. ORCID (<https://orcid.org/0000-0001-7339-7705>), [eambuffon@gmail.com](mailto:eambuffon@gmail.com)

<sup>3</sup>Docente do Curso de Licenciatura em Geografia na Unioeste. Marechal Cândido Rondon. Paraná. ORCID (<https://orcid.org/0000-0003-1342-1659>), [ericson.hayakawa@unioeste.br](mailto:ericson.hayakawa@unioeste.br)

## Introdução

Refletir sobre as contribuições da Universidade Pública para o desenvolvimento local e regional não só faz parte da gestão universitária como permite compreender aspectos da essência da universidade pública como formadora de atores conscientes da transformação social.

O cenário político e econômico da década de 1990, especialmente a partir o fenômeno chamado “guerra fiscal”, impulsionou a descentralização da gestão pública, e os Estados passaram a ser os responsáveis pela aplicação de medidas de estímulo à dinâmica econômica local (LIMA & LIMA, 2010). Fatores determinantes das políticas de desenvolvimento local e regional estão atrelados a “condições de infraestrutura logística, a estrutura de custos, a disponibilidade de mão-de-obra qualificada, a qualidade dos serviços públicos, o acesso a mercados consumidores e fornecedores, etc.” (p. 565). Com isso percebe-se o investimento dos Estados nas universidades estaduais como estratégias para o desenvolvimento dos territórios no interior.

As universidades têm sido estudadas como o principal motor para o desenvolvimento econômico, cultural e social dos países e, principalmente no processo de desenvolvimento local e regional (OLIVEIRA JR, 2020). Garbossa (2014) traz reflexões sobre o impacto da universidade para além das dimensões econômicas, tecnológicas e empresariais. Os autores que pautam sua análise sobre essa temática permitem compreender que a universidade imprime mudanças no seu território, por promoverem a centralidade espacial de desenvolvimento uma vez que articulam fluxos de mobilidade e atraem mais dinâmica social gerando efeitos multiplicadores na localização de diversas atividades econômicas. Também porque possibilitam a difusão da ecologia social quando incorporam setores sociais dinâmicos ao território. E, ainda, são referências urbanas e territoriais, pois simbolizam o conhecimento, a modernidade e a inovação perante a comunidade. Ainda,

Garbossa (2014) discorre sobre as definições de desenvolvimento local e regional e deixa muitas evidências da participação da universidade para este movimento de difusão e desenvolvimento de conhecimento, tecnologia, inovação e cultura nos territórios de sua abrangência.

Para além dos fatores econômicos, indiscutivelmente importantes no desenvolvimento das regiões, destaca-se a dimensão social das universidades públicas.

A história de estudos sobre universidade e sociedade são contornadas de teorias com a sensibilidade crítica para revelar as ideologias, estruturas de dominação, vulnerabilidades e ações das instituições envolvidas. Almeida-Filho (2018) apresenta na história das universidades a mudança do sentido das universidades para a sociedade. A educação superior vocacional dos séculos XVII e XIX permaneceu conservadora e resistente durante o momento histórico de explosão do conhecimento científico. O que resultou no modelo de organização da educação que se instituiu na modernidade e em todas as formas organizacionais existentes. Um modelo de organização compartimentado, que nas universidades se materializa na formação para profissões, com a disciplinarização do conhecimento.

Ao final dos anos 1980, em virtude do processo de redemocratização e reorganização dos movimentos sociais, uma nova concepção de universidade entra em cena. Silva (2021) destaca a educação voltada para as necessidades da população e a democratização do acesso ao ensino superior. Percebe-se movimentos sociais para a reflexão sobre a transformação social, não apenas no sentido econômico financeiro, mas político e social. Concepções mais voltadas aos fenômenos sociais e culturais resgatando bases sociológicas e filosóficas emergem após a repressão da ditadura militar. Paulo Freire destaca-se na construção dessas novas concepções de educação (CHALUB-MATRINS, 2011). Concepções que são incorporadas no cotidiano das universidades, e fortalecidas em documentos oficiais, tal como a regu-

lamentação da extensão universitária no Brasil.

Nota-se, pelo viés da análise social, que a Educação tem um significado relevante na construção dos indivíduos sujeitos, portanto, se configura como um dos elementos mediadores do processo de produção e reprodução social. Ou seja, por um lado é uma instituição que reproduz modelos sociais hegemônicos e, no seu contraditório, é também um espaço complexo de reflexões, que possibilita a transformação social.

Se por um lado as universidades são estruturadas para formar sujeitos que atuarão no mercado de trabalho, reproduzindo o sistema hegemônico capitalista, por outro lado, a universidade pública abre espaço para a interação dialógica com as comunidades, e cada vez mais insere novas concepções sobre o papel da formação crítica e reflexiva.

Neste ponto, uma forte referência é Chauí (2003), que entre inúmeras contribuições, defende a busca por uma universidade socialmente referenciada, cujo núcleo seja a realidade social e as demandas sociais da nação. Sua defesa, como aponta Silva (2021), é que os projetos, programas de extensão e pesquisa devem considerar as particularidades regionais, econômicas, culturais e políticas dos territórios a que pertencem.

A Constituição Nacional Brasileira, de 1988, determina a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, no processo de formação acadêmica. O que também é reafirmado na Resolução 07/2018 - CNE na definição de extensão universitária como um processo interdisciplinar, educativo, cultural e político que promove a interação transformadora. Esses alinhamentos se concretizam nas ações realizadas pelas universidades públicas, cabendo aqui um destaque ao processo de inserção curricular da extensão, com implementação obrigatória por força de lei, a partir de 2022. Iniciativas como essa reforçam a necessidade de organização das universidades para uma formação

acadêmica integrada nas suas esferas: ensino, pesquisa e extensão e, também, conectada às demandas sociais.

Esse movimento materializa a proposta de democratização do acesso ao ensino superior na medida em que comunidade externa e comunidade acadêmica se aproximam num diálogo que possibilita a troca de saberes. Uma troca que vai além da construção de conhecimentos pragmáticos, mas coloca em debate reflexões sobre os papéis sociais e as possibilidades de transformação social. Com esse foco, a transformação social, a formação acadêmica que vislumbra a sensibilidade crítica voltada aos dilemas e distinções sociais, o diálogo com as comunidades em busca de soluções para problemas culturais e sociais, para além das respostas utilitaristas, estão nos eixos basilares da extensão universitária, hoje obrigatórias nos currículos do ensino superior brasileiro.

### **Encaminhamento metodológico**

Utiliza-se neste trabalho a apresentação de dados geográficos do ensino e da extensão da UNIOESTE, construídos a partir do Sistema WEBGIS, nesse sentido trazemos um recorte com base no processamento e georreferenciado dos dados públicos disponíveis de forma tabular do seu site institucional. Conforme aponta Malczewski (1999), essa etapa consiste em transformar dados em um conteúdo significativo. Nesse sentido, o conceito de SIG (Sistema de Informações Geográficas), adotado para a construção do painel táctico no WebGIS, é embasado em Longley et al. (2013), quando define SIG como “uma ferramenta para revelar o que de outra forma é invisível na informação geográfica” enfatizando

um mecanismo de análise para examinar dados e revelar seus padrões, relações e anomalias – coisas que podem não ser aparentes para alguém que olha um mapa. Um SIG é uma ferramenta para realizar operações sobre dados geográficos, que são muito tediosas, onerosas ou imprecisas se feitas manualmente (LONGLEY et al., 2013, p.17).

Assim, o uso de um painel tático dentro de um WebGIS possibilita visualizar, questionar, analisar e interpretar dados para compreender relações, padrões e tendências.

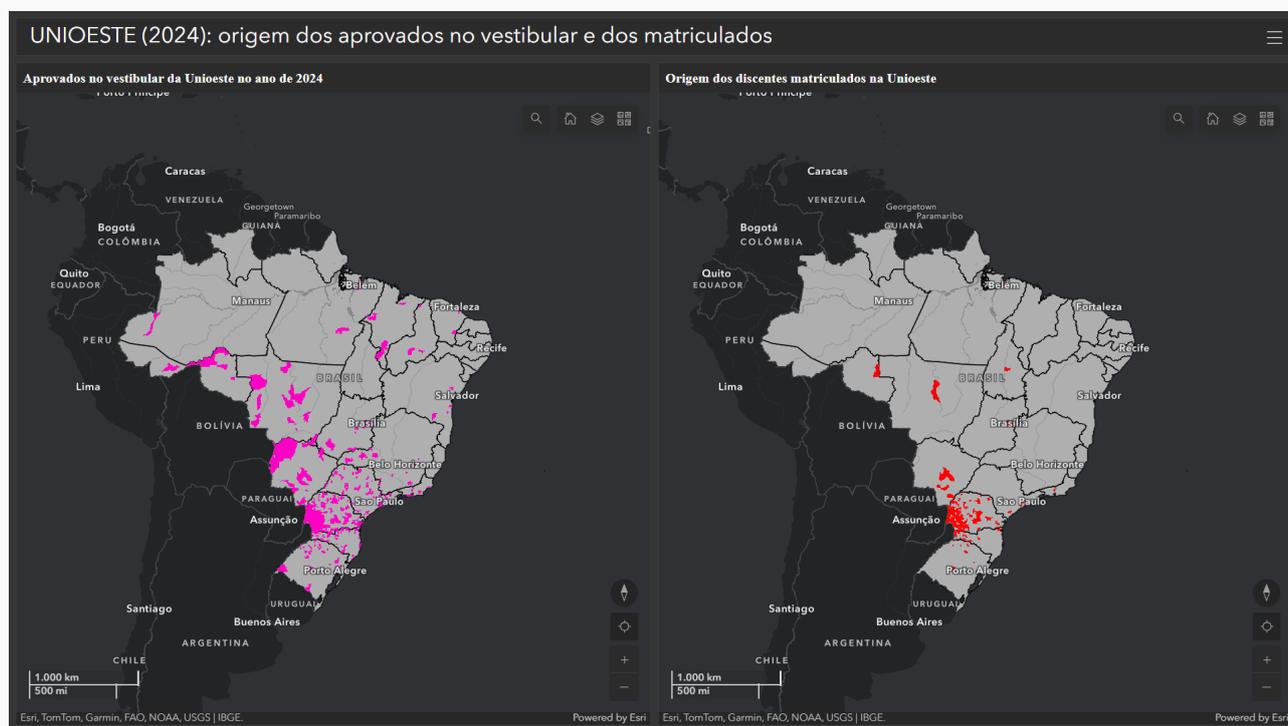
A UNIOESTE, criada em 1994 como Universidade Estadual do Oeste do Paraná, reflete uma política de fortalecimento territorial do interior. É uma universidade regional multicampi, atualmente constituída em 05 diferentes municípios pertencentes a região Oeste e Sudoeste do Paraná: Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Marechal Cândido Rondon e Toledo, além da Reitoria e do Hospital Universitário, também localizados na cidade de Cascavel.

Atualmente, a Unioeste conta com 61 cursos de Ensino Superior na modalidade presencial, com mais de 09 mil alunos, além dos 03 cursos na modalidade EAD, com quase 2 mil alunos. Conta ainda com 32 cursos de especialização e residência, e quase 3 mil estudantes nos 55 cursos de mestrado e doutorado. Neste contexto, conta com uma equipe de 2400 servidores atuando na base administrativa, além de 1287 docentes, sendo 67 pós-doutores, 882 doutores, 260 mestres e os demais com outras formações (UNIOESTE, 2024).

Na Pró-Reitoria de Graduação o mapeamento da capilaridade da Unioeste e a origem dos alunos revelam a expressiva presença da Unioeste no Oeste e Sudoeste do estado do Paraná (Figura 1).

Dos aprovados no vestibular da Unioeste no ano de 2024, a maior parte dos alunos são das cidades onde se encontram os respectivos campi e de municípios vizinhos. Há uma forte relação entre a localização dos campi e origem dos aprovados no vestibular. Além dessas regiões, o centro e noroeste do Estado do Paraná, oeste de Santa Catarina e sul

**Figura 1 - Origem dos aprovados no vestibular e matriculados na Unioeste no ano de 2024.**



Fonte: Elaboração Própria (2024).

do estado do Mato Grosso do Sul também atraem interessados nos cursos da Unioeste. Os dados podem ser consultados no painel informativo disponível em <<https://www.arcgis.com/apps/dashboards/4f4202dca86142369d0fc444c3db7989>>. <sup>1</sup>

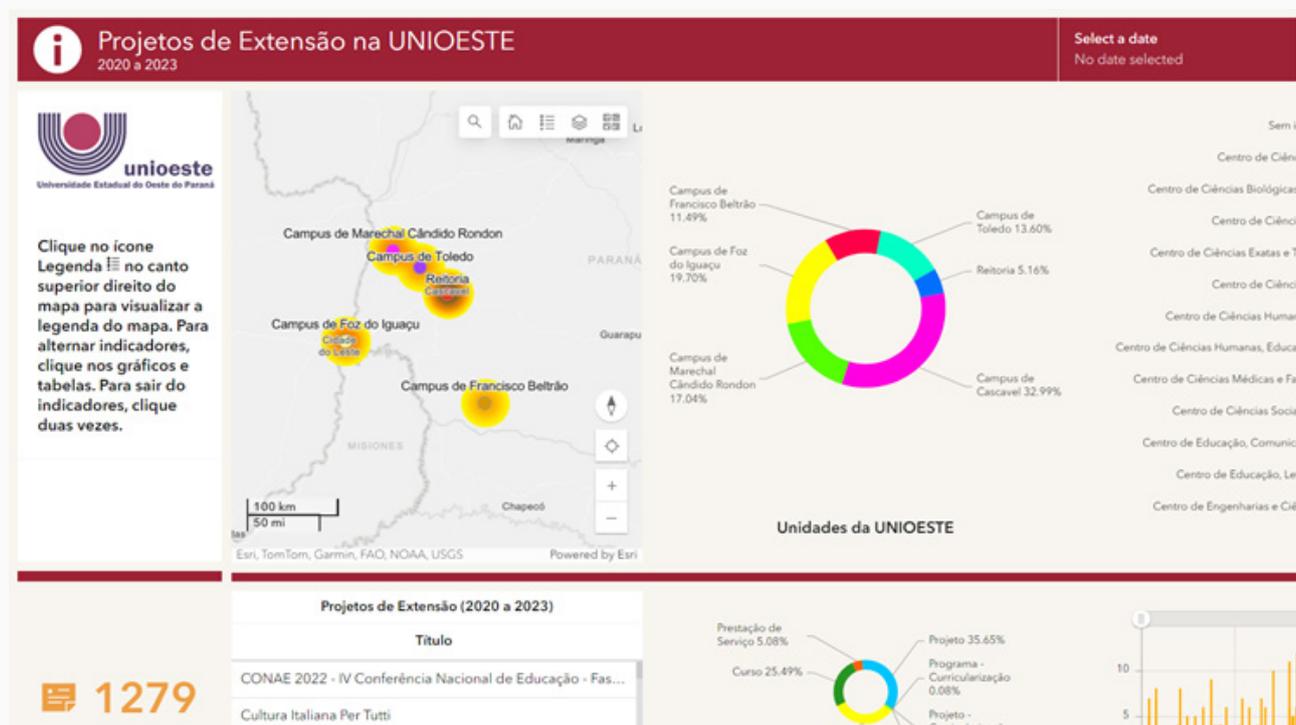
Nota-se a expressiva presença de aprovados do oeste e sudoeste do estado do Pa-

raná, além de outras regiões do estado e do Brasil. Em relação à totalidade dos acadêmicos matriculados<sup>4</sup>, nota-se novamente que o oeste e o sudoeste paranaense são as regiões que mais despertam o interesse dos candidatos em estudarem na Unioeste (Figura 2). Mas há também alunos de outras regiões do Brasil e que encontraram na Unioeste o curso superior de seu interesse.

Nessa conexão, a atuação da universidade junto à comunidade se dá por meio de atividades de pesquisa e extensão, além do ensino. A figura 2 apresenta os 1279 projetos e/ou programas de extensão realizados na UNIOESTE no período de 2020 a 2023.

A consulta da figura 2, de forma interativa, pode ser realizada acessando o link (<https://www.arcgis.com/apps/dashboards/b07de4f390ff40d6885cd1cd177e38d0>). Os indicadores desse painel táctico demonstram que 35,65% das atividades são na modalidade de projetos, seguidos pelos eventos (32,92%) e cursos (25,49%). E 5,94% são atividades que englobam prestação de serviços, projetos e programas de curricularização e programas contínuos.

Figura 2 - Painel táctico dos programas e projetos de extensão da UNIOESTE.



Fonte: Elaboração Própria (2024).

<sup>1</sup>Alguns indicadores são apresentados a partir da interação com o painel táctico, a saber: 1) número de projetos e/ou programas por campus; 2) distribuição de projetos e/ou programas por centro; 3) distribuição de projetos e/ou programas por ano. O painel táctico possibilita as seguintes conclusões: o campus de Cascavel contempla o maior número de projetos e/ou programas (422), seguido pelo campus de Foz do Iguaçu (252); já a distribuição por centros recebe destaque o Centro de Educação, Comunicação e Artes do Campus de Cascavel com 232 projetos, seguido do Centro de Ciências Sociais Aplicadas nos 05 campi da universidade.

Destaca-se que o Campus de Cascavel possui maior número de cursos de graduação (17 cursos presenciais), além de sediar o Hospital Universitário e as Clínicas de Farmácia, Odontologia e Fisioterapia, conseqüentemente maior quantidade de docentes, estudantes e agentes universitários, e possibilidades de desenvolvimento de atividades de extensão.

<sup>4</sup>o dado de município de procedência é um item que não é de preenchimento obrigatório, mas na maior parte dos casos, é preenchido. Isso permite inferir sobre a origem dos acadêmicos.

A grande incidência de atividades de Extensão nos Centros de Educação, Comunicação e Artes (232) e de Ciências Sociais Aplicadas (230) mostra que estas são áreas que merecem um olhar especial da gestão, seja para ampliar recursos para as ações realizadas por esses Centros ou mesmo para estimular a conexão das ações com outros cursos no processo de curricularização da extensão.

A distribuição anual dos projetos manteve-se constante, o que demonstrou forte atuação da universidade durante todo período da pandemia de COVID-19. Mas, o ano de 2022 (397) expressou o maior número de projetos e/ou programas de extensão, seguido do ano de 2023 (353). Os projetos estão inseridos dentro do contexto local e regional dos 05 campi da UNIOESTE.

### **Considerações finais**

O estudo objetivou demonstrar a capilaridade da UNIOESTE nas dimensões do ensino e da extensão. Foi apresentada a geografia da origem dos estudantes da Unioeste e, na sequência, os mapas descritivos das ações da sua extensão universitária. Confirma-se, com os dados apresentados, que a UNIOESTE reproduz a proposta histórica da descentralização dos governos na busca de desenvolvimento local.

A UNIOESTE, como tantas outras Universidades Públicas Estaduais, foi criada para atender demandas de regionalização. Isso reforça o propósito de formação da comunidade local, o que implica no desenvolvimento de toda a logística econômica, cultural e social (PESTANA; VALENTE, 2010). A maior parte dos estudantes da UNIOESTE vivem no entorno da universidade e da mesma forma as atividades de extensão voltam-se aos públicos locais. A universidade se conecta às comunidades locais e suas demandas, tanto pela formação acadêmica para o mercado de trabalho local o que promove a qualificação de profissionais que contribuem para o desenvolvimento local; quanto pela dialogicidade com a sociedade, promovida, em especial, pela extensão universitária e suas premis-

as que levam a reflexões junto à comunidade e desenvolvimento de ações pontuais que promovem a transformação social.

Conclui-se que essa análise mais detalhada pode contribuir significativamente para a gestão acadêmica da UNIOESTE, e deve ser explorada pelos projetos de extensão da universidade, pois pode contribuir em diferentes aspectos, tais como: a) facilitar a conexão com a comunidade local, b) permitir um engajamento mais concreto em função dos laços dos acadêmicos com a comunidade, c) possibilitar o aproveitamento e o contato com recursos e organizações locais, pois os acadêmicos podem conhecer líderes locais, instituições, organizações comunitárias, dentre outros, d) permitir a criação de redes de apoio, com o apoio dos acadêmicos que podem servir de ponte entre a universidade e a comunidade local, e) ampliar o desenvolvimento de soluções ou atuações contextualizadas com a realidade local. Ou seja, a característica de origem geográfica dos alunos da UNIOESTE pode ser um recurso valioso para informar e fortalecer os projetos de extensão realizados pela universidade na mesma cidade e região em que os alunos se originam.

Com esse trabalho foi possível constatar a importância do reconhecimento da origem geográfica dos universitários para o desenvolvimento de ações extensionistas, sendo este um estudo preliminar. Sugere-se aprofundar sobre quais áreas de desenvolvimento da extensão universitária têm se destacado e os resultados obtidos nas suas ações desenvolvidas. Isso tornará possível ampliar o diálogo com as comunidades locais para construção de planos estratégicos que possam contribuir mais intensivamente com o desenvolvimento local, em especial no alcance das comunidades vulneráveis no entorno da universidade.

A proposta de WebGIS Extensão UNIOESTE é uma experiência que está em construção desde o mês de março de 2024 e servirá a esse propósito, pois torna o conhecimento dos projetos e programas de extensão mais visíveis com conexão direta às ações que são desenvolvidas nos

ambientes internos e externos. O objetivo é atender uma necessidade da gestão, de consultar dados tabulares de forma rápida, dinâmica e com transparência das ações de monitoramento para toda a comunidade. O processo é inicial e está na fase de sistematização de dados e indicadores que precisam ser coletados e detalhados. Na sequência, a universidade espera ampliar esta metodologia para conectar dados da extensão com o ensino, a pesquisa e a pós-graduação da universidade e, com isso, realizar com maior eficiência a integração preconizada pela LDB e tantos outros documentos e discursos sobre a universidade pública brasileira.

## Referências

- ALMEIDA-FILHO, Naomar. Reforma Cabanis (Circa 1800): uma reforma universitária sem universidades, esquecida na história da educação. *Revista Brasileira de Educação*. JCR, v. 39, p 41-54, 2018.
- CHALUB-MARTINS, Leila. Universidade e transformação social: a perenidade de Paulo Freire. *Participação* [S.L], n. 18, 2011. disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/22738>. Acesso em: 26 mar. 2024.
- CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 24, p. 5-15, set/out/nov/dez. 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>> Acesso em 15 de mar. de 2024.
- GARBOSSA, Renata Adriana. Instituições Públicas de Ensino Superior no Estado do Paraná e o desenvolvimento local e regional. In: OLIVEIRA JR, Antonio de. A universidade como polo de desenvolvimento local/regional. *Caderno de Geografia*, vol. 24, núm. 1, 2014, pp. 1-12 Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais Belo Horizonte, Brasil.
- LIMA, Ana Carolina da Cruz; LIMA, João Policarpo Rodrigues. Programas de desenvolvimento local na região Nordeste do Brasil: uma avaliação preliminar da “guerra fiscal”. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 557-588, dez. 2010. Acesso em: 26 mar. 2024.
- LONGLEY, P. A; GOODCHILD, M. F.; MAGUIRE, D. J; RHIND, D. W. *Sistemas e ciência da informação geográfica*. 3. Ed., Porto Alegre: Bookman, 2013, 540p.
- LOPES, E. B. M.; KERBAUY, M. T. M. *Desenvolvimento local e a construção de uma nova territorialidade: a implantação do Programa Territórios da Cidadania no Norte Pioneiro do Paraná*. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 14, n. 55, 2009. DOI: 10.12660/cgpc.v14n55.44203. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/44203>. Acesso em: 26 mar. 2024.
- MALCZEWSKI, J. *GIS and multicriteria decision analysis*. New York: John Wiley & Sons, 1999.
- PMBOK – PMI. *Um guia do conhecimento em gerenciamento de projeto*. Guia PMBOK, 6a. ed. – EUA: Project Management Institute, 2017.
- RODRIGUES, C. *Universidades, a segunda revolução acadêmica e o desenvolvimento regional: um conto (unicamente) feito de “techvalleys”?* *Estudos de Planejamento Europeu*, v. 19, n. 2, p. 179-194, 2011.
- SILVA, Leticia Rodrigues da. *Desafios e estratégias para o fortalecimento e capilaridade das Diretrizes Curriculares da ABEPSS nas unidades de formação públicas*. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. 2021.

# **A CABEÇA PENSA CONFORME ONDE OS PÉS PISAM: VALORIZAR A CAPILARIDADE DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO MEIO DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE E DA UNIVERSIDADE**

José Fernando Andrade Costa<sup>1</sup>  
Rita de Cássia Brêda Mascarenhas Lima<sup>2</sup>  
Saviana Matos Reis<sup>3</sup>  
Simone Souza de Oliveira<sup>4</sup>

**Resumo:** Diante recentes esforços para fortalecer a extensão universitária nas Instituições de Ensino Superior, propomos discutir a função das ações extensionistas para o desenvolvimento social dos territórios onde estão inseridas. Objetivamos neste texto analisar a capilaridade da extensão a partir da experiência de uma IEES Pública no interior da Bahia, com foco na valorização das potencialidades já existentes na comunidade universitária, sobretudo estudantil. Para tanto, analisamos os resultados de uma pesquisa interna realizada com estudantes sobre suas vivências extensionistas, em 2023, e selecionamos para discussão dois casos ilustrativos de Programas de Extensão nas Áreas da Educação e de Direitos Humanos e Justiça, que demonstram a capilaridade da Universidade em 25 municípios. Como resultado, indicamos uma proposta de concepção da extensão universitária feita “de baixo para cima”, enquanto forma de luta em defesa do ensino superior público, gratuito, de qualidade e socialmente referenciado. Consideramos que assim compreendida, a extensão universitária pode assumir seu protagonismo no desenvolvimento institucional e territorial, articulando a pesquisa e o ensino, em direção à transformação não apenas da Sociedade, mas da própria Universidade Pública.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária; Interiorização; Desenvolvimento territorial; Ação Pública.

**Abstract:** In view of recent efforts to strengthen university extension (third mission) in Higher Education Institutions, we propose to discuss the role of extension actions for the social development of the territories where they are located. In this article, we aim to analyze the capillarity of extension based on the experience of a Public IEES in the countryside of Bahia, Brazil, focusing on valuing the potential that already exists in the university community, especially among students. To do so, we analyzed the results of an internal survey carried out with students about their extension experiences, in 2023, and selected for discussion two illustrative cases of an Extension Program in the Areas of Education and Human Rights and Justice, which demonstrate the capillarity of the University in 25 cities. As a result, we indicate a proposal for the conception of university extension carried out “bottom-up”, as a form of struggle in defense of public, free, quality and socially referenced higher education. We believe that understood in this way, University extension can assume its leading role in institutional and territorial development, articulating research and teaching, towards the transformation not only of society, but of the Public University itself.

**Keywords:** University Extension; High Education Expansion; Territorial development; Public Action.

<sup>1</sup>Coordenador de Extensão (PROEX-UEFS). Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Feira de Santana, Bahia. ORCID: 0000-0002-5677-0093, e-mail: jfacosta@uefs.br. Participou da concepção, pesquisa, redação e revisão do artigo.

<sup>2</sup>Pró-Reitora de Extensão. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Feira de Santana, Bahia. ORCID: 0000-0001-7125-2051, e-mail: rbreda@uefs.br. Participou da pesquisa, redação e revisão do artigo.

<sup>3</sup>Coordenadora de Extensão (PROEX-UEFS). Feira de Santana, Bahia. ORCID: 0009-0000-0079-8591, e-mail: saviana@uefs.br. Participou da pesquisa, redação e revisão do artigo.

<sup>4</sup>Coordenadora de Extensão (PROEX-UEFS). Feira de Santana, Bahia. ORCID: 0000-0002-4462-6684, e-mail: ssoliveira@uefs.br. Participou da pesquisa, redação e revisão do artigo.

## **Introdução: a universidade pública brasileira no século XXI e o papel da extensão**

Após um período de forte expansão do acesso ao ensino superior no Brasil, entre 2004 e 2014, as Universidades Públicas brasileiras parecem estar agora enfrentando um novo desafio para a legitimação de seu protagonismo enquanto instituições de formação, produção de ciência, tecnologia, cultura e desenvolvimento social. O projeto de Pátria Educadora, prometido em 2015 para o segundo Governo Dilma Rousseff, não chegou a ser implementado em todas as suas consequências. Em seu lugar, a grave crise política e administrativa entre 2016 e 2022, com sucessivos contingenciamentos orçamentários, avanço da lógica privatista neoliberal e ataques sistemáticos à democracia teve como resultado o crescimento do negacionismo científico e, conseqüentemente, o enfraquecimento da defesa da Universidade pública, gratuita e socialmente referenciada.

Podemos notar esse refluxo do interesse social sobre a Universidade Pública pelos resultados dos últimos Censos da Educação Superior: uma explosão dos cursos em modalidade à distância, cuja expansão concentra-se nas instituições privadas, frente à modalidade presencial, predominante nas instituições públicas (INEP, 2023). Aquele ímpeto de transformação ocasionado pela ampliação das oportunidades, verificado pelos relatos dos “primeiros da família a ingressar na Universidade Pública” parece agora ter cedido espaço ao sentimento de desesperança com um futuro melhor por meio da educação superior. A piora das condições materiais de trabalho e sobrevivência das classes populares – e os caminhos para transformar esse cenário – precisa se fazer presente no debate sobre os rumos das políticas de educação superior, inclusive sobre o papel da extensão universitária.

Ocorre que, nesse mesmo período de crises e transformações, os esforços

de institucionalização da extensão universitária – sobretudo a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 – têm mobilizado um amplo debate sobre a função desse pilar do ensino superior nas Universidades Públicas. Diversas publicações recentes apontam para os efeitos positivos da discussão sobre a Extensão, até então com pouca visibilidade, se comparada com a Pesquisa e o Ensino (ALMEIDA; BARBOSA, 2019; FRUTUOSO et al., 2023; GADOTTI, 2017; LUCAS et al., 2023; SERVA, 2020). A Extensão universitária durante muito tempo assumiu para muitos um “não-lugar”: um lugar visto como de menor visibilidade, de menor importância, de pouco reconhecimento e valorização profissional. Ser extensionista ou ter ações vinculadas à extensão não atribuía aos sujeitos o lugar de destaque e de poder. Era comum a percepção de que fazer extensão era para os menos produtivos intelectualmente.

Para avançar na transformação desse quadro, convém indagar como podemos fazer para desconstruir mitos sobre a extensão como um “não-lugar” ou “lugar menor” e para potencializar um novo entendimento acerca da extensão universitária enquanto estratégia do “fazer universidade” (LUCKESI et al., 2012), que é simultaneamente uma forma de buscar a mudança positiva da realidade e de defesa da Universidade Pública perante a sociedade?

Sabemos que é próprio da extensão universitária promover a interação dialógica entre Universidade e outros setores da sociedade, de forma interdisciplinar, interprofissional e articulada com o ensino e a pesquisa, visando produzir impactos positivos e transformação social. Essa vocação para ir além de seus próprios muros é o que tem caracterizado a extensão universitária como um importante espaço de resistência contra retrocessos. A saída envolve uma ampla mobilização de instituições, articulações, instrumentos e atores para que sejam estabelecidas bases sólidas para a vivência extensionista de

estudantes e docentes a partir da realidade local e temporal em que estão inseridos. Como aponta Gadotti, temos que retomar o projeto de Extensão Popular e ampliar a presença e capilaridade das universidades nos territórios de vida da população: “os alunos precisam conhecer o entorno da universidade, ir até os lugares mais empobrecidos. Precisam conhecer as favelas, prisões, hospitais, escolas, igrejas... precisam descobrir in loco como vivem os brasileiros, as mulheres, as crianças, os doentes, os idosos. A realidade, o mundo é nosso primeiro grande educador” (GADOTTI, 2017, p. 14).

Entendemos que a Universidade Pública está em um momento de virada, assim como a Extensão universitária. Fazer extensão retornou à agenda pública e avaliar e propor caminhos está na ordem do dia. Esse cenário tem implicações importantes no contexto social e político em que vivemos, no qual não basta mais reforçar apenas que a Extensão é estratégica para o desenvolvimento social, mas também para a própria defesa e sobrevivência do modelo de universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Para colaborar com esse debate, a partir da questão colocada acima, propomos neste artigo uma reflexão sobre a função social da Universidade Pública olhando para o aspecto de capilaridade territorial inerente à extensão universitária. Para tanto, iremos nos debruçar sobre a experiência da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), localizada no Portal do Sertão, Bahia, com foco na valorização das potencialidades já existentes na comunidade universitária, sobretudo estudantil.

### **Método: avaliação institucional e estudo de caso**

Para discutir a contribuição da Extensão para o fortalecimento da Universidade Pública tomamos como base os resultados de uma pesquisa interna realizada com

estudantes de graduação da UEFS sobre suas origens, vivências extensionistas e perspectivas diante das oportunidades de fazer extensão. Além disso, selecionamos, para incrementar a discussão, dois casos que consideramos ilustrativos para refletir sobre a capilaridade das práticas extensionistas no território onde se insere a Universidade.

A pesquisa com estudantes foi elaborada como parte do processo de acompanhamento e avaliação das atividades extensionistas, promovido pelo Núcleo de Produção e Difusão do Conhecimento em Extensão da Pró-Reitoria de Extensão da UEFS (NPDEx/PROEX). Foi disponibilizado um questionário on-line com o objetivo de conhecer a percepção da comunidade discente em relação à extensão universitária na UEFS. O questionário foi disponibilizado em agosto de 2023 e contou com 349 respostas, de um universo de 7.045 estudantes, distribuídos em 31 cursos de graduação, 148 Programas e Projetos extensionistas ativos e 330 bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX).

Adicionalmente, analisamos dois casos de Programas de Extensão cadastrados nas Áreas de Educação e de Direitos Humanos e Justiça que demonstram a capilaridade das ações extensionistas no território onde a UEFS está inserida. É importante destacar que a UEFS é uma Universidade Pública situada no Território de Identidade<sup>5</sup> Portal do Sertão, com um Campus Avançado no Território Chapada Diamantina (CACD). Por sua posição estratégica no interior baiano, a UEFS possui como uma de suas vocações institucionais contribuir para o desenvolvimento territorial a partir do ensino, pesquisa e extensão. Por isso, neste texto, propomos uma reflexão sobre os resultados da extensão universitária para a consecução de tais objetivos institucionais.

Neste sentido, as ações de extensão selecionadas foram: o Programa CAT – Co-

<sup>5</sup> Com o objetivo de definir políticas a partir da realidade local, o Governo da Bahia reconhece a existência de 27 Territórios de Identidade (TI), conforme as especificidades de cada região do estado. Os TI foram definidos com base no sentimento de pertencimento das comunidades, por meio de metodologias participativas.

nhecer, Analisar e Transformar a Realidade do Campo na construção do Desenvolvimento Sustentável (Resolução CONSEPE 126/2013) e o Programa Ciclos de Ação Comunitária para o fortalecimento psicossocial da cidadania e do bem-estar social em diferentes territórios baianos (Resolução CONSEPE 101/202). O CAT é um Programa interdisciplinar e interinstitucional que há 30 anos atua em parceria como a Organização da Sociedade Civil “Movimento de Organização Comunitária” (MOC) no desenvolvimento de ações para potencializar a Educação do Campo em 19 municípios dos Territórios: Portal do Sertão, Sisal e Bacia do Jacuípe, no Sertão baiano. Já o Programa Ciclos de Ação Comunitária, mais recente, foi criado em 2020, com uma proposta de desenvolver – a partir da Psicologia Social Comunitária – ações coletivas com grupos comunitários visando a promoção da cidadania, do bem-estar e do empoderamento psicossocial em diferentes territórios baianos. Um dos resultados expressivos desse Programa foi a assimilação das propostas discentes, a partir de suas realidades, para a execução de atividades extensionistas, como veremos adiante.

## Resultados e discussão: fazer extensão universitária como dimensão pulsante da educação superior

Quando pensamos na potencialidade da extensão universitária podemos partir da constatação de que a Universidade é um ambiente de diversidade e pluralidade por excelência e que a construção de propostas de resolução dos problemas sociais deve partir tanto da experiência concreta dos atores sociais quanto das ferramentas analíticas mais adequadas para a compreensão de tais situações-problema.

Isso é verdadeiro quando constatamos que as Universidades estão se tornando ambientes mais diversos e plurais por meio de medidas institucionais, como a adoção de ações afirmativas para estudantes de escola pública, pretos, pardos, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, transgêneros, travestis, ciganas, entre outras populações historicamente excluídas ou marginalizadas<sup>6</sup>. Mas não basta garantir o acesso, é necessário que a Universidade garanta a permanência e as melhores condições de desenvolvimento acadêmico para seus discentes.

Na pesquisa realizada com estudantes da UEFS, verificou-se um perfil predominante de estudantes mulheres cis-gênero, negras(os), com significativa participação de estudantes cotistas (n= 170, 48,7%), frente às não-cotistas (n=179, 51,3%).

**Tabela 1. Perfil dos respondentes por identidade de gênero**

	n	frequência
Mulher cis	234	67%
Homem cis	110	31,5%
Mulher trans	-	-
Homen trans	02	0,6%
Não binário	03	0,9%
<b>Total:</b>	<b>349</b>	<b>100</b>
<b>Fonte: Pesquisa NPDEx/PROEX-UEFS 2023.</b>		

<sup>6</sup>As políticas de ações afirmativas na UEFS possuem uma história de mais de duas décadas, quando, no início dos anos 2000, iniciaram os debates para tornar a Universidade Pública mais inclusiva, até a implementação da primeira política institucional de acesso por cotas, em 2007 (SANTOS; OLIVEIRA; MATTOS, 2023). Desde então, a UEFS tem avançado no debate e ampliação das ações afirmativas e políticas de permanência estudantil, incluindo residência estudantil e uma residência específica para estudantes indígenas (VIEIRA, 2023).

**Tabela 2. Perfil dos respondentes por autodeclaração racial (resposta opcional)**

	n	frequência
<b>Negros ( Pretos e Pardos)</b>	256	74,4%
<b>Branco</b>	84	24,4%
<b>Amarelos</b>	01	0,3%
<b>Indígenas</b>	03	0,9%
<b>Total:</b>	344	100

Fonte: Pesquisa NPDEx/PROEX-UEFS 2023.

Considerando o perfil discente representativo de mulheres cis negras, podemos deduzir que existem especificidades de suas experiências de vida que são valiosas para a transformação do ambiente universitário historicamente dominado por homens cis brancos. Este é o argumento, por exemplo, da standpoint theory proposta por Patricia Hill Collins (2016; 2022), para quem a experiência de inserção das pessoas historicamente apartadas das Universidades, entendidas enquanto espaços formais de poder, tende a favorecer a democratização e transformação das estruturas do conhecimento, tanto do ponto de vista epistemológico quanto prático.

Em nossa análise, consideramos pertinente observar de onde vêm nossas estudantes, pois o local de origem é um importante indicador da capilaridade da Universidade e do potencial de retorno concreto às comunidades e demais setores da sociedade por meio de ações extensionistas. Neste sentido, constatamos, pela amostragem obtida, que a UEFS recebe estudantes de 22 dos 27 Territórios de Identidade, naturais de 72 municípios diferentes.

**Quadro 1. Perfil dos respondentes por Território de Identidade e quantidade de Municípios de origem (resposta opcional)**

Território de Identidade	Quantidade de municípios	Número de estudantes
Portal do Sertão	8	168
Sisal	9	27
Bacia do Jacuípe	6	19
Piemonte do Paraguaçu	6	11
Recôncavo	6	9
Irecê	6	8
Chapada Diamantina	5	7
Metropolitano de Salvador	5	5
Litoral Norte e Agreste Baiano	2	4
Semiárido Nordeste II	2	4
Médio Rio de Contas	2	3
Sertão Produtivo	2	3
Vale do Jiquiriçá	2	3
Baixo Sul	2	2
Litoral Sul	2	2
Bacia do Rio Corrente	1	2
Itaparica	1	1
Piemonte da Diamantina	1	1
Piemonte Norte do Itapicuru	1	1
Sertão do São Francisco	1	1
Sudoeste Baiano	1	1
Velho Chico	1	1
<b>Total:</b>	<b>72</b>	<b>283</b>

Fonte: Pesquisa NPDEx/PROEX-UEFS 2023.

Como indicativo da realidade do corpo estudantil da UEFS, esses resultados apontam para uma realidade de significativa capilaridade e de um potencial para o fazer da extensão universitária.

Se considerarmos que as Universidades são instituições que possuem enorme força atrativa de jovens provenientes de diferentes realidades e que trazem consigo suas experiências de vida e, via de regra, a motivação para fazer a diferença no mundo a partir da obtenção das melhores condições formativas que receberem, então podemos conceber que a Universidade opera com certa força centrípeta, isto é, tende a direcionar para si, para seu próprio centro, esse enorme potencial. Ocorre que o funcionamento da Universidade é, por vezes, restritivo e homogeneizante em termos de experiência discente. Uma carreira formativa é condicionada pelos limites da dimensão de Ensino, fundamental para a reprodução dos quadros técnicos necessários ao desenvolvimento social. Além disso, a Pesquisa segue, de modo geral, uma tendência de responder aos parâmetros de avaliação da pós-graduação<sup>7</sup>. Cabe, então, à Extensão universitária o papel de ampliar os horizontes e estimular a Universidade a ir além de seus muros e, para seguirmos com a metáfora, aplicar uma força centrífuga, isto é, uma ação que tenha como consequência o espalhamento e difusão do fazer universitário para seus arredores, visando o desenvolvimento territorial sustentável e socialmente referenciado.

Nossa hipótese, com essa reflexão, é que há um ganho inerente para a própria Universidade Pública que deriva da ampliação consequente das ações extensionistas nos territórios onde está inserida e a partir das experiências práticas de sua comunidade estudantil.

Para ilustrar esse argumento, podemos mencionar algumas características e resultados de dois Programas de Extensão territorialmente situados. São dois exemplos que destacamos em meio a outros de-

envolvidos na UEFS e que acreditamos que correspondam a iniciativas semelhantes existentes em outras Universidades.

O primeiro exemplo é o Programa CAT – Conhecer, Analisar e Transformar. Trata-se de um Programa extensionista fundado em 1994 a partir das experiências de Educação Popular com comunidades rurais desenvolvidas pela Universidade Federal de Pernambuco com base no método freireano de alfabetização. O Programa CAT foi possível na medida em que contou com a adesão de diversos atores: Prefeituras Municipais, por meio de suas Secretarias de Educação, Organização da Sociedade Civil, em especial o MOC, vinculado à Igreja Católica, e, principalmente, a Universidade Pública, a UEFS. Dentre os muitos resultados positivos do CAT no âmbito da Educação do Campo, destacamos a participação coordenada de 19 municípios conveniados com a UEFS e o MOC, em um esforço conjunto para fazer avançar os planos locais de educação. Os resultados são significativos, pois o Programa CAT organiza, de forma racional e eficiente, os recursos disponíveis entre todos os atores implicados: o MOC disponibiliza uma equipe técnica, subsidiada por financiamentos externos, para o planejamento, acompanhamento e avaliação da política de Educação do Campo; os Municípios garantem a disponibilidade das Coordenações Pedagógicas e educadoras(es) que atuam nas escolas do campo para as oficinas de treinamento e desenvolvimento pedagógico; e a UEFS, mediante a participação de docentes e discentes, atua na oferta de assessoria técnica especializada e produção de instrumentos de políticas públicas (a Ficha Pedagógica) que são assimilados por todos os municípios.

Depreende-se dessa experiência que a presença da Universidade Pública nos territórios realiza o conceito de extensão universitária enquanto processo de interação dialógica, interdisciplinar, bilateral entre universidade e outros setores da sociedade, integrando ensino e pesquisa, com

<sup>7</sup>Este quadro tende a ser alterado com a inserção, ainda incipiente, da extensão nos programas de pós-graduação.

consequências formativas para as(os) estudantes e com impactos de transformação social para a população beneficiada. Almejamos indicar um aspecto adicional, que trata da capilaridade da extensão enquanto potencial de produção de transformações também para a Universidade Pública. Isso significa que, no caso do Programa CAT, as demandas trazidas pelos Municípios e pelo MOC provocam os atores da UEFS, docentes e discentes, a se atualizarem para entregar o melhor resultado possível compatível com a realidade dos atores parceiros.

Nesse sentido, temos uma oportunidade de analisar os resultados da implementação da extensão universitária desde uma perspectiva bottom-up, isto é, “de baixo para cima”, partindo da realidade concreta em direção à formulação de políticas mais adequadas às demandas locais, de forma sustentável. Essa é uma contribuição que a Extensão universitária pode oferecer de forma mais consequente, por sua própria natureza, à Universidade Pública em relação à Pesquisa e ao Ensino.

Outro exemplo ilustrativo desse movimento é o Programa Ciclos de Ação Comunitária, que atua na perspectiva da oferta de ações em Psicologia Social de acordo com as demandas dos grupos comunitários e também possui parceria com Organizações da Sociedade Civil, como o MOC. Entre 2020 e 2023, foram realizados 19 Ciclos de Ação Comunitária, em seis diferentes municípios, com grupos sociais diversos: educadoras do campo, juventudes rurais, estudantes da educação básica, mulheres lideranças rurais, idosas, crianças, mães, estudantes universitárias entre outras. Em 2024 estão previstos cinco novos Ciclos, ampliando os municípios e comunidades beneficiadas.

**Quadro 2. Ciclos de Ação Comunitária por ano e local/formato de realização**

Ano	Título do Ciclo	Local
2020	1º Ciclo de apoio psicossocial para educadoras do campo	Remoto (municípios atendidos pelo MOC)
2020	1º Ciclo de apoio psicossocial para jovens lideranças rurais	Remoto (municípios atendidos pelo MOC)
2021	1º Ciclo de Ação Comunitária para promoção da autonomia com estudantes de escola pública	Remoto (Feira de Santana)
2021	1º Ciclo de Ação Comunitária para enfrentamento à violência contra as mulheres (lideranças rurais)	Remoto (municípios atendidos pelo MOC)
2021	Ciclo de Ação Comunitária em defesa dos direitos das mulheres	Feira de Santana
2021	2º Ciclo de apoio psicossocial para educadoras do campo	Remoto (municípios atendidos pelo MOC)
2021	2º Ciclo de apoio psicossocial para jovens lideranças rurais	Remoto (municípios atendidos pelo MOC)
2022	2º Ciclo de Ação Comunitária para promoção da autonomia com estudantes de escola pública	Feira de Santana
2022	2º Ciclo de Ação Comunitária para enfrentamento à violência contra as mulheres (lideranças rurais)	Retirolândia
2022	Ciclo de Apoio Psicossocial para promoção de qualidade de vida para mulheres idosas	Feira de Santana
2022	1º Ciclo de Apoio Psicossocial para mulheres rurais	Ibipeba
2023	Ciclo de Ação Comunitária com mulheres participantes de um grupo de dança	Irecê
2023	2º Ciclo de Apoio Psicossocial para mulheres rurais	Ibipeba
2023	Ciclo de Ação Comunitária “A vida no bairro”	Feira de Santana
2023	Aya: adolescência, negritude e narrativas em um Ciclo de Ação Comunitária com adolescentes em Anguera, BA	Anguera

2023	Famílias, escola e infâncias: tecendo redes no cuidado de si e dos outros	Feira de Santana
2023	Ciclo de Ação Comunitária com crianças macajubenses no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS): Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários através das brincadeiras	Macajuba
2023	Construindo espaços de (re)existência e bem viver na vida universitária: Ciclo de Apoio Psicossocial para estudantes negras da UEFS	Feira de Santana
2023	2º Ciclo de Ação Comunitária com mulheres participantes de um grupo de dança	Irecê
Fonte: elaboração própria.		

Um diferencial dos Ciclos de Ação, enquanto Programa de Extensão Universitária consiste em valorizar a experiência de estudantes universitárias na proposição do público e local de realização das atividades. A experiência e vínculo prévio é entendido como um recurso metodológico positivo, pois possibilita o acesso facilitado à dinâmica comunitária e a adesão à participação nas atividades propostas, sem que seja uma relação assimétrica ou impositiva. Isso significa que as estudantes possuem autonomia de propor ações extensionistas a partir de suas experiências de vida e desejo de contribuir com seus locais de origem. A função docente é facilitar o processo de diagnóstico, preparação, elaboração do plano, divulgação, execução, acompanhamento, análise, avaliação e comunicação socializadora dos resultados, tanto para a comunidade acadêmica quanto da comunidade com quem são realizados os Ciclos.

Neste sentido, podemos derivar dessas duas experiências – Programa CAT e Ciclos de Ação – um horizonte para a extensão universitária popular: a valorização da capilaridade já existente nas universidades, principalmente por meio das experiências de vida de discentes.

## Considerações finais

É importante afirmar que não há um modelo único de fazer Extensão. Cada instituição, cada entrelaçamento com as comunidades, constitui-se de experiências singulares. Quando defendemos uma compreensão analítica “de baixo para cima” da implementação da Extensão na Universidade Pública, não ignoramos a complexidade dos desafios que circundam a construção de uma concepção de Universidade Popular. Entendemos que a proposta aqui esboçada poderá contribuir para a construção de bons sistemas de avaliação da integração entre Extensão, Pesquisa e Ensino (GAVIRA; GIMENEZ; BONACELLI, 2020).

Neste texto buscamos chamar a atenção para a potencialidade de valorizar experiências já existentes e para os possíveis resultados positivos dessa forma de fazer extensão tanto para a transformação da sociedade quanto da Universidade Pública. Afinal, este caminho pressupõe a adesão do corpo docente e técnico, frequentemente voltado para a compreensão da extensão como um “não lugar” ou como restrita à divulgação dos resultados da produção científica. Pensamos que defender a extensão significa propor ações extensionistas “lá onde o povo está”. Para tanto, nada melhor do que valorizar aquilo que nossos discentes trazem de experiência de vida, de suas famílias e territórios.

Não é uma tarefa simples. Trata-se, fundamentalmente, de uma postura e de uma prática universitária que seja efetivamente aberta à alteridade. Que valorize os saberes populares e que se proponha transformadora da “torre de marfim” em que a Universidade Pública tende a facilmente encastelar-se.

Acreditamos que o processo de articulação da Extensão universitária com a Pesquisa e o Ensino deve ocorrer preferencialmente como um processo de experiência efetivamente universitária – pluriversitária – em que a realidade concreta na qual a comunidade universitária está inserida seja o ponto de partida em direção ao desenvolvimento de melhores perguntas de pesquisa e de uma formação técnica que efetivamente responda aos problemas sociais colocados.

Dessa forma, entendemos que a Universidade Pública, na atual quadra histórica em que se encontra, poderá recuperar e sustentar aquela esperança e desejo de transformação social que tão bem a caracteriza e que jamais devemos perder de vista.

## Agradecimentos

Agradecemos à equipe do Núcleo de Produção e Difusão do Conhecimento em Extensão da Pró-Reitoria de Extensão da UEFS (NPDEX/PROEX) pelo suporte na elaboração da pesquisa institucional.

## Referências

- ALMEIDA, Sinara Monica Vitalino; BARBOSA, Larissa Marcelle Vaz, Curricularização da Extensão Universitária no Ensino Médico: o Encontro das Gerações para Humanização da Formação. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 43, n. 1, supl. 1, p. 672-680, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v-43suplemento1-20190013>.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31 n. 1, p. 99-127, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>.
- COLLINS, Patricia Hill. Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica. Trad. Bruna Barros e Jess Oliveira. Boitempo, 2022.
- FRUTUOSO, Maria Fernanda Petrolí; RIZZO, Tamiris Pereira; GONZALES, Fernanda Teles; SANTOS, Cassiane de Jesus; CORRÊA, Elaine Rocha. Outros modos de ensinar: a experiência de criar comunidade e movimentar o pensamento crítico a partir da curricularização da extensão. *Interface (Botucatu)*, v. 27, p. e230159, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.230159>.
- GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê? Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: [https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o\\_Universit%C3%A1ria\\_-\\_Moacir\\_Gadotti\\_fevereiro\\_2017.pdf](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf). Acesso em 28 mar 2023.
- GAVIRA, Muriel de Oliveira; GIMENEZ, Ana Maria Nunes; BONACELLI, Maria Beatriz Machado. Proposta de um sistema de avaliação da integração ensino e extensão: um guia para universidades públicas brasileiras. *Avaliação*, v. 25, n. 02, p. 395-415, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772020000200009>.
- INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2022. Divisão de Estatísticas Educacionais, Ministério da Educação. Brasília, 2023.
- LUCAS, Angela Christina; LEITE, Juliana Pires de Arruda; GONÇALVES JÚNIOR, Oswaldo; VAN NOIJE, Paulo; SOUSA, Rodrigo Ribeiro. Curricularização da extensão: a experiência do curso de Administração Pública da Faculdade de Ciências Aplicadas UNICAMP. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 28, p. e88038, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v28.88038>.
- LUCKESI, Cipriano; BARRETO, Eloi; COSMA, José; BAPTISTA, Naidison. Fazer universidade: uma proposta metodológica. 17ª Ed., Cortez, 2012.
- SANTOS, Ana Maria Carvalho; OLIVEIRA, Carina Silva de Carvalho; MATTOS, Ivanildes Guedes. Histórias e memórias das Ações Afirmativas na UEFS. UEFS Editora, 2023.
- SERVA, Fernanda Mesquita. Educação Superior no Brasil: Um estudo sobre a Política de Curricularização da Extensão Universitária. Tese de doutorado em Educação. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Marília, 2020.
- VIEIRA, Malu. Conheça políticas afirmativas para indígenas na UEFS: Universidade na Bahia tem residência e auxílio para autodeclarados. G1 Bahia - Portal de Notícias, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/04/21/conheca-politicas-afirmativas-para-indigenas-na-uefs-universidade-na-bahia-tem-residencia-e-auxilio-para-autodeclarados.ghtml>. Acesso em: 28 mar 2024.

## A EXTENSÃO DA UNITINS NO TOCANTINS PROFUNDO

Kyldes Batista Vicente<sup>1</sup>  
Darlene Teixeira Castro<sup>2</sup>  
Alessandra Ruita Santos Czapski<sup>3</sup>  
Augusto de Rezende Campos<sup>4</sup>  
José Fernando Bezerra Miranda<sup>5</sup>  
Láisa Gisele Neiva Leite<sup>6</sup>

**Resumo:** neste artigo são apresentadas as práticas extensionistas desenvolvidas no âmbito da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual do Tocantins (Proex/Unitins), no período de 2022 e 2023. O objetivo é demonstrar como a Unitins está presente nas regiões do Tocantins por meio das ações de extensão. Foi adotado o método descritivo, de abordagem qualitativa, cuja técnica foi a análise de projetos e de relatórios de projetos já finalizados. Para a fundamentação utilizou-se da legislação vigente sobre Extensão Universitária e do PDI da universidade. Como os resultados alcançados, conclui-se que as práticas extensionistas desenvolvidas demonstram o esforço educativo da interiorização, promove as condições para o avanço do Ensino Superior, contribui com a formação de profissionais capazes de atuar como agentes de transformação e promove o diálogo do meio acadêmico com a realidade das comunidades, o que, de fato, é esperado.

**Palavras-chave:** extensão universitária; ensino superior; difusão do conhecimento.

## UNITINS EXTENSION IN TOCANTINS DEEP

**Abstract:** this article presents the extension practices developed within the scope of the Dean of Extension, Culture and Community Affairs of the State University of Tocantins (Proex/Unitins), in the period 2022 and 2023. The objective is to demonstrate how Unitins is present in the regions of Tocantins through extension actions. The descriptive method, with a qualitative approach, was adopted, the technique of which was the analysis of projects and reports on projects already completed. For the justification, the current legislation on University Extension and the university's PDI were used. Based on the results achieved, it is concluded that the extension practices developed demonstrate the educational effort of internalization, promote the conditions for the advancement of Higher Education, contribute to the training of professionals capable of acting as agents of transformation and promote dialogue in the academic world. with the reality of the communities, which is, in fact, expected.

**Keywords:** University Extension; University education; diffusion of knowledge.

---

<sup>1</sup>Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA), Graduada em Letras e Mestre em Letras e Linguística (UFG). Realizou estudos de pós-doutoramento em Letras e Linguística (UFG). Atualmente é professora da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), pró-reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e editora da Revista Extensão e da Revista Humanidades & Inovação. Integrante da Câmara de Extensão da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem). E-mail: kyldes.bv@unitins.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8473-2828>

<sup>2</sup>Doutora em Comunicação e Culturas Contemporâneas (UFBA), Mestre em Ciência da Informação (PUC Campinas), Especialista em Metodologias e Linguagens em EaD (Universidade Estadual do Tocantins), Especialista em Gestão e Novas Tecnologias (Centro Universitário Luterano de Palmas), Graduada em Jornalismo e Letras (Centro Universitário Luterano de Palmas). Atualmente é Vice-Reitora da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) e editora assistente da Revista Humanidades e Inovação. Integrante da Câmara de EaD da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem). E-mail: darlene.tc@unitins.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1867-3804>

<sup>3</sup>Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins (UFT); Mestre em Serviço Social (PUC Goiás); Especialista em Administração e Planejamento de Projetos Sociais; Graduada em Serviço Social (Centro Universitário Luterano de Palmas). Atualmente é Pró-Reitora de Graduação da Universidade Estadual do Tocantins, professora pesquisadora do curso de Serviço Social da Unitins. É editora assistente da Revista Extensão. Integrante da Câmara de Graduação da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem). E-mail: alessandra.rs@unitins.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3090-2908>

<sup>4</sup>Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional (Unitau), Especialização em Informática e Educação (Universidade Federal de Lavras), Graduação em Ciência da Computação (PUC Goiás). Atualmente é Reitor da Universidade Estadual do Tocantins, professor Adjunto do Centro Universitário UNIRG e consultor/facilitador nas atividades do SEBRAE. Integrante da Câmara de Graduação da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem). Email: augusto.rc@unitins.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4530-2945>

<sup>5</sup>Graduação em pedagogia (Faculdade do Grupo Uniasselvi), graduação em contabilidade – (Faculdades

## Introdução

O estado do Tocantins encontra-se em uma região de transição geográfica entre o cerrado e a floresta amazônica, o que lhe garante uma rica biodiversidade. Ocupa a área de 277.423,627 km<sup>2</sup>, situado no sudoeste da região Norte do país, limitando-se ao norte com o estado do Maranhão; a leste com os estados do Maranhão, Piauí e Bahia; ao sul com o estado de Goiás; e a oeste com os estados de Mato Grosso e Pará.

Com uma população de aproximadamente 1.383.445 habitantes, distribuídos em 139 municípios, de acordo dados do censo de 2014, segundo o IBGE, estima-se para 2021 uma população de 1.607.363 pessoas, a densidade demográfica em 2014 era de 4,98 habitantes por km<sup>2</sup>, incluindo uma significativa população rural, indígenas, negros, ribeirinhos, extrativistas, dentre outros, ocupa a 14<sup>a</sup> posição no ranking brasileiro em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), e terceiro em relação à Região Norte, com um valor de 0,699 (PNUD, 2013).

A Unitins está localizada no estado do Tocantins, região Norte do país e efetiva suas ações integrando teoria à prática, fundamentada no ensino, na pesquisa e na extensão. Atualmente é uma IES multicampi e está instalada na Região Central - município de Palmas, Região do Vale do Araguaia - em Paraíso do Tocantins, Região Norte - Bico do Papagaio, em Araguatins e Augustinópolis e na Região Sudeste - em Dianópolis, e ainda, em 15 cidades do Tocantins por meio do processo de interiorização universitária, o Projeto TO Graduado.

## Desenvolvimento

### A Unitins no cenário tocantinense

Para melhor conhecer a Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), apresentaremos uma contextualização de sua história no estado. Ela foi criada a partir da publicação da Lei n.º 136/90, efetivada via Decreto nº 252/90, iniciando suas atividades por meio do Decreto Estadual nº 2021 no ano de 1990. Em novembro de 1996 a Lei 872/96, determinou o processo de extinção da autarquia e, ainda no mesmo ano, a Lei nº 874/96 de novembro de 1996, alterou a natureza da IES para Fundação Universidade do Tocantins (Unitins), que se estruturou como pública de direito privado.

A Universidade foi idealizada para atuar como uma instituição formadora, comprometida com o desenvolvimento regional que contribuísse para a transformação da realidade do Estado.

Com intuito de expandir a formação em nível superior no território do Tocantins e melhor atender à população do Estado, a IES estruturou a implantação de cursos, para além da capital Palmas, em outros municípios, como: Araguaína - História, Letras, Geografia, Medicina Veterinária; Ciências com Habilitação em Matemática e Física; Arraias - Pedagogia e Matemática; Colinas - Direito; Guaraí - Letras e Pedagogia; Gurupi - Agronomia, Tocantinópolis, - Pedagogia; Miracema do Tocantins - Administração e Matemática; Palmas - Administração, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia Ambiental, Engenharia de Alimentos, Comunicação Social e Arquitetura e Urbanismo; Paraíso do Tocantins - Pro-

---

Objetivo) e graduação em Administração (Unitop). Mestre em Educação (UFT) e Doutorando em Educação na Amazônia (UFT). Atualmente é coordenador do Curso Tecnólogo em Gestão Pública (Unitins) e coordenador Administrativo da Escola da Assembleia Legislativa do Tocantins. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação. E-mail: jose.fb@unitins.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8134-2106>

Graduação em Serviço Social (Unitins) e Especialista em Políticas Sociais e Direitos Humanos (Unitins). Atua na Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários desde 2016 e é Coordenadora de Extensão e Desenvolvimento Social desde 2021. E-mail: laisa.gn@unitins.br Orcid: <https://orcid.org/0000->

cessamento de Dados e Engenharia de Alimentos.

Essa capilarização da oferta de cursos ascendeu a Unitins, como instituição de ensino superior, no âmbito regional. No ano de 1998, a Unitins iniciou a oferta de cursos de licenciatura, em regime especial, em convênio com a SEDUC e Secretarias Municipais de Educação. Com a criação Universidade Federal do Tocantins (UFT) no ano de 2000, a Unitins transferiu alunos, cursos e parte de seu patrimônio para a recém-criada Universidade Federal. Ainda no mesmo ano, com a Lei nº 1.160/2000, de 21 de junho de 2000, alterou-se, legalmente, a estrutura da Unitins. De 2001 a 2002, a IES passou a ofertar cursos na modalidade à distância, em Regime Especial, de Licenciaturas em Letras, Matemática, História, Ciências, Normal Superior e Pedagogia, formando, aproximadamente, 12.000 professores das redes estadual e municipais de ensino.

Em 2004, com a Lei nº 1.478 Unitins se reordenou para ofertar cursos superiores em outras modalidades. Foram retirados de sua estrutura os Câmpus universitários e as escolas isoladas configurando uma nova realidade acadêmica e alterando a estrutura física. Nesse ínterim, a IES fica encarregada da Coordenação Estadual de Pesquisa Agropecuária; se encarregou de gerir a Organização Estadual de Pesquisa Agropecuária (OEPA), com o intuito de fomentar o desenvolvimento para as áreas rurais do estado.

No período de 2005 a 2009 a trajetória da Unitins volta-se ao ensino a distância e evidencia uma grande expansão, foram criados os cursos de: Administração, Ciências Contábeis, Pedagogia e Serviço Social em EaD, conforme Parecer CNE/CES nº 140/2004, disponibilizando seis mil vagas nesses cursos para o estado do Tocantins. E, pela Portaria nº 2.145, de 16 de julho de 2004, do Ministério da Educação, a Unitins foi creden-

ciada para a oferta de cursos em EaD a nível nacional.

A oferta de cursos EaD da Unitins propiciou um período de aprendizado para os servidores da IES, visto que Universidade investiu em tecnologia e formações que aprimoraram os conhecimentos dos docentes, técnicos e gestores fomentando a expansão conhecimento, fortalecendo a inovação e enriquecendo o aprendizado institucional. Ao institucionalizar um novo processo de formação superior coube à Universidade operacionalizar metodologias apropriadas ao ensino à distância, elaborar e disponibilizar materiais pedagógicos de apoio à aprendizagem do aluno e instituir possibilidades e produção de conteúdos virtuais explorados pelos docentes nos espaços virtuais para melhor aprendizagem dos acadêmicos da Unitins.

Toda essa movimentação agregou uma experiência técnica e pedagógica à Unitins sobre metodologias e elaboração de material didático para o ensino no formato EaD. Em 2010, a Unitins estrutura novamente o processo de ensino na modalidade presencial e com o suporte de uma Comissão Multilateral<sup>7</sup> foi autorizada a ofertar cursos presenciais: Engenharia Agrônoma, Direito, Sistemas de Informação e Serviço Social, no Câmpus de Palmas. Neste mesmo ano, a Unitins foi credenciada no Sistema UaB, para oferta de cursos para o exercício de 2011.

Em 26 de março de 2014, por meio da Lei Estadual nº 2.829, a Unitins voltou ao modelo multicampi, nos municípios de Araguatins, Augustinópolis e Dianópolis. O ano de 2016 assinalou mais uma mudança no regime jurídico da Unitins por meio da Lei nº 3.124, que a tornou uma autarquia de regime especial, com gestão administrativa, financeira, patrimonial, didática e científica, vinculada à Secretaria da Educação, Juventude e Esporte do Estado do Tocantins. Com essa mudança, voltou a ser intitulada Universidade Estadual do Tocantins.

<sup>7</sup>Composta por membros da Unitins, Tribunal de Contas, Procuradoria Geral do Estado, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Gabinete do Governador e Assembleia Legislativa.

No mesmo ano, os servidores da instituição passaram a integrar um quadro próprio de servidores sendo regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Tocantins (Lei nº 1818, de 23 de agosto de 2007).

No ano de 2018, a Unitins elaborou o Plano Estratégico e ampliou consideravelmente as relações interinstitucionais e sociais com a sociedade, entidades governamentais e não governamentais, universidades privadas e federais.

No mesmo ano, dentre as ações realizadas, concretizou-se a realização do vestibular semestral para o Câmpus de Palmas, o retorno da parceria junto ao CNPq com os Programas de Iniciação Científica – Pibic/CNPq Piviti/CNPq, a reestruturação da monitoria acadêmica e também a reestruturação da Comissão Própria de Avaliação.

Em 2019, a Unitins consolidou o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2018-2022), com novas propostas para os três pilares que alicerçam a universidade (ensino, pesquisa e extensão), e também autorizou implantação do Câmpus de Paraíso do Tocantins (Lei nº 3.124, de 14 de julho de 2016), com os cursos presenciais de Bacharelado em Direito e Ciências Contábeis e Tecnólogo em Agronegócios.

Nesse mesmo ano, a educação do país viu-se fragilizada pelo fechamento das instituições de ensino em face à Pandemia da COVID-19. Nesse momento, novamente a Unitins reinventou-se e inovou realizando, por meio da Formação Continuada, imersão de 21 dias em ferramentas tecnológicas e formas de interação. A partir da Metodologia de 3 (três) momentos, alicerçada em ampla pesquisa junto à comunidade acadêmica acerca da capacidade de acesso à internet e potencial de interação, o calendário acadêmico não sofreu atrasos, pois a universidade não parou suas atividades.

Ainda no ano de 2020, a Unitins vive um momento histórico com a realização da 1ª eleição para Reitor e Vice-Reitor desde a sua constituição. Disciplinado pelo edital 001/2020 e em consonância com o Art. 9º,

§ 15 do Estatuto da Unitins, aprovado pelo Decreto nº 5.759, publicado no DOE nº 5.017, de 22 de dezembro de 2017, foram escolhidos por eleições diretas, com votação secreta, tendo assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, para os próximos 3 (três) anos.

Em 2021, ainda no período pandêmico, fatos importantes marcam a história da Unitins: foi autorizada a abertura do curso Bacharelado em Medicina, no Câmpus de Augustinópolis, para atender às demandas da Mesorregião do Bico do Papagaio e estados próximos. E, para finalizar 2021, uma conquista histórica para a autonomia da Unitins: aprovada a Emenda Constitucional nº 41/2021 que acrescenta o § 3º ao Art.134-A da Constituição do Estado do Tocantins, que visa: “§ 3º O Estado aplicará, anualmente, o mínimo de 1% da Receita Corrente Líquida apurada no orçamento vigente, na manutenção do Ensino Superior”. Tal aprovação traz condições à Unitins de melhorar sua estrutura física e metodológica, bem como consolidar e expandir suas atividades.

### **Projeto de interiorização da Unitins**

No PDI 2023-2027 da Unitins, consta a necessidade da interiorização de oferta de cursos. Essa política é um modelo inclusivo de desenvolvimento igualitário por possibilitar aos estudantes das regiões mais afastadas do estado democratização do Ensino Superior, inclusão social e sua permanência no interior, contribuindo diretamente com o desenvolvimento local e diminuindo as desigualdades regionais entre os municípios. Assim, entende-se que a interiorização é uma estratégia que garante ganhos de qualidade e produtividade regional, por exercer papel relevante na formação e na qualificação de profissionais de nível superior em diversas áreas. É uma oportunidade ímpar de ampliar, produzir, apropriar e aplicar conhecimento.

A expansão universitária estima ofertar 10.000 vagas para estudantes do interior, alocadas em Polos de Educação Tec-

nológica situados em municípios estratégicos do estado, além da oferta no Câmpus de Palmas. Sendo assim, as escolhas dos cursos do Projeto de Interiorização Universitária TO Graduado correspondem aos anseios da sociedade local com suas demandas e potencialidades. Essas informações foram construídas a partir da realização de audiências públicas realizadas pela Unitins juntamente com o Governo do Tocantins. A escolha das cidades observa critérios de localização, sua população (menos de 10 mil habitantes), inexistência de outras instituições de ensino superior, potencialidades locais, demandas sociais e vocações produtivas.

A Interiorização Universitária da Unitins é imbuída da certeza da necessidade de uma análise crítica de si mesma, avaliando continuamente os critérios e as metodologias aplicadas com foco no alcance dos objetivos e no aperfeiçoamento das ações nas dimensões acadêmicas e de seus parceiros.

A partir desta contextualização do processo de capilarização da Unitins no território tocantinense, passamos aos projetos que têm sido desenvolvidos nas comunidades em que a Unitins está presente, seja presencialmente ou a distância.

Pautadas na formação do aluno, disseminação de conhecimentos e contribuição social, relevantes ações extensionistas foram desenvolvidas no âmbito da Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários da Unitins. A seguir, pontuam-se informações de alguns dos projetos extensionistas, executados durante os anos de 2022 e 2023.

### Projetos de extensão dos câmpus

A Política de Extensão da Unitins regula-se no princípio de que o conhecimento é um processo social e coletivo indissociável do ensino, pesquisa e extensão, que visa proporcionar à sociedade aportes de conhecimentos destinados a superar os entraves de seu desenvolvimento, recebendo de igual maneira as contribuições de suas vivências e experiências. É importante destacar, ainda, que a Unitins vem cumprindo o seu papel social como IES por meio da execução de práticas/ações extensionistas que procuram suprir as demandas de desigualdades sociais existentes na comunidade externa.

**QUADRO 1: Ações de extensão desenvolvidas nos Câmpus de Araguatins e Augustinópolis (Região do Bico do Papagaio)**

NOME DA AÇÃO	CURSO DE VINCULAÇÃO
Núcleo de Apoio Fiscal e Contábil - NAF	Ciências Contábeis
Pré-Vestibular Solidário	Ciências Contábeis
Consultoria Contábil para pequenos produtores rurais	Ciências Contábeis
Liga Acadêmica de Educação e Mercado Financeiro - LAEMF	Ciências Contábeis
Curso Preparatório CFC - Unitins	Ciências Contábeis
Nome e Sobrenome: Direito Meu	Direito
Liga Acadêmica de Direitos Fundamentais – LADIF	Direito
Liga Acadêmica de Estudos e Ciências Criminais - LAECRI	Direito
Ambulatório de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - APICS	Enfermagem
Liga Acadêmica de Urgência e Emergência - LAUE	Enfermagem
Que mancha é essa? Educação em saúde para a prevenção da hanseníase	Enfermagem
Liga Acadêmica em Saúde da Mulher Interdisciplinar - LAESM	Enfermagem
Nutriervas – Ervas aromáticas produzindo mais sabor e saúde	Enfermagem
Liga Acadêmica de Estética e Dermatologia – LAED	Enfermagem
Fique Ligado Transformar	Enfermagem
Liga Acadêmica de Estudos Morfofuncionais - LAEM	Enfermagem
Programa de Extensão em Saúde e Comunidade	Enfermagem

Programa de Extensão em Saúde e Comunidade	Enfermagem
Liga de Cardiologia - LACARDIO	Medicina
Liga Acadêmica de Medicina Tropical e Infectologia - LAMETRIN	Medicina
Liga de Saúde Coletiva - LISC	Medicina
Liga Acadêmica de Medicina Legal – LAMEL	Medicina
Liga Acadêmica de Ginecologia e Obstetrícia - LAGO	Medicina
Programa de Extensão: cuidado, conhecimento e direitos	Medicina
Meio Ambiente: eu cuido e você cuida?	Pedagogia
Círculo Literário de Ciberleitura	Letras

Fonte: Coordenação de Extensão e Desenvolvimento Social

A partir dos programas, projetos e ações realizadas pelos projetos dos Câmpus de Araguatins e Augustinópolis, o impacto:

### **QUADRO 2: Impacto das ações de extensão desenvolvidas nos Câmpus de Araguatins e Augustinópolis (Região do Bico do Papagaio)**

PESSOAS ENVOLVIDAS NAS AÇÕES DE EXTENSÃO EM 2022-2023				
Câmpus	Docentes	Discentes	Servidores	Comunidade externa
Araguatins	100	1.303	48	1.884
Augustinópolis	708	6.448	128	11.108

Fonte: Coordenação de Extensão e Desenvolvimento Social

Tais números são evidenciados a partir do comprometimento de toda comunidade do Câmpus para a sua execução, envolvidos em mais de uma ação.

Na região sudeste do estado, no Câmpus de Dianópolis, os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito também realizaram impacto positivo:

### **QUADRO 3: Ações de extensão desenvolvidas no Câmpus de Dianópolis (Região Sudeste do Tocantins)**

NOME DA AÇÃO	CURSO DE VINCULAÇÃO
Estatísticas sobre crimes e óbitos ocorridos no município de Dianópolis - 2022	Administração
Gestão Financeiro e Orçamentária na prática – Banana Premier	Administração
IRPF Solidário	Ciências Contábeis
Educação Financeira Rumo à Universidade	Ciências Contábeis
Curso Preparatório - CFC Unitins	Ciências Contábeis
Extratativismo ao Agronegócio	Ciências Contábeis
Aproximando a universidade da Agricultura Familiar dos municípios de Dianópolis - TO	Ciências Contábeis/Administração
Programa de Curricularização da Extensão: Saber direito	Direito

Fonte: Coordenação de Extensão e Desenvolvimento Social

**QUADRO 4: Impacto das ações de extensão desenvolvidas no Câmpus de Dianópolis (Região Sudeste do Tocantins)**

PESSOAS ENVOLVIDAS NAS AÇÕES DE EXTENSÃO EM 2022-2023				
Câmpus	Docentes	Discentes	Servidores	Comunidade externa
Dianópolis	209	2.246	74	505

Fonte: Coordenação de Extensão e Desenvolvimento Social

Na região central, nos Câmpus de Palmas e de Paraíso, os números são os seguintes:

**QUADRO 5: Ações de extensão desenvolvidas nos Câmpus de Paraíso e Palmas (Região Central do Tocantins)**

NOME DA AÇÃO	CURSO DE VINCULAÇÃO
Programa de Gestão de Negócios Sustentáveis e Inclusão Social - GENESIS	Ciências Contábeis-Paraíso
Programa Curricular Conta Comunidade	Ciências Contábeis-Paraíso
Pensar Direito: conhecimento que transforma vidas	Direito-Paraíso
Programa Ponte Jurídica	Direito-Paraíso
Projeto Solo na Escola - Exposição Didática de Solos	Engenharia Agrônômica-Palmas
Unitins Recicla	Engenharia Agrônômica-Palmas
Práticas Extensionistas em produção de aves	Engenharia Agrônômica-Palmas
Programa do curso de Pedagogia Unitins –transpondo muros e construindo cidadania	Pedagogia-Palmas
Ciclo de Estudos e Debates sobre o Trabalho e o Brasil	Serviço Social-Palmas
Programa de Extensão em Serviço Social e Sociedade	Serviço Social-Palmas
Ciclo de Estudos: Movimentos Sociais, política Social e sociedade	Serviço Social-Palmas
Programa de Extensão Sistemas de Informação Empreendedorismo e Inovação Tecnológica	Sistema de Informação-Palmas
Videoteca - Unitins	Sistemas de Informação-Palmas

Fonte: Coordenação de Extensão e Desenvolvimento Social

**QUADRO 6: Impacto das ações de extensão desenvolvidas nos Câmpus de Paraíso e Palmas (Região Central do Tocantins)**

PESSOAS ENVOLVIDAS NAS AÇÕES DE EXTENSÃO EM 2022-2023				
Câmpus	Docentes	Discentes	Servidores	Comunidade externa
Palmas	2.564	5.894	1.327	6.608
Paraíso	2.426	559	41	874

Fonte: Coordenação de Extensão e Desenvolvimento Social

Ao lado das atividades propostas pelos cursos em seus câmpus, há os projetos realizados diretamente pela Proex:

**QUADRO 7: Ações de extensão desenvolvidas pela Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários**

NOME DA AÇÃO	VINCULAÇÃO
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão - PIBIEX	Coord. Extensão/Dir. Extensão/PROEX
Programa Cultura, Arte e Memória	Coord. Cultura/PROEX
Projeto Cultura em Movimento – Conexão Unitins (Programa de Rádio)	Coord. Cultura/PROEX
Projeto Sarau Cultural	Coord. Cultura/PROEX
Programa Escola de Extensão	PROEX
Projeto Saúde Mental: Vigilância, Prevenção e Atenção ao Suicídio	PROEX
Projeto Degraus do Conhecimento	PROGRAD e PROEX
Projeto KinsaKindezi – Chamada de Angola	NEDIH/PROEX
Projeto Unitins Adota Esta Causa!	PROEX
Programa de Valorização da Comunicação	RH/UNITINS
Projeto: A Voz da Cidadania	PROEX
Trilha do Soim: Inventário, identificação e usos culturais de árvores nativas no bosque do Núcleo Tocantinense de Arqueologia (NUTA)	NUTA
Unitins em Movimento	Esporte/Proex
RedEduca Unitins FM	Rádio/Proex
Projeto Extensão em Movimento	Cultura/Proex
Projeto TO na Trilha	Diretoria Proex
Projeto Virando o jogo com a Unitins	Esporte/Proex

Fonte: Coordenação de Extensão e Desenvolvimento Social

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão (Pibiex) é entendido como um conjunto articulado e contínuo de caráter educativo, social, cultural, científico e/ou tecnológico, envolvendo atividades interdisciplinares e com cronograma de execução dentro de um prazo preestabelecido.

Visando estimular discentes e docentes a desenvolverem atividades voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, prioritariamente aquelas em situação de risco ou vulnerabilidade econômica, social, ambiental e cultural, o Programa destina bolsas de extensão, como auxílio financeiro, aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Unitins, que estão na execução das ações extensionistas sob a orientação de um professor da instituição.

E, neste período do recorte deste artigo, foram destinadas setenta bolsas para o desenvolvimento do programa nos seguintes projetos aprovados em edital:

## QUADRO 8: Programa de Iniciação à Extensão (Pibiex)

PIBIEX 2022-2023	
Oficina de Letramento: Leitura e Escrita	Araguatins
Nossas Letras levando-o a escrever seus sonhos no livro da sua vida: Letras Unitins - Venha conhecer, venha cursar	Araguatins
Círculo Literário de Cibercultura	Araguatins
Pré-vestibular Comunitário	Araguatins
Curso Preparatório de Redação para o Enem e Vestibulares	Araguatins
Lendo e escrevendo	Araguatins
Resgate de brinquedos e brincadeiras antigas: Relações intergeracionais possíveis no CRAS de Araguatins	Araguatins
Violência Obstétrica: cuidados partilhados com Gestantes em uma UBS augustinopolina	Augustinópolis
Conversas Abertas: Promovendo a Saúde Sexual em Escolas de Augustinópolis	Augustinópolis
Segunda Temporada do Podcast “Escuta-SUS”: Censo 2022 explorando os dados e perspectivas para o SUS	Augustinópolis
Oficina das Emoções: Promoção à Saúde Mental	Augustinópolis
Cartilhas de Direito e Deveres do Paciente do SUS	Augustinópolis
Acompanhamento Integrado na Atenção Primária a Saúde no fortalecimento da assistência e extensão aos pacientes com hipertensão arterial sistêmica no município de Augustinópolis	Augustinópolis
É pavê é pá comê! Comer bem faz bem!	Augustinópolis
Primeiros Socorros na Escola: Uma abordagem prática perante situações de emergência	Augustinópolis
Atividades funcionais para o equilíbrio e a postura para a população idosa de uma UBS do município de Augustinópolis	Augustinópolis
Semiologia Online	Augustinópolis
Ambiente Virtual para otimização do estudo de histologia nos cursos de Ciências de Saúde	Augustinópolis
Educação Financeira nas Escolas – LAEMF	Augustinópolis
Consultoria Contábil para Pequenos Produtos Rurais	Augustinópolis
Pré-Vestibular Solidário	Augustinópolis
Curso Preparatório – CFC Unitins	Augustinópolis
Mostra de Morfologia	Augustinópolis
Saúde da População LGBTQIAPN+: Enfoque na Atenção Básica	Augustinópolis
Ambulatório de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde – APICS/Unitins	Augustinópolis
Busca de índices de doenças dermatológicas comuns na região do Bico do Papagaio especialmente na cidade de Augustinópolis para promover dados epidemiológicos	Augustinópolis
CAPACITAR: ouvir, conhecer e acolher	Augustinópolis
Saúde, Segurança e Cuidado: Atuação da Enfermagem na prevenção dos riscos ocupacionais	Augustinópolis
Amor e Melodia: cuidando da alma e coração através da humanização com musicoterapia	Augustinópolis
Letramento Político para uma cidadania Ativa	Augustinópolis
Educação para a Democracia	Augustinópolis
Projeto de Conscientização contra o Abuso e Exploração de Crianças e Adolescentes na Rede Pública de Ensino de Augustinópolis	Augustinópolis

Unitins: Prepara e Aprova!	Augustinópolis
Educação Financeira nas Escolas de Dianópolis-TO	Dianópolis
Assessoria e Mapeamento para Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física	Dianópolis
Empreendedorismo Feminino Periférico: elaboração de planos para mulheres empreendedoras	Dianópolis
Bebeteca Móvel: um jeito gostoso de aprender a ler o mundo	Dianópolis
Programas de banco de dados e suas ferramentas como diferencial na agilidade dos processos organizacionais, para sistematizar e organizar a empresa através de programas de banco de dados para fins específicos	Dianópolis
Elaboração de Projetos na perspectiva dos ODS	Dianópolis
Empreendedorismo: Contexto e Comunidade	Dianópolis
Oficina de Letramento Científico: Fortalecendo a Produção Acadêmica e Profissional	Dianópolis
Núcleo de Soluções Alternativas de Conflitos - NUSAC	Dianópolis
Reintegração e Transformação: Uma Ação de Extensão para Redução da Reincidência dos Reeducandos no Município de Dianópolis-TO	Dianópolis
O Direito em movimento através da Extensão: assessoria jurídica a mulheres grávidas e idosos atendidos no CRAS em Dianópolis-TO	Dianópolis
Curso de Prática Constitucional – Segunda Fase OAB	Dianópolis
Manual Técnico de Identificação, Biologia e Manejo de Percevejos e Lepidópteros – Praga do Cerrado	Palmas
Solo na Escola	Palmas
Horticultura como atividade ocupacional para membros do Centro de Convivência do Idoso	Palmas
Clínica Fitopatológica Universitária: uma alternativa aos produtores locais	Palmas
Capacitação de Pequenos produtores no uso de defensivos naturais	Palmas
Balneabilidade das praias de Palmas-TO, durante os períodos seco e chuvoso	Palmas
Práticas Extensionistas em Manejo e Conservação de Volumosos	Palmas
Ciclo de Estudos em Movimentos Sociais, Política Social e Sociedade	Palmas
Núcleo de Assessoria e Consultoria em Projetos Sociais	Palmas
Movimentos Sociais, Política Social e Sociedade	Palmas
Desvendando Silêncios: Compreendendo as formas subtis de violência contra a mulher	Palmas
Conexão Segura: Uso consciente de internet pública para a população Palmense	Palmas
Cidadão Digital: Exercendo a Cidadania	Palmas
Videoteca – Uni: Um ensino além da sala de aula	Palmas
Jiu Jitsu e Defesa Pessoal	Palmas
Projeto integrado de desenvolvimento acadêmico e cidadão para alunos de sistemas de informação: Fortalecendo Hard e Soft Skills	Palmas
Diálogos Epistemológicos sobre Literatura Tocantinense e Escrita Científica	Palmas
Aprendizagem Matemática em Classe Hospitalar: Intervenções possíveis	Palmas
Contando e encantando com histórias, jogos e brincadeiras	Palmas
Linguagens, Símbolos, Expressões e Educação Intercultural: Oficinas de brinquedo cantado da Amazônia	Palmas
Programa de Prevenção ao bullying nas Escolas de Ensino Médio de Paraíso - TO	Paraíso
Direito no Ensino Médio: democratizando o conhecimento jurídico	Paraíso

Mulheres Cuidadoras: Reflexões e Ações p/ valorização do Trabalho não remunerado em Paraíso - TO	Paraíso
O racismo ambiental: os impactos nas zonas periféricas do meio urbano	Paraíso
Horta Agroecológica Universitário: Muito Além de Alimento de Caridade, um papel social	Paraíso

Fonte: Coordenação de Extensão e Desenvolvimento Social

As ações de extensão vinculadas ao Pibiex são desenvolvidas em conformidade com o que determinar os editais de chamada, atendendo aos eixos de conhecimento preconizados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Unitins e às áreas e linhas temáticas de extensão universitária.

### Projetos de extensão do TO graduado

O projeto TO Graduado está presente nas cidades de Araguaçu, Arapoema, Campos Lindos, Caseara, Colinas do Tocantins, Colmeia, Guaraí, Itacajá, Miranorte, Natividade, Palmas, Paranã, Ponte Alta, Sítio Novo e Xambioá. Nelas são oferecidos os cursos de Tecnólogo em Agronegócio, Tecnólogo em Análise de Sistemas e |Desenvolvimento Sistemas e Tecnólogo em Gestão Pública. O projeto teve início em 2022 e, juntamente com as atividades de ensino, foram iniciadas as atividades de pesquisa e extensão. Para tal, na extensão, foi elaborado um programa por cada um dos cursos para que seja desenvolvido em cada um dos polos.

#### QUADRO 9: Ações de extensão desenvolvidas nos Polos do Projeto TO Graduado (em todas as regiões do Tocantins)

Programa de Agronegócio - TO Graduado	Tecnólogo em Agronegócio
Programa de Extensão Curricular curso TADS - TO Graduado	Tecnólogo em Análise de Sistemas e Desenvolvimento Sistemas
Programa de Gestão Pública - TO Graduado	Tecnólogo em Gestão Pública

Fonte: Coordenação de Extensão e Desenvolvimento Social

Com projetos de extensão sendo desenvolvidos no TO Graduado, a Unitins alcança produtores rurais, gestores públicos, empresas e oportuniza a alunos o desenvolvimento de suas ações vinculadas ao contexto a que pertencem. E, no ciclo 2023-2024, foram ofertadas cinquenta bolsas para projetos Pibiex, em um edital desenhado para atendimento de feiras livres e cadeias produtivas.

#### QUADRO 10: Projetos de Pibiex no âmbito do TO Graduado (em todas as regiões do Tocantins)

PIBIEX TO GRADUADO	
Extensão para o Desenvolvimento e Apoio das Feiras Livres em cinco municípios tocantinenses	Tecnologia em Gestão do Agronegócio (todos os polos)
Desenvolvimento sustentável e fortalecimento de cadeias produtivas curtas e feiras livres no Tocantins sob a Gestão Pública	Tecnologia em Gestão Pública (todos os polos)

Desenvolvimento de Sistemas de Informação: Gestão tecnológica na cadeia de alimentos e bebidas	Tecnologia e Análise de Desenvolvimento de Sistemas (todos os polos)
--	--

Fonte: Coordenação de Extensão e Desenvolvimento Social

Os projetos selecionados subsidiam as ações elaboradas de acordo com as políticas e diretrizes de extensão da Unitins, e estão vinculados a pelo menos uma área temática da extensão (Comunicação; Cultura e Arte; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; Trabalho), e atendem um dos Eixos de Conhecimento do PDI da Unitins (Saúde Comunitária; Sociedade e Humanidade; Gestão, Negócios e Tecnologia; Agrotecnologia e Educação e Formação Continuada ) bem como a um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS propostos pela Organização das Nações Unidas – ONU.

## Considerações finais

A Unitins oportuniza um espaço privilegiado de convivência, em que circulam pessoas com alto potencial, e fomenta o desenvolvimento humano e científico-tecnológico. Esse cenário se configura como um espaço acadêmico de atuação docente e discente local de produção e disseminação de conhecimento, enriquecido por diversas culturas, pela pesquisa, pela informação que se transformam em conhecimento e potencializam o desenvolvimento de habilidades e competências da comunidade acadêmica.

Por todo o exposto, a Unitins tem importância na história do Estado do Tocantins, contribuindo para construção, produção, difusão e aplicação do conhecimento direcionado aos coletivos sociais; trabalhando e desenvolvendo processos educacionais para a estruturação e expansão do desenvolvimento cultural, social, econômico local e regional. Sua constituição como universidade pública é inspirada em princípios de inclusão social, ética, transparência, comprometimento e engajamento com a sociedade, responsabilidade socioambiental, respeito à diversidade, cordialidade no ambiente de trabalho e democracia participativa.

## Referências

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS - FORPROEX. Indissociabilidade ensino pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Brasília: MEC/SESu, 2006.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Orçamento. Perfil Socioeconômico do Municípios das Regiões I, II, III e IV. Palmas: SEPLAN, 2016. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seplan/perfil-socioeconomico-do-municipios-das-regioes-iiiiii-e-iv/6xyqrligknut>. Acesso em: 31 de março de 2024.

TOCANTINS. Lei nº 4.003, de 07/11/2022, publicada no Diário Oficial do estado do Tocantins nº 6.206, em 09/11/2022 - instituição do Projeto de Interiorização Universitária Tecnológica, denominado TO Graduado.

UNITINS. Plano de Desenvolvimento Institucional 2023-2027. Disponível em: <https://www.unitins.br/nPortal/pdi>. Acesso em: 31 de março de 2024.

UNITINS. PPC Gestão pública. Disponível em: <https://www.unitins.br/nPortal/gestao-publica-to-graduado>. Acesso em: 31 de março de 2024.

# CARTOGRAFIA DOS MOVIMENTOS DA EXTENSÃO NA UNEB

Rosane Meire Vieira de Jesus<sup>1</sup>  
Ana Elisia O. Lima Pinho<sup>2</sup>  
Erika Emylli Pereira Lima<sup>3</sup>  
Ester de Jesus<sup>4</sup>  
Sarah Teles de Oliveira<sup>5</sup>

**Resumo:** este artigo propõe-se a apresentar os primeiros resultados do projeto de pesquisa que pretende realizar uma cartografia das discursividades que são construídas em torno do significante extensão, nos projetos e seus respectivos relatórios de extensão produzidos na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no ano de 2022. O objetivo da pesquisa é compreender como a extensão universitária tem sido operada conceitualmente nas ações extensionistas da UNEB, assumindo como veio epistemológico os estudos pós-estruturalistas. A partir de uma abordagem qualitativa, a pesquisa mobiliza a análise política de discurso, com a intenção de desconstruir o termo extensão e os léxicos acionados que compõem narrativas extensionistas na Universidade. Com os sistemas de informação da UNEB, produzimos os dados e informações sobre o universo da pesquisa, numa amostragem não probabilística, seguindo alguns critérios para seleção dos projetos extensionistas. Neste primeiro momento, com os dados e informações disponíveis, o artigo pretende expor a relação das ações de extensão com as áreas temáticas da extensão; sua vinculação a grupo de pesquisa e/ou a componentes curriculares da graduação ou pós-graduação; articulação com coletivos sociais organizados e/ou comunidades originárias; financiamento; e localização territorial.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária; Cartografia; Discursividades.

## CARTOGRAPHY OF EXTENSION MOVEMENTS AT UNEB

**Abstract:** this article proposes to present the first results of the research project that aims to carry out a cartography of the discursivities that are built around the significant extension, in the projects and their respective extension reports produced at the State University of Bahia (UNEB), in year 2022. The objective of the research is to understand how university extension has been conceptually operated in UNEB's extension actions, assuming post-structuralist studies as the epistemological approach. From a qualitative approach, the research mobilizes political discourse analysis, with the intention of deconstructing the term extension and the lexicons used that make up extensionist narratives at the University. Using UNEB's information systems, we produce data and information about the research universe, in a non-probabilistic sampling, following some criteria for the selection of extension projects. At first, with the data and information available, the article intends to expose the relationship between extension actions and the thematic areas of extension; their connection to a research group and/or to undergraduate or postgraduate curricular components; articulation with organized social collectives and/or original communities; financing; and territorial location.

**Keywords:** University Extension; Cartography; Speeches.

1 Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, Bahia, [orcid.org/0000-0003-3416-5527](https://orcid.org/0000-0003-3416-5527), [rmvieira@uneb.br](mailto:rmvieira@uneb.br), Pró-Reitora de Extensão da UNEB, autora

2 UNEB, Salvador, Bahia, <https://orcid.org/0009-0001-9704-3917>, [lisanna0196@gmail.com](mailto:lisanna0196@gmail.com), orientanda de Iniciação Científica da UNEB, co-autora.

3 UNEB, Salvador, Bahia, <https://orcid.org/0009-0000-4039-0363>, [erikaemylip84@gmail.com](mailto:erikaemylip84@gmail.com), orientanda de Iniciação Científica da UNEB, co-autora.

4 UNEB, Salvador, Bahia, <https://orcid.org/0009-0001-7814-1562>, [ester.coite@gmail.com](mailto:ester.coite@gmail.com), orientanda de Iniciação Científica da UNEB, co-autora.

5 UNEB, Salvador, Bahia, <https://orcid.org/0009-0002-2374-3520>, [stoliveira@uneb.br](mailto:stoliveira@uneb.br), analista universitária da UNEB, co-autora.

## Introdução

Com a Constituição de 1988, a Universidade passa a se configurar como instituição responsável por exercer atividades, de maneira indissociável, de Ensino, Pesquisa e Extensão (Brasil, 2012). Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabeleceu a extensão como uma das finalidades da educação superior, devendo ser “aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (Brasil, 1996). Na Política Nacional de Extensão Universitária (2012), a extensão é conceituada como um “instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia”. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) e a Câmara de Extensão da Associação de Reitoras e Reitores das Universidades Municipais e Estaduais do Brasil (ABRUEM) têm produzido documentos, como o Plano Nacional de Extensão Universitária (1999) e a Política Nacional de Extensão Universitária (2012). Esses são marcos institucionais importantes para compreender como as práticas de significação da Extensão Universitária no Brasil têm estado vinculadas à função social da Universidade e seu reconhecimento, possibilitando a abertura desta às demandas sociais.

Essa abertura, entretanto, é significada geohistoricamente por diferentes veios político-epistemológicos, que foram emergindo de movimentos extensionistas internacionais, vide os exemplos das universidades norte-americanas, européias e latino-americanas – caminhos em confluência e em contradições. A partir da relação dos estudos históricos de Serrano (2013) com os modelos de Extensão de Serna (2004), podem-se perceber algumas discursividades hegemônicas, no Brasil, sobre Extensão Universitária. Didaticamente, segue a classificação pelas logicidades de discurso: a) a lógica da transmissão verti-

cal do conhecimento que se aproxima do modelo divulgativo; b) a lógica da ação voluntária sócio-comunitária que dialoga com o modelo altruísta, como uma ação desinteressada e humanitária em favor de populações marginalizadas; c) a lógica da ação sócio-comunitária institucional que tem um viés assistencialista e sua prática não é sistêmica, nem sistêmica; d) e, finalmente, a lógica do acadêmico institucional, com vistas ao compartilhamento de bens simbólicos de forma dialógica com as comunidades historicamente oprimidas. Cabe, aqui, a defesa da indissociabilidade entre os fazeres acadêmicos (Extensão, Pesquisa e Ensino) e a Extensão como produção de saberes, via o encontro, a troca.

Tais usos do significante extensão universitária participam dos tempos-espaços, que constituem as histórias da constituição da Universidade brasileira, com variações temporais dentro das próprias instituições, pois as diversas experiências e concepções se hibridizam, convivem e/ou se conflituam no cotidiano. As resoluções, normativas, programas e editais do campo da extensão pautam, através do seu edifício linguístico, léxicos que traduzem a fluidez de pensares/agires nas ações extensionistas, na Universidade.

Na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), esse processo é complexificado pelas variações geográficas – a multicampia, que é uma estrutura orgânica de departamentos, estabelecida em ato regulamentar, visando identificar as suas unidades universitárias através da reorganização das Universidades Estaduais da Bahia, decorrente a Lei 7.176 de 10 de agosto de 1997. Hoje, totalizando 26 campi e 32 Departamentos, a UNEB se estende em grande parte do território baiano, em áreas geoeconômicas de influência (Bahia, 2017). Assim, a institucionalização da extensão universitária da UNEB se forja de forma multicampi, irradiando-se por demandas territoriais diversas, diante de expectativas e de compreensões do que, com quem, por que e em que condição se pensa/faz extensão.

Em uma situação geograficamente singular, a Bahia reside na vizinhança de oito outras unidades federativas brasileiras, bem como, localizada na porção Nordeste, faz divisa com todas as macroregiões administrativas do país, com exceção do Sul. Em tal característica, remanesce, na UNEB, a potência de uma agência universitária de fronteiras que possibilita uma prática de encarnação política dessa dimensão intransferível da territorialidade, um discurso acentuadamente fronteiriço. Para tanto, os contextos territoriais como construções discursivas radicaliza os deslizamentos do que significa extensão na UNEB.

O projeto de pesquisa, da onde parte este artigo, assume o plano acontecimental (da experiência das/os extensionistas da UNEB), através das narrativas apresentadas nos projetos e seus respectivos relatórios de extensão. Partir desse lugar significa ter como chave epistemológica a pós-estrutural, que comporta um radicalismo “outro”, impondo a presença signíca como estruturante na construção da própria coisidade. A centralidade na linguagem rompe com o realismo ontológico: não há um mundo verdadeiro em si, que a razão objetiva tenta idealmente apreender; mas, ontologicamente, um mundo que se opera discursivamente.

Nessa perspectiva pós-estrutural, compreende-se que as discursividades negociadas no cotidiano universitário forjam o que se entende por universidade, sem a ambição de consensualidade, muito menos, fechando em explicações totalizantes e universais, mas tendo em vista os fluxos de sentidos e significados que as permeiam, diante das contingências. Portanto, a pesquisa revela um mundo em que desponta para um ser que se mostra e, ao aparecer, instala um mundo para fazer sentido ao ser-aí.

### **Horizonte metodológico**

Para compreender a extensão universitária, desse modo, é necessário perceber as discursividades do que se nomeia

como extensão e como esse campo tem criado fulcros para ser outra coisa, em suas possibilidades de ser. A cartografia é o método instado a desconstruir o termo extensão e os léxicos acionados que compõem narrativas extensionistas na Universidade. Por cartografia, assume-se, conforme Guattari e Rolnik (1986), que a pesquisa persiga os discursos perspectivadores de extensão, através dos rastros deixados pelas performatividades de poder. Compreendidos no sentido derridiano de “rastro ontológico”, “pois se refere a marcas deixadas por uma ação ou pela passagem de um ser ou objeto” (Derrida, 1973, p.22).

Com os sistemas de informação da UNEB, são produzidos os dados e informações sobre o universo da pesquisa, numa amostragem não-probabilística, de acordo os seguintes critérios de seleção dos projetos das ações extensionistas: a) projetos de extensão registrados no Sistema de Planejamento e Gestão Universitários (SPGU), no ano de 2022; b) projetos que tenham seus respectivos relatórios registrados no Sistema da Pró-Reitoria de Extensão (SISPROEX); c) projetos aprovados em editais da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), com financiamento de bolsas de Iniciação à Extensão e/ou material de consumo, de custeio e de equipamento.

De 402 projetos levantados, havia 252 relatórios no sistema. Desse universo, a amostra aleatória simples de 205 foi analisada, buscando os seguintes objetivos: a) compreender como a extensão universitária tem sido operada política e conceitualmente (na relação com os marcadores sociais das/os proponentes, as áreas temáticas da extensão, a pesquisa e inovação, a curricularização da extensão na graduação e na pós-graduação e as demandas dos coletivos sociais organizados e/ou comunidades originárias) nos projetos extensionistas, em 2022; b) formular os indicadores da extensão universitária e seus parâmetros para apoiar na produção e avaliação das políticas nacionais e da própria UNEB de extensão (institucionalização e financiamento); bem

como c) compreender como a organização universitária multicampi da UNEB articula hegemonias discursivas e movimentos antagonísticos neste campo.

Dos três objetivos da pesquisa, este artigo apresenta a discussão e resultados do primeiro objetivo. Para ter acesso a esses textos, a pesquisa toma a análise de discurso crítica de Laclau e Mouffe (2015). O olhar para os projetos e relatórios de extensão é mais uma tentativa de ir ao encontro de fabulações outras do termo extensão e menos uma tentativa de analisar sua consistência e coerência com a perspectiva usualmente utilizada pelos documentos e resoluções referenciais da Universidade. A fabulação é uma faculdade voltada para a criação de novas e potentes imagens conceituais, sem as quais a criação pode se perder de sua política de sentido.

Acionando a ideia de imagem-fábula de Deleuze (1992), interessa ver os possíveis devires de tal termo. A imagem-fábula é a imagem da dobra, que instala algo ou alguma coisa, não na ordem do tempo, mas na coexistência do passado e do futuro, com a construção da subjetividade em constante mudança. De acordo com Pimentel (2010, p. 248), “Não há sujeito igual a si mesmo porque pensamos, existimos, e vivemos no tempo; subjetividade é vir a ser, mudança, desterritorialização, repetição da diferença, o singular tornando-se múltiplo”. Numa analogia, fabular perspectivas é, então, estar no esteio de referências como potência do vir a ser, provocando deslocamentos que (des/re)configuram as estruturas discursivas sobre um conceito. Na análise, um mundo em desconstrução se revela/desvela, cobre/descobre e, a partir desse universo interpretativo, é produzida a cartografia, entre forças, agenciamentos, jogos de verdade, enunciações e jogos de objetivação e subjetivação.

## Discussão e resultados

Não foi possível levantar as marcações sociais, que constituem as/os proponentes das ações extensionistas, em re-

lação à auto identificação étnico-racial, de gênero, deficiência e orientação sexual, pois o atual SISPROEX não possui essas informações nem o SPGU. É fundamental incluir tais informações para que se possa compreender quem são as/os extensionistas da UNEB e que fluxos perseguem suas trajetividades. Assim, são analisados os regimes de verdade que são conservados e que emergem nas discursividades que possibilitem articular, interpelar, deslocar, legitimar e/ou contestar sentidos e lógicas que circulem neste campo da extensão universitária e que mobilizam políticas.

Sobre a categoria da qual pertencem as/os proponentes de projetos de extensão, tem-se, em sua grande maioria, docentes – 94,7%, conforme Gráfico A abaixo. Justifica-se essa informação por essa categoria ter, no seu plano de carreira, a possibilidade de realizar extensão; bem como pelo processo de curricularização de extensão que tem sido implementado e ampliado a demanda por projetos de extensão, nos cursos de graduação.

No entanto, a UNEB tem estimulado, via política de formação do corpo técnico administrativo, a presença da/o técnica/o na vida acadêmica, incluindo na extensão. Cabe discutir porque essa porcentagem está tão pequena – 4,3%, conforme Gráfico A. Ao avaliar a proporcionalidade de docentes e técnicas/os envolvidas/os em ações de extensão em relação ao total, tem-se:

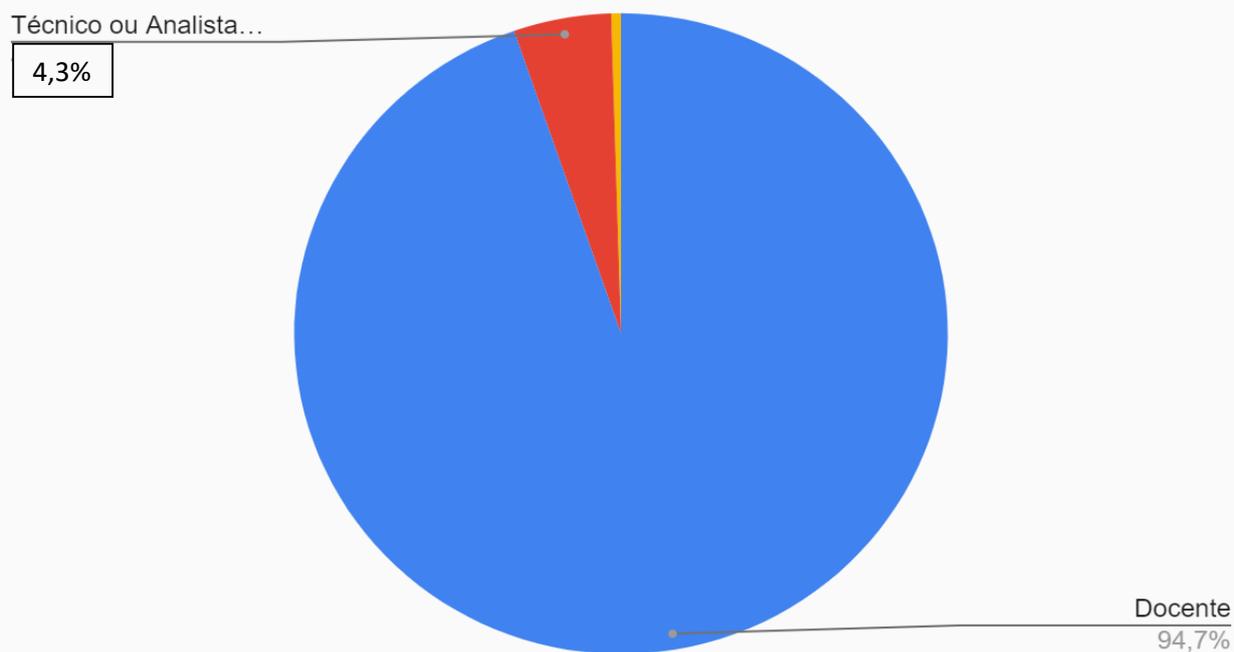
- No total do corpo técnico de 1.519, 10 técnicos/as fizeram projetos de extensão aprovados em editais da PROEX. Logo, 0,7% do corpo técnico;
- No total do corpo docente de 2.176, 195 docentes fizeram projetos de extensão aprovados em editais da PROEX. Logo, 9% do corpo docente;
- No total do corpo de servidores de 3.695, 205 servidoras/es fizeram projetos de extensão aprovados em editais da PROEX. Logo, 5,5%.

Enquanto parâmetro de avaliação

deste indicador, importa compreender as articulações políticas que tensionam sentidos e significados, num espaço-tempo de negociação dos sujeitos, a partir de contextos dos ciclos de políticas públicas e das próprias experiências, na direção de: a) ampliar o fomento de projetos de extensão; b) incentivar a cultura do registro de relatórios; c) ampliar a participação do corpo técnico como proponente de extensão, inserindo-o nos grupos de pesquisa da UNEB, como também regulando sobre a inclusão da extensão no plano de carreira da/o técnica/o; d) facilitar a operacionalidade da política da curricularização da extensão.

Atenta-se que o Gráfico A registra 1% de projetos oriundos do corpo estudantil, o que é um erro de registro, pois o SPGU só registra projetos de extensão que têm como proponente servidora/r.

**Gráfico A – Categoria da/o proponente do projeto de extensão**

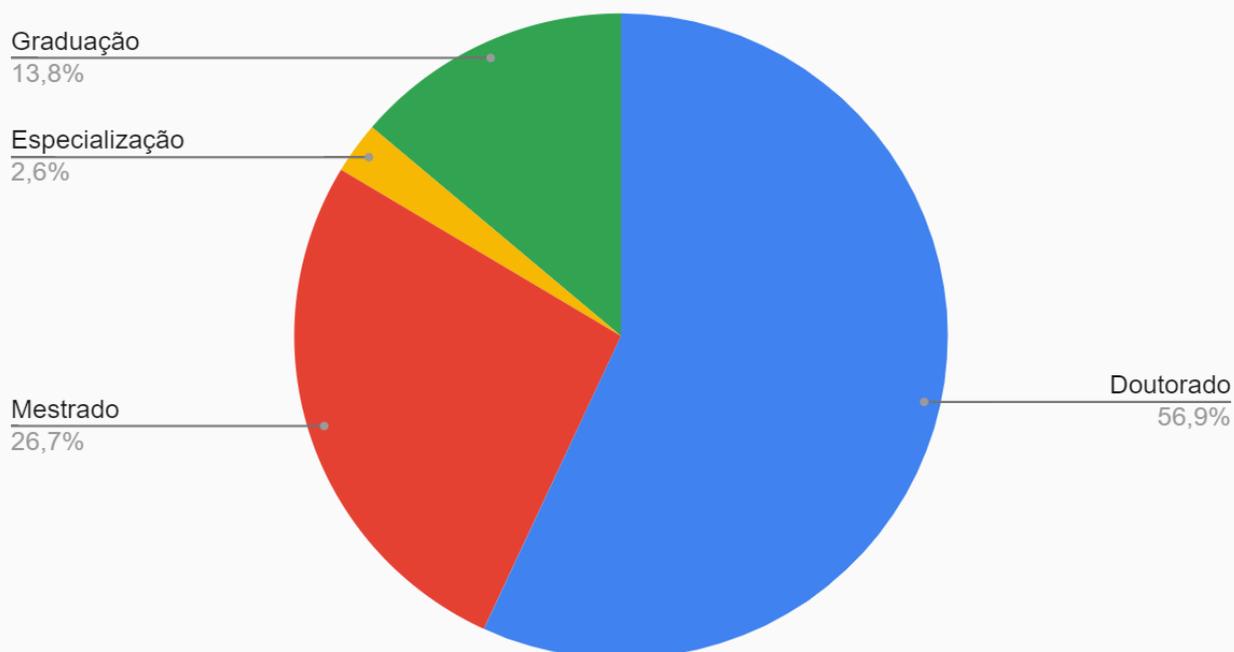


Fonte: SISPROEX

A formação mais recorrente das/os proponentes, que são, em sua maioria, docentes, é doutorado, o que faz hipotetizar que esses projetos de extensão são articulados com pesquisas e/ou oriundos dela – vide o Gráfico B abaixo.

## Gráfico B – Formação da/o proponente do projeto de extensão

### Contagem de Formação Geral



Fonte: SISPROEX

Formadas/os pelos paradigmas exacerbadamente racionalistas e teleológicos, foram criadas historicamente fronteiras bem delimitadas entre as ações de Extensão e de Pesquisa, priorizando a Pesquisa como o espaço de produção e difusão qualificada de saberes e a Extensão como espaço de divulgação generalista desses saberes. Esse olhar simplista desconsidera os projetos que aliam Pesquisa e Extensão no seu desenvolvimento; invisibiliza produções qualificadas que advêm de ações extensionistas; dessasocia a produção de saberes a Extensão, espaço profícuo para o encontro de epistemes diversas; e dicotomiza ações formativas indissociáveis, reduzindo a Extensão a uma lógica de transmissão generalista de saberes.

A partir de indagações de Pesquisa, advindas da/na prática profissional, possíveis ações de Extensão podem vir a acontecer, bem como a Extensão pode emergir no currículo de curso de graduação ou de pós-graduação como ressonâncias do Ensino e das Pesquisas realizadas ou em execução. Nessa perspectiva, Extensão e Pesquisa, longe de serem metas, são dimensões indissociáveis e imbricadas que desenvolvem jogos de acontecimentos e de linguagens na produção de discursividades sobre o mundo, complexificando pedagogias e processos de construção e de difusão de saberes.

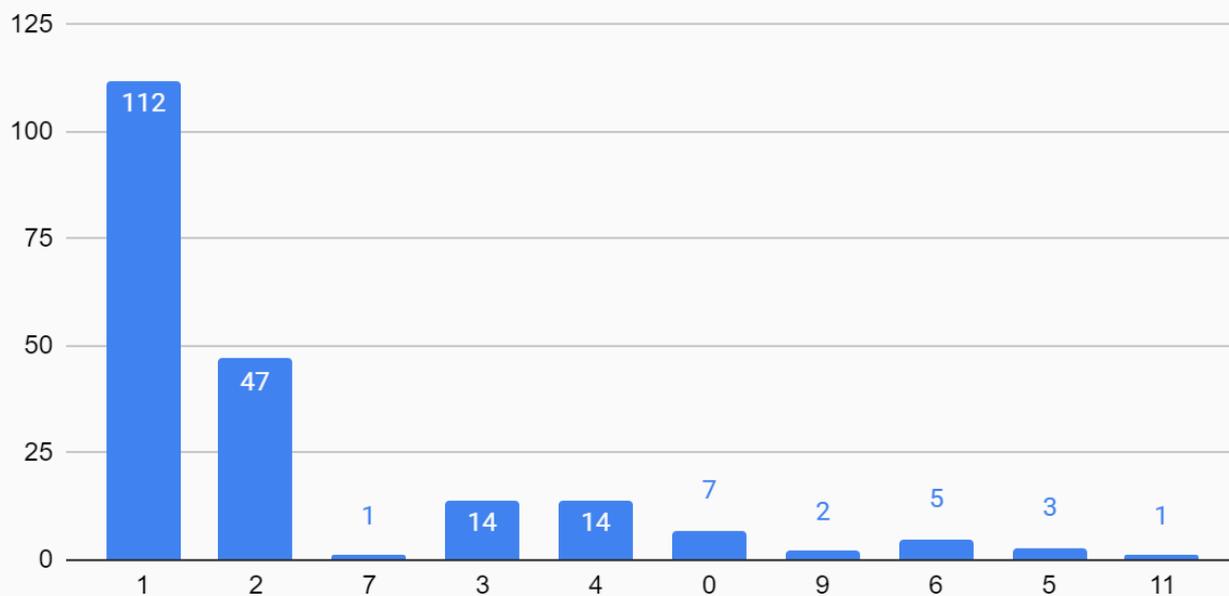
Quando se analisa a equipe executora, as/os docentes estão mais presentes, entretanto há mais projetos com 1 docente na equipe, marcando que se têm mais projetos vinculados a trajetória de uma/um professora/r em específico e menos a grupos de professoras/es articuladas/os para a realização de projetos de uma área de conhecimento ou grupo de pesquisa – vide Gráfico C. Aliás nem informam essa vinculação a grupos de pesquisa, o que é um erro, pois os projetos de grupos tendem a ser mais contínuos e com aderência à formação dos cursos, de acordo com o Gráfico D. Para tanto, é preciso atentar que os grupos de pesquisa são espaços potentes para a execução de projetos, que constituem ações de extensão, pesquisa e ensino. Longe da ideia de polos estanques e idealizados, pode-se pensar em polos que se inter-relacionam, visto que os conteúdos e as formas de

Ensino são resultados de Pesquisa, estimulam ações de Extensão e direcionam avaliações do próprio projeto político-pedagógico de curso a todo o momento, com um olhar inovador, já que os sistemas de significação das/os envolvidas/os na Extensão e Pesquisa são desconstruídos pelas atualizações de cenários socioculturais compartilhados coletivamente.

Em relação ao Gráfico E, que trata do quantitativo de estudantes na equipe executora, indica que há mais projetos com apenas 1 ou 2 estudantes e a/o(s) mesma/o(s) deve(m) ser bolsista(s). Logo há poucos projetos com estudantes voluntárias/os. Os projetos com muitas/os voluntárias/os devem ser vinculados a grupos de pesquisa ou áreas de conhecimento de Colegiado de curso, pois atraem estudantes para além de bolsas. O projeto não é uma congregação de pessoas em torno de uma temática, mas pode ser uma relação mais pessoal com a/o docente extensionista.

Ao avaliar o nível de participação de estudantes em ações de extensão universitária, tem-se 413 estudantes, sejam bolsistas ou voluntárias/os, o que expressa uma porcentagem muito baixa na relação com a totalidade de 29.931 estudantes de graduação e de pós-graduação. Tem-se 1,5% do corpo estudantil que participou, na equipe executora, de projeto de extensão aprovado em editais da PROEX, em 2022. O que denota a necessidade de ampliação o número de bolsa de Iniciação à Extensão e de articulação com grupos de pesquisa e/ou áreas de conhecimento de Colegiados de cursos de graduação para que o projeto tenha aderência à formação da/o discente, atraindo-a/o mesmo como voluntária/o. Só assim se pode identificar o alcance dos programas e projetos de extensão junto aos Trabalhos de Conclusão de Cursos de graduação e de pós-graduação.

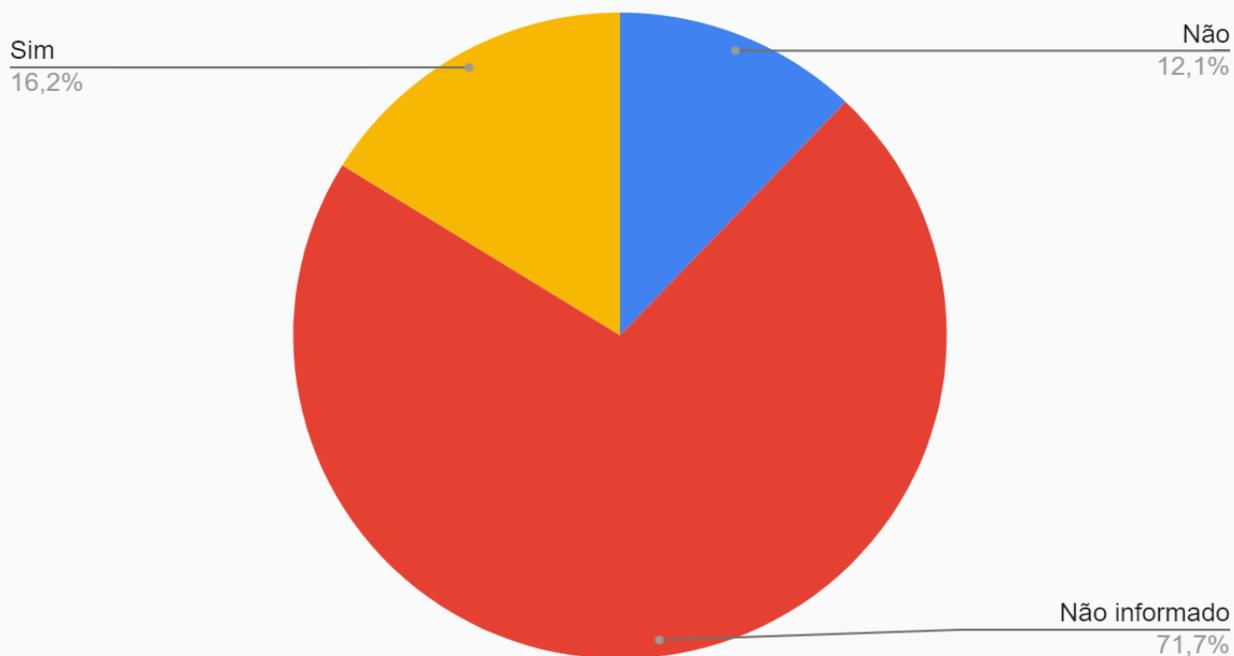
**Gráfico C – Quantitativo de docentes na equipe executora**



Fonte: SISPROEX

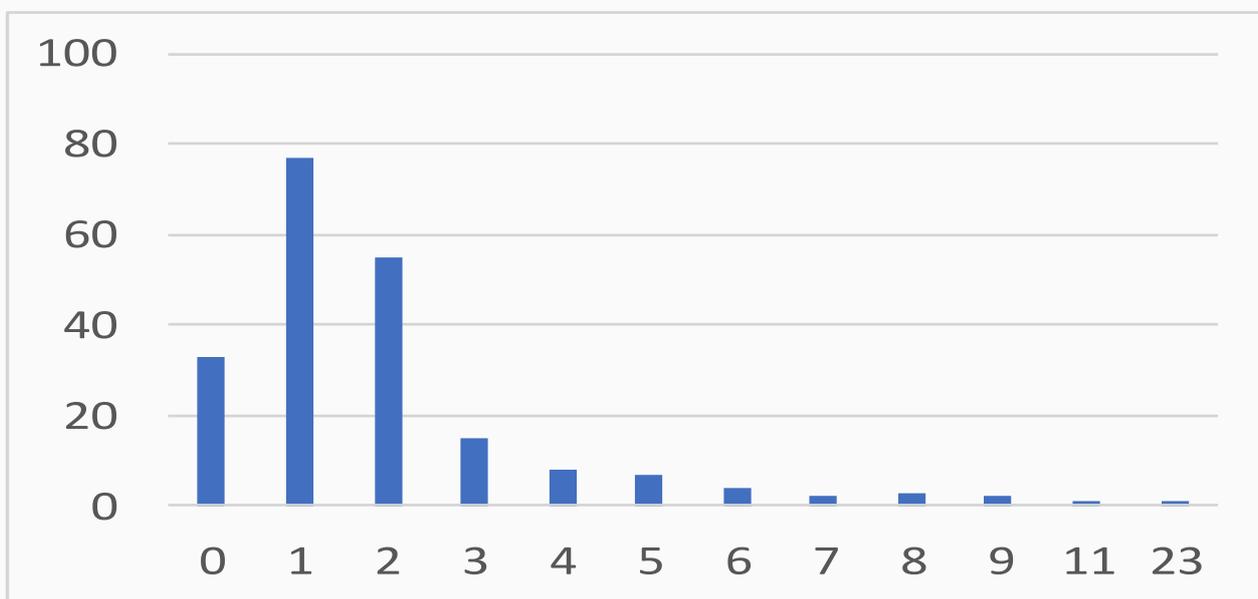
### Gráfico D – Projeto vinculado a grupos de pesquisa

Contagem de O projeto é vinculado a Grupos de Pesquisa



Fonte: SISPROEX

### Gráfico E – Quantitativo de estudantes na equipe executora



Fonte: SISPROEX

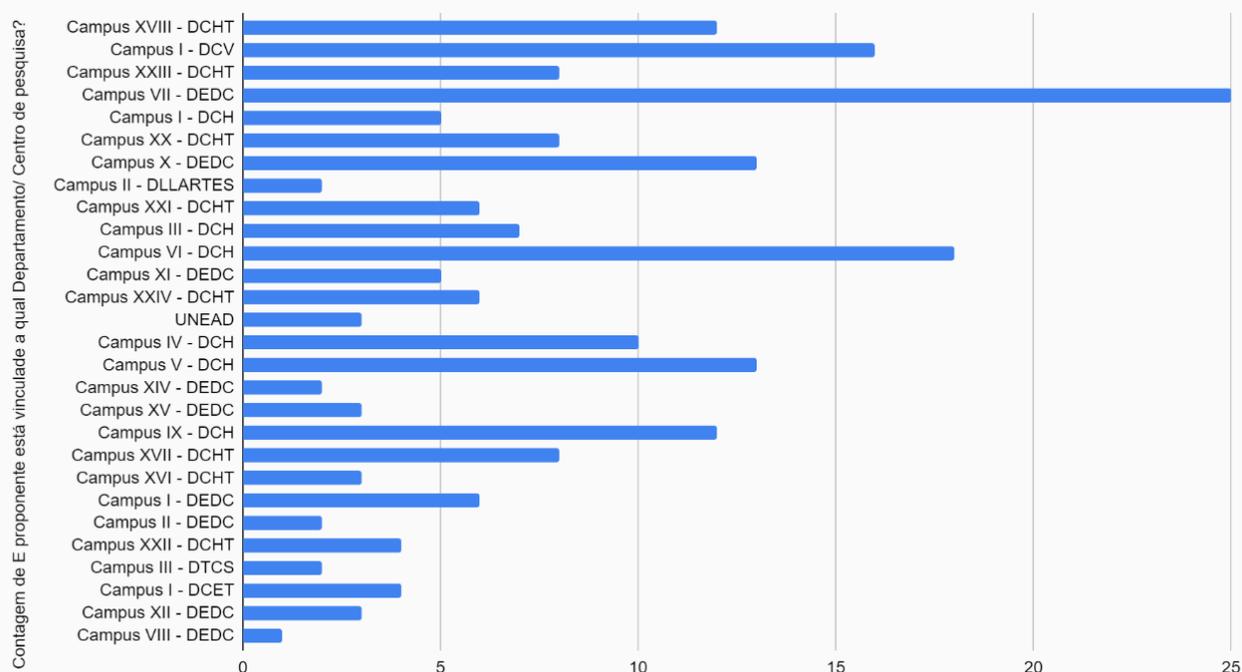
Em relação ao Departamento e Campus de lotação, o Campus de Senhor do Bonfim realizou mais projetos de extensão aprovados em editais da PROEX, em 2022, e/ou fez mais registros, no SISPROEX, conforme o Gráfico F. Foi o sétimo campus a ser criado e tem, hoje, os seguintes cursos de graduação: bacharelados em Ciências Contábeis e Enfermagem e as licenciaturas em Ciências Biológicas, Matemática, Pedagogia e Teatro. Os cursos de Pós-graduação são em Enfermagem em Emergência e Unidade de Terapia Intensiva (lato senso); da Pós-graduação em Biodiversidade Vegetal (stricto sensu) e da Pós-graduação

em Ecologia Humana (stricto sensu). A maior área temática deste campo, portanto, é Saúde.

Apesar do Campus I ter, proporcionalmente, mais pessoas da comunidade e nebianas, seu registro de projetos de extensão não é maior do que a quantidade em campi do interior, como o de Senhor do Bonfim e de Caetité. A extensão é uma dimensão mais ofertada nos Departamentos do interior da Bahia, marcando o quanto a UNEB participa do desenvolvimento territorial do estado. Quando são identificados os municípios atingidos pela extensão, chega-se a 407.

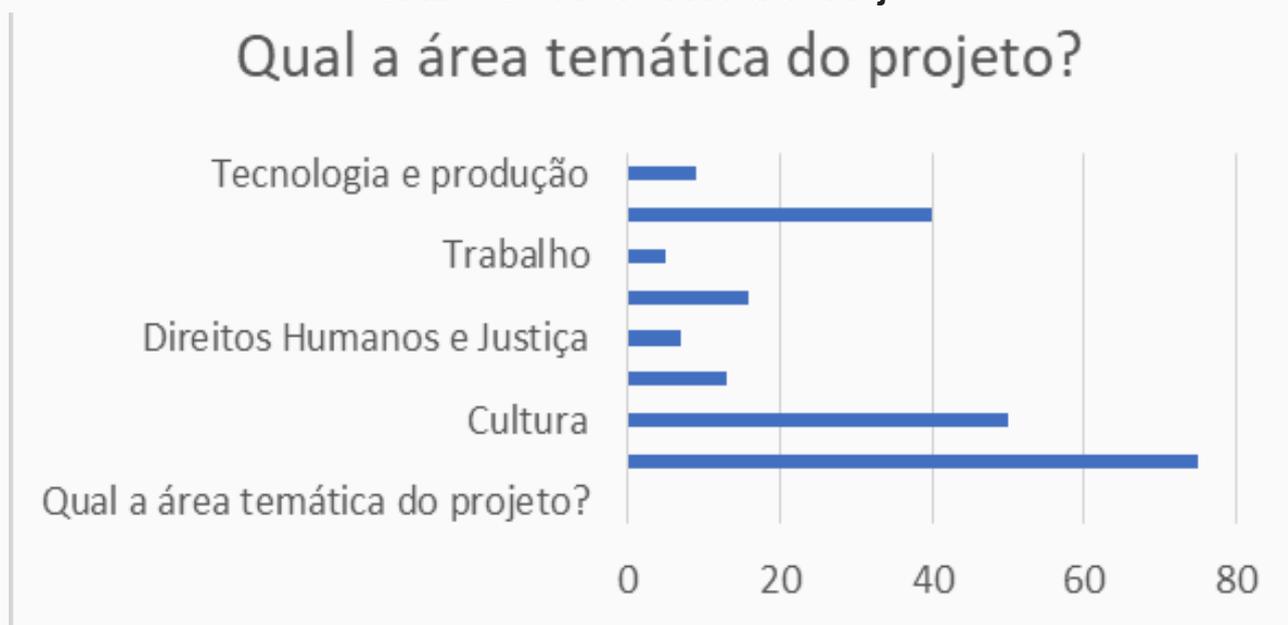
Bem como, se analisar os 5 primeiros departamentos com mais extensão, verifica-se que todos têm cursos da área de Saúde e esta é a segunda maior área temática identificada entre as ações extensionistas da UNEB. A maior é a área da Educação, que está distribuída em todos os departamentos da UNEB – vide Gráfico G.

**Gráfico F – Vinculação da/o proponente ao Departamento/Unidade Acadêmica ou Campus Avançado**



Fonte: SISPROEX

Gráfico G – Área temática do Projeto



Fonte: SISPROEX

A relação com a comunidade externa dá-se pela sua participação na equipe executora ou apenas na execução do projeto. No primeiro caso, a relação torna-se mais participativa e dialógica, o que aparece em 6 projetos registrados, num total de 205 – 2,9% dos projetos, conforme o Gráfico H. O segundo caso representa a maioria dos projetos – 97,1%, demonstrando uma relação mais de atendimento e menos de colaboração na escrita e planejamento do projeto. Bem como pode demonstrar pouca preocupação ou dificuldade em incluir tais participantes no SPGU ou na atualização do relatório, no SISPROEX.

Quando se busca quem é essa comunidade externa, a maioria é representada por indivíduos dispersos e sociedade em geral (80%), causando prejuízo à ideia de extensão como uma ação que tem vínculo mais encarnado com um coletivo social específico, garantindo maior envolvimento e duração na dialogicidade. Nesta mesma direção, o tempo de permanência na comunidade é, em sua maioria, restrita ao tempo de vigência do edital – vide Gráfico I.

Portanto, ao avaliar o alcance dos programas e projetos de extensão junto à comunidade externa, como os coletivos sociais organizados, as comunidades originárias e povos do campo, verifica-se uma extensão ainda vinculada às seguintes lógicas, segundo Serna (2004): do modelo divulgativo e da ação voluntária sócio-comunitária. Cabe, a partir desse entendimento, propor políticas que estimulem a lógica de extensão acadêmico institucional, com vistas a uma relação dialógica com as comunidades historicamente oprimidas para a produção de conhecimentos que nutram o Ensino e emergem agendas outras de Pesquisa. Através do aquilombamento como espaço de experiência, resistência e intervenção, a Extensão incentiva que as/os professoras/es, técnicas/os e estudantes possam se aquilombar, realizando conexões para iniciar, construir, armazenar e proporcionar qualquer tipo de suporte para novas ideias, apropriando-se das redes de informações já consolidadas, além da criação de novas.

As ideias precisam estar relacionadas em rede, de uma maneira plástica e não densa. A experiência extensionista são espaços multirreferenciais que podem, pela lente do aquilombamento, reorientar o modo como se tem habitado – e deixado habitar – os territórios da Universidade, fortalecendo conexões, redes, diálogos que são inter e trans modais, artísticos, acadêmicos, sociais e tecnológicos. E, assim, mais capazes de oferecer subsídios aos governos, instituições, grupos, na elaboração de políticas públicas e resoluções de problemas instaurados num determinado contexto social.

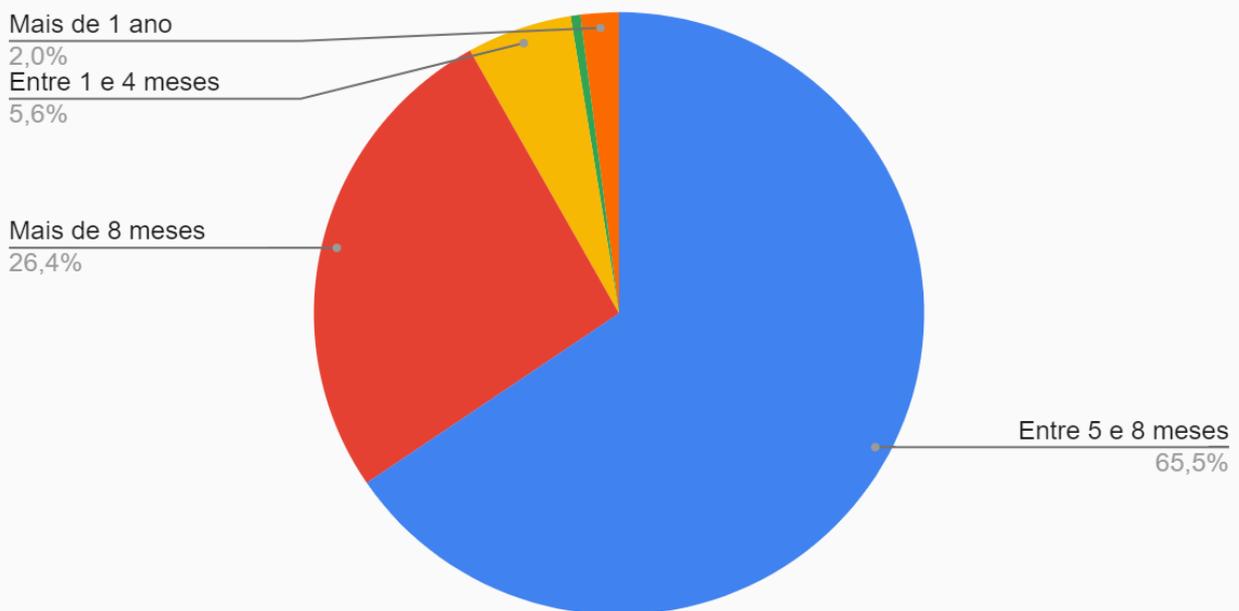
**Gráfico H – Quantitativo de pessoas/grupos da comunidade externa na equipe exe-**



Fonte: SISPROEX

**Gráfico I – Tempo de permanência na comunidade**

Contagem de Tempo de permanência na comunidade beneficiada

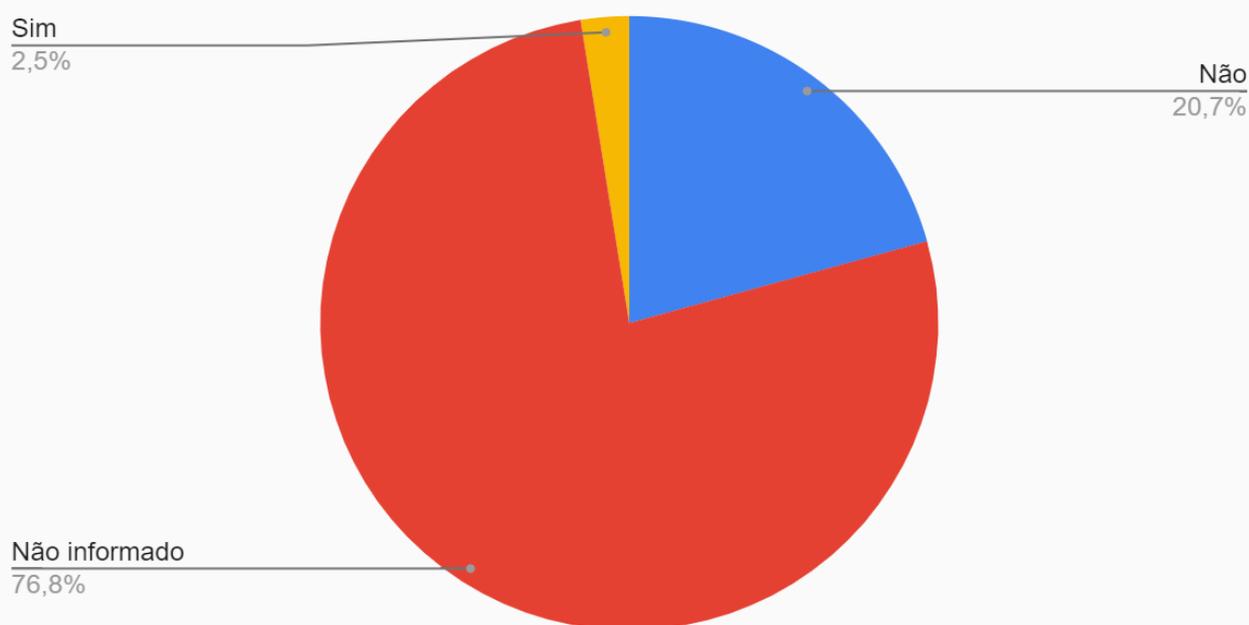


Fonte: SISPROEX

A vinculação dos projetos com Programas de Pós-Graduação, em sua maioria, não acontece ou não é informado – vide Gráfico J. Cabe um estímulo para maior articulação entre a Extensão Universitária e a Pós-Graduação, a fim de desenvolver as ações extensionistas já realizadas e, muitas vezes, não informadas nos sistemas da Universidade.

Em relação às parcerias interinstitucionais, pouco é informado pelas/os proponentes dos projetos, seja porque não há efetivo incentivo à formação de redes, seja porque não é informado por falta de oficialização dos termos de cooperação e convênios.

**Gráfico J – Vinculação a Programas de Pós-Graduação**



Fonte: SISPROEX

As ações mais realizadas nos projetos de extensão são as oficinas e cursos, indicando a participação da UNEB, através das formações, na contribuição para erradicação do analfabetismo; a universalização do atendimento escolar; a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; a formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores éticos em que se fundamenta a sociedade; a promoção do princípio da gestão democrática e valorização da saúde pública; a promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país; e a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

#### Considerações finais

Esta pesquisa se distancia de um mapeamento universalizante sobre extensão; ela tensiona, cartograficamente, as condições discursivas necessárias e contingentes, mas não suficientes per se, para a construção lógica de discursos de onde emergem os projetos de extensão da UNEB. Considera-se essencial partir das experiências extensionistas, que acontecem e que podem vir a acontecer, em todos os Departamentos da UNEB e campi avançados, em articulação com as comunidades locais, órgãos do Município e coletivos sociais organizados do Território de Identidade. Em cada Departamento e campi avançados, as práticas de significação sobre Extensão Universitária se distinguem, apesar dos discursos hegemônicos em análises macrossociais.

Com a cartografia, podemos instituir efetivas políticas de extensão na UNEB multicampi, ao mesmo tempo, assumir a extensão localizada e se abrir para a intersecção dessas experiências na tomada de decisões. A deliberação sobre a qual se trata aqui não está condicionada à racionalidade dos argumentos, mas às experiências que recriam as instâncias de discussão deliberativa e irrompem reivindicações outras do ordinário.

## Referências

- ALMEIDA FILHO, Naomar de. Universidade Nova: textos críticos e esperançosos. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Salvador: EDUFBA, 2007.
- BAHIA. Universidade do Estado da Bahia. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2017-2022). Salvador: EDUNEB, 2017.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. O que é a filosofia?. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Tradução Suely Rolnik. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.
- DERRIDA, Jacques. Gramatologia. Tradução Mirian Schnaiderman e Renato Janini Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- FORPROEX. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Política Nacional de Extensão. Manaus: FORPROEX, 2012.
- GUATTARI, F. & ROLNIK, S. Micropolítica: Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. Emancipación y diferencia. Buenos Aires: Ariel, 1996.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical. São Paulo, Intermeios, 2015.
- PIMENTEL, Mariana Rodrigues. Fabulação: a memória do futuro. Tese de Doutorado - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.
- SERNA, Gonzalo Aquiles. Modelos de Extensión Universitaria en México. Revista de la Educación Superior, Tenayuca, Asociación Nacional de Universidades e Instituciones de Educación Superior, v. 33, n. 131, p. 77-103, 2004.
- SERRANO, Maria Souto Maior. Conceitos de Extensão Universitária: um diálogo com Paulo Freire. Grupo de Pesquisa em Extensão Popular, v. 13, n. 8, 2013.

# EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, UM CONCEITO EM DISPUTA

Luiz Alberto Ribeiro Rodrigues<sup>1</sup>

**Resumo:** este artigo visa apresentar contribuições ao debate em torno do conceito de extensão, buscando distinguir os termos extensão universitária, formação complementar e difusão de conhecimentos. As contribuições aqui apresentadas são fruto de aprendizados desenvolvidos a partir de práticas da gestão institucional de extensionista, especificamente no âmbito de uma pró-reitoria de extensão e cultura, em uma universidade pública estadual brasileira. O intento é reconhecer elementos centrais da prática extensionista, no sentido de avançar no reconhecimento da qualidade formadora gerada nas relações extensionistas, quando realizadas numa perspectiva dialógica entre instituições formadoras, comunidades externas e mediada pelo protagonismo do estudante extensionista. A essência da extensão universitária remete, entre outros, a três distintos fatores: sua relação direta com a formação do estudante, ou seja depende de sua vinculação ou não vinculação a um plano de formação; da vivência dialógica proposta a ser realizada junto a comunidade externa; e, ainda do protagonismo do estudante em todo o processo.

**Abstract:** this article aims to present contributions to the debate surrounding the concept of extension, seeking to distinguish the terms university extension, complementary training and knowledge dissemination. The contributions presented here are the result of learning developed from institutional extension management practices, specifically within the scope of a dean of extension and culture, at a Brazilian state public university. The intention is to recognize central elements of extension practice, in order to advance in the recognition of the formative quality generated in extension relationships, when carried out in a dialogical perspective between training institutions, external communities and mediated by the protagonism of the extension student. The essence of university extension refers, among others, to three distinct factors: its direct relationship with the student's training, that is, it depends on whether or not it is linked to a training plan; the dialogical experience proposed to be carried out with the external community; and also the student's role in the entire process.

---

<sup>1</sup>Professor Associado e Livre docente da Universidade de Pernambuco - UPE. Doutor em Educação pela UFPE. Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da UPE. Pró-reitoria de Extensão e Cultura da UPE (2019-2024...)  
eMAIL- luiz.rodrigues@upe.br  
ORCID <https://orcid.org/0000-0002-3151-1685>

## Introdução

A extensão universitária nas universidades brasileiras, regulamentada no âmbito nacional em 2018 (Resolução CNE 07/2018), acentuou o papel estratégico desta dimensão da educação superior, na qualidade da formação de estudantes de graduação e pós-graduação.

Apesar disso, no contexto atual da extensão no Brasil, ainda não se pode falar de uma única concepção de extensão. Algumas atividades ditas extensão, ainda carregam marcas de atividades que se caracterizam como difusão do conhecimento, ações em que docentes e estudantes difundem conhecimentos em forma de serviços, de palestras, eventos, seminários, formação continuada, cursos, etc. Um modo de promover formação de natureza complementar, em que difunde visões de mundo a partir do ambiente universitário.

Diferentemente, o contexto da política de inserção curricular da extensão nos cursos de graduação e de pós-graduação, a que se refere a Res 07 do CNE (Brasil, 2018), refere-se a uma atividade estruturada como componente curricular e materializada na matriz do curso, realizada com o protagonismo dos estudantes acompanhado pelo docente. Estamos, portanto, diante de uma atividade interacionista, com potencial de grande impacto na formação do estudante, vivido no diálogo com a comunidade externa, seus problemas, suas perguntas e diferentes visões de mundo, em torno do qual a atividade formativa extensionista deve dialogar..

Nesse cenário em que a inserção curricular da extensão é o foco, as instituições de ensino superior no Brasil tendem a qualificar antigas práticas, até então identificadas como extensão, sem no entanto contemplar integralmente a perspectiva formativa, dialógica em que caracteriza a extensão universitária.

Em recente proposta de Resolução para alterar a Diretriz Nacional de Professores (CNE, 2024) .o Conselho Nacional de Educação - CNE, em uma tentativa

de conciliar as Diretrizes de Formação de Professores (CNE 02/2015 e a CNE n o. 02/2019, propôs a extensão universitária em destaque, equivocadamente, como um item do Núcleo de estudos integradores para o enriquecimento curricular. Este item assim define: “II – Compreende as atividades de extensão e podem ser realizados por meio de participação em:

a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, monitoria;

b) atividades práticas articuladas entre os sistemas ;

c) mobilidade estudantil, intercâmbio”.

Como se observa, nesta proposta de Resolução, mais uma vez o CNE tenta desqualificar os conceitos chaves da extensão, já definidos por ele mesmo na Diretriz de Extensão (BRASIL/CNE, 2018), quando propõe reduzir a extensão universitária, inserindo-as no bojo das atividades complementares, sem no entanto considerar a essência da extensão, no sentido de ser uma atividade realizada pelo estudante e não para o estudante, na relação dialógica com a comunidade externa e não acadêmica, como prevê as atividades complementares.

Sobre esta proposta do CNE, o FORPROEX se manifestou em nota, expressando significativas discordâncias, com destaque para as três a seguir:

Quanto a redução da Extensão a Atividades Curriculares Internas, diz o FORPROEX, “ O projeto falha em não reconhecer a extensão como uma prática interativa e transformadora que promove a troca recíproca de conhecimento e experiências entre as instituições de ensino superior e a comunidade, limitando-a a um mero enriquecimento curricular. desenvolvimento comunitário”. (FORPROEX, 2024a, p.2 )

Em relação a sobreposição e Duplo Aproveitamento de Componentes Curriculares, como proposto pelo CNE, “o projeto propõe a sobreposição de componen-

tes curriculares e atividades de extensão, diluindo a natureza distintiva da extensão, comprometendo a integridade acadêmica e reduzindo a profundidade da experiência educacional”, (FORPROEX, 2024a, p.3), por meio de participação em seminários, iniciação científica, monitoria, práticas nas escolas, mobilidade estudantil, intercâmbio.

Em relação a desconsideração da presencialidade nas atividades de extensão, analisa o Fórum, “ao não valorizar a presencialidade nas atividades de extensão, o projeto ignora a importância do diálogo direto, da interação face a face e do impacto transformador que a extensão presencial proporciona na formação docente e no desenvolvimento comunitário. (FORPROEX, 2024a, p.2). O FORPROEX termina a nota com um apelo ao CNE para que as Diretrizes Nacionais da extensão sejam respeitadas e que a extensão mantenha seu caráter distintivo e transformador.

Esse último aspecto, a questão da presencialidade das atividades de extensão, já esteve em recente proposta do CNE para alteração da Diretriz de extensão (BRASIL/CNE, 2019), que a propunha, em um percentual, ser realizado de modo remoto, questão que foi duramente refutada pelo Fórum de pró-reitores.

É nesse contexto de embates políticos em torno do conceito de extensão universitária, que este artigo visa apresentar uma contribuição ao debate em torno do conceito de extensão universitária, buscando distinguir os termos extensão universitária, formação complementar e difusão de conhecimentos. As contribuições aqui apresentadas são fruto de aprendizados desenvolvidos a partir de práticas da gestão institucional de extensionista, especificamente no âmbito de uma pró-reitoria de extensão e cultura, em uma universidade pública estadual brasileira. O intento é reconhecer elementos centrais da prática extensionista, no sentido de avançar no reconhecimento da qualidade formadora gerada nas relações extensionistas, quando realizadas numa perspectiva dialógica entre instituições formadoras, co-

munidades externas e mediada pelo protagonismo do estudante extensionista.

A concepção da extensão passa necessariamente pelo reconhecimento acadêmico no âmbito das instituições de ensino superior. A resistência nas IES se justifica em função da cultura dos currículos acadêmicos dos cursos, de formato fechado, carregados de conteúdos obrigatórios e com poucas opções de escolha para o estudante, sobre seu itinerário formativo. (SANDRA, 2020)

Além disso, ressen-te-se da acomodação dos docentes e discentes em sair do conforto da sala de aula e de seus laboratórios para enfrentar a complexidade social a ser enfrentada pela extensão. O novo conceito de extensão indica ser essa uma atividade formativa, ligada ao currículo dos estudantes, a ser realizada em aproximação das IES com o cotidiano dos movimentos sociais e com demandas gerais da sociedade. (SANDRA, 2020).

Conceitualmente, o balizamento da atividade concebida como extensão universitária ou não, ocorre na relação direta com a formação do estudante, ou seja depende de sua vinculação ou não vinculação a um plano de formação materializado em um ou mais Projetos Pedagógicos de curso. Nesse sentido, tem-se buscado compreender as atividades extensionistas a partir dos seguintes características:

### **Extensão Universitária**

Uma característica fundamental da atividade de extensão universitária é sua vinculação à formação dos estudantes na graduação e/ou da pós-graduação. Conforme o Art. 3º, da Diretriz (Resolução CNE/CES 7/2018), “a Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação [...]” BRASIL/CNE).2018. Art. 3º).

A Diretriz regulamenta ainda, como condição e sentido à extensão universi-

tária, a necessária relação da atividade com a comunidade externa, afirmando-a como “intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante [...]”. (BRASIL/CNE, 2018. Art. 7º).

No conceito aqui estabelecido, a atuação protagonista do estudante extensionista é condição fundamental, devendo ocorrer em todas etapas da atividade, incluindo-se o seu planejamento, na realização de estudos de aprofundamento preparatórios, na execução da atividade, e em diferentes formas de registro e avaliação.

Outro aspecto da Resolução que amplia as possibilidades da extensão universitária é a abertura à novas modalidades, podendo ser vivenciada em formatos distintos, a partir de cinco modalidades: Programa, Projeto, Curso/oficina, Evento e/ou Prestação de Serviço. Embora a questão das modalidades ainda não tenha sido plenamente compreendida e/ou validada, têm-se a partir de então diferentes e flexíveis modos de realizar atividades, sobretudo quanto ao tempo, duração, ocasião e até modo de financiamento.

Assim, pode afirmar quatro critérios básicos a serem observados na concepção da atividade de extensão universitária:

a) Constituir-se efetivamente de equipe extensionista formada por estudantes em etapa de formação. A extensão é essencialmente uma atividade vivida pelo estudante, planejada e acompanhada pelo docente, mas considerando o necessário protagonismos estudantil.

b) Estabelecer um caminho metodológico, concebido em perspectiva participativa, com efetivos e específicos procedimentos a serem desenvolvidas pelos/as estudantes extensionistas, na condição de protagonistas ao longo de todo o processo.

c) Indicação e caracterização de grupos, organizações, associações, membros de comunidades externas à instituição de

ensino, que de algum modo estão inseridos nas atividades.

d) Aponta a integração da atividade de extensão com o Projeto Pedagógico do Curso do curso, em forma de componente curricular de extensão, a ser vivenciado com atividade de modo integrado ou complementar a matriz do curso.

### **Atividade complementar - AC - uma atividade para estudantes vinculados a um curso**

Tem-se observado que algumas das atividades ditas extensionistas ainda se caracterizam, em sua maior parte, como Atividade Complementar. Deve-se considerar que Atividades Complementares são procedimentos curriculares que se diferenciam da concepção tradicional de componentes curriculares, seja pela liberdade dos(as) discentes na escolha das experiências, seja pela possibilidade de aprofundamento e integralização dos conhecimentos previstos pela formação e/ou o acréscimo de estudos e práticas optativas, presenciais e/ou à distância, inclusive adquiridas fora da universidade. (UPE/CEPE, 2015, Art. 2º)

As Atividades Complementares podem ser desenvolvidas nas dimensões de Ensino, Pesquisa e Extensão, em diferentes atividades a saber: monitorias; cursos de atualização/aperfeiçoamento; iniciação à pesquisa; publicações e/ou apresentação de trabalho científico; participação em seminários, congressos, simpósios, conferências; ações em projetos comunitários e/ou institucionais; estágios não obrigatórios e gestão de órgão(s) de representação estudantil junto a colegiados, entre outras atividades avaliadas pela Coordenação de Curso, oportunas para a formação do estudante. (O Art. 3º da Resolução CEPE Nº 105/2015)

São critérios básicos da atividade de Difusão de Conhecimento: a) o estudante é participante ouvinte da atividade, o protagonismo não é dele, pode ser de um docente ou técnico coordenador da atividade; b)

a atividade visa formação complementar e estar direcionada para a comunidade interna e/ou formação para comunidade externa;

### **Atividade de difusão de conhecimento - DC -**

As atividades de Difusão do Conhecimento é uma ação pedagógica de caráter teórico ou prático, realizado presencialmente ou à distância, planejada e organizada de modo sistemático à atender às necessidades da sociedade, visando ao desenvolvimento, à atualização, treinamento e aperfeiçoamento de conhecimentos.

Justifica-se pela necessidade de disseminar o conhecimento científico, tecnológico e inovador com a sociedade. A difusão do conhecimento é de responsabilidade de professores e/ou técnicos, produtores e/ou conhecedores da questão, de modo a assegurar que a informação necessária, suficiente e correta chegue à maior quantidade possível de cidadãos.

Trata-se de uma responsabilidade compartilhada, consciente de que os saberes não terão chegado a seu destino último enquanto não forem apropriados para a sociedade, e as sociedades que ao longo do tempo têm gerado e acumulado saberes tem que fazê-los do conhecimento de todos, sem distinções.

São critérios básicos da atividade de Difusão de Conhecimento: a) a atividade é coordenada e realizada por docentes e/ou técnicos; b) a atividade não faz parte do processo de formação da graduação e/ou da pós-graduação; c) a atividade visa à difusão de conhecimento para a comunidade externa. (ex: cursos, oficinas, eventos, palestras, ciclo de debates públicos..)

### **Conclusão**

Como se percebe, a extensão universitária, as atividades de formação complementar, as atividades de difusão de conhecimento, todas têm um papel fundamental na cultura acadêmica, ampliam o papel social da universidade, na produ-

ção e difusão de conhecimento para a sociedade, bem como na formação ampla dos profissionais. Portanto, não se trata de hierarquizar as diferentes formas de atuação das instituições de ensino superior, mas salvaguardar um conceito fundamental construído ao longo de décadas em torno da extensão universitária.

Os desafios postos ao cenário da Extensão Universitária deverão ser enfrentados por cada instituição, a partir de escolhas: “marcado por um estreito vínculo com a sociedade, avançando e trocando experiências, ou aquele menos árduo e, certamente, menos necessário para todos”(DEUS, 2020. p.76).

Compreende-se ainda, que na atual conjuntura e com forte poder da IES privadas junto ao CNE, diminuir a importância da extensão, sua inserção social, diminuir o protagonismo estudantil, no fundo diz respeito a interesses de setores sociais em tornar o ensino superior mais barato e mais fácil de realizar. Ser ou não extensão universitária remete a três distintos fatores: de sua relação direta com a formação do estudante, ou seja depende de sua vinculação ou não vinculação a um plano de formação; da vivência dialógica proposta a ser realizada junto a comunidade externa; e, ainda do protagonismo do estudante em todo o processo .

### **Referências**

BRASIL, Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Brasília, 2018. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&-category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&-category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192) Acessado em 28.03.2024.

BRASIL/CNE, RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019, Brasília, 2019. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNE-CPN22019.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNE-CPN22019.pdf) Acessado em 29.03.2024.

BRASIL/CNE, Resolução Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015. Brasília, 2015. Dispo-

nível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=136731-rcp002-15-1&category\\_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=136731-rcp002-15-1&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192) Acessado em: 30.03.2024. CNE. Projeto de Resolução que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores. Brasília, 2024. CNE. Proposta de Resolução para alterar CES/CNE n. 07/2018. Brasília, 2024a. DEUS, Sandra de. Extensão Universi-

tária: trajetórias e desafios. Santa Maria, Santa Maria, RS: Ed. PRE-UFSM, 2020. 96 p. ISBN Impresso 978-65-87668-00-0 ISBN Digital 978-65-87668-01-7. FORPROEX. Nota Técnica Nº 2/2024/PROEXC/REITO. Uberlândia-MG, 2024 UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. Resolução CEPE Nº 105/2015, Recife, 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/14sslzSHfAcUQFJhvmWRxn5-rymd-VK6cF/view> Acessado em: 30.03.2024.

## **PROGRAMA SAÚDE DA CRIANÇA: AÇÕES PREVENTIVAS DA OBESIDADE E DESNUTRIÇÃO INFANTIL**

<sup>1</sup>Luiza dos Santos Augusto

<sup>2</sup>Victor Hugo Almeida Ranucci

<sup>3</sup>Prof. Dra. Jessica Kirsch Micheletti

<sup>4</sup>Prof. Dr. Denis Carlos dos Santos

<sup>5</sup>Profa. Dra. Berlis Ribeiro dos Santos Menossi

<sup>6</sup>Prof. Dr. João Paulo Freitas

Revisora ortográfica: Giovanna M. H. Felipe

**Resumo:** a obesidade infantil é uma doença inflamatória crônica multifatorial, caracterizada pelo excesso de gordura corporal, que cresce em proporções epidêmicas, acarretando diversos distúrbios e prejuízos à saúde infantil a curto e longo prazo. Este programa de extensão tem o objetivo de levar informações e orientações relacionadas à prevenção da desnutrição e obesidade infantil para o público de escolas municipais das cidades de Jacarezinho, Cambará e Andirá, no estado do Paraná. A disseminação de informações a respeito do tema é feita pelas mídias digitais, por meio de relatórios às secretarias municipais parceiras, palestras e eventos em escolas públicas municipais, contando também com a atuação em prevenção secundária, por meio da análise do estado nutricional de crianças do Norte Pioneiro do Paraná – PR. O projeto divulga os resultados obtidos e convida a população envolvida a participar das ações extensionistas dos cursos de Fisioterapia e Educação Física. As mídias transmitem as informações de artigos após terem passado pelo crivo de uma equipe técnica de profissionais, que também influenciam a alimentação saudável e a prática regular de atividades físicas, a partir de eventos e palestras, com a pretensão de disseminar hábitos de vida mais saudáveis, colaborando com ações e programas de saúde pública regional.

**Palavras-chave:** obesidade infantil, saúde pública, escolas.

### **CHILD HEALTH PROGRAM: PREVENTIVE ACTIONS AGAINST CHILDHOOD OBESITY AND MALNUTRITION**

**Abstract:** childhood obesity is a multifactorial chronic inflammatory disease characterized by excessive body fat, which is developing at epidemic proportions. It is causing a few short-term and long-term disturbances and losses to children's health. This extension program therefore aims at providing information and orientations related the prevention of malnutrition and childhood obesity to the municipal public schools of the cities of Jacarezinho, Cambará, and Andirá, in the state of Paraná. The dissemination of information related to the topic, through digital media, reports to the partner municipal departments, and lectures and events in municipal public schools. The program also involves secondary prevention by analyzing the nutritional status of children in the North Pioneer of the state of Paraná PR, sharing the results obtained, and inviting the affected population to take part in the extension activities of the physiotherapy and physical education courses. The media deliver information from articles, after been examined by a technical team of professionals. In addition, it influences healthy eating and the regular practice of physical activity, with professional supervision in each area and encouragement from events and lectures that aim to disseminate healthier lifestyle habits, providing the basis for regional public health measures and programs.

**Keyword:** childhood obesity, public health, schools.

---

<sup>1</sup>Luiza dos Santos Augusto – primeira autora.  
2, 3, 4, 5, 6 – Coautores.

## Introdução

A obesidade infantil é um distúrbio inflamatório crônico multifatorial, caracterizado pelo acúmulo excessivo de tecido adiposo (Leite; Rocha; Brandão, 2009; WHO, 2020). Trata-se de um grave problema que tem afetado crianças tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento. A obesidade vem aumentando em proporções epidêmicas entre as crianças e os adolescentes do mundo nas últimas décadas, assim como no Brasil, em que uma a cada três crianças entre 5 e 11 anos apresenta obesidade (IBGE, 2010; Ministério da Saúde, 2022).

Desde a década de 1980, a prevalência mundial de sobrepeso e obesidade infantil aumentou 47%. Essa tendência foi observada tanto em países desenvolvidos quanto nos países subdesenvolvidos (Bleich et al., 2017). Estima-se que 10% das crianças do mundo têm excesso de peso ou sofre de obesidade, fator preocupante, pois não acomete somente crianças em idade escolar, mas também crianças menores de 5 anos de idade (Lanigan et al., 2009). O ganho de peso antes da puberdade associa-se fortemente a fatores de risco para doenças cardiovasculares, as quais podem se tornar evidentes bem cedo, ainda na infância, a partir dos 4 anos de idade.

Um grande alvo de intervenção e um período-chave para o desenvolvimento da obesidade é a primeira infância. Tendo em vista os dados apresentados, a utilização do Índice de Massa Corporal (IMC) fornece estimativas de alterações nutricionais de forma mais rápida, oferecendo subsídios a novos estudos e elaboração de programas de prevenção (SBP, 2012).

Um ponto que deve ser analisado relaciona-se às consequências da obesidade infantil, visto que o Brasil tem uma prevalência significativa. Associada à obesidade há inúmeras patologias, as quais são consequências do ser obeso, podendo ainda causar um maior risco para doenças crônicas. Entre elas, é possível citar

perturbações cardiovasculares, diabetes mellitus tipo 2, distúrbios musculoesqueléticos e até mesmo alguns tipos de câncer (WHO, 2020). Segundo a sociedade Brasileira de Pediatria, o excesso de peso está ligado à concentração elevada de insulina plasmática, perfil lipídico alterado e hipertensão arterial (SBP, 2012). Posterior à obesidade na infância, a criança pode ainda acarretar outros distúrbios ao decorrer de sua vida, como consequências psicológicas, pulmonares, renais, endócrinas, reprodutivas, cardiovasculares, gastrointestinais, dermatológicas e, por fim, neurológicas (Bleich et al., 2018; Ministério da Saúde, 2022).

Conhecido o assunto, é possível compreender os principais objetivos do programa, que são: verificar a composição corporal (peso e altura) de escolares de três cidades do Norte Pioneiro do Paraná – Andirá, Cambará e Jacarezinho – e informar e orientar as escolas dos municípios alvos sobre a desnutrição e a obesidade infantil, por meio das mídias digitais, de relatórios, de palestras, das análises nutricionais das crianças, das atividades extensionistas dos cursos de Fisioterapia e Educação Física, e de postagens pelas mídias digitais com informações de artigos científicos, alimentação saudável e prática de atividades físicas, tudo autorizado após passar por uma equipe técnica de profissionais, palestras e eventos que divulgam hábitos de vida saudáveis.

## Desenvolvimento

O Programa de Extensão Saúde da Criança, registrado no SECAPEE 6489, é desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Atividade Física e Saúde – GEPAFS –, criado em 2013, e conta com quatro professores doutores coordenadores, profissionais fisioterapeutas, mestrandos, residentes e acadêmicos de graduação do curso de Fisioterapia da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP.

No programa são elaboradas atividades e reuniões semanais para a criação do desenvolvimento dos objetivos a serem seguidos. Há a colaboração de uma equipe multidisciplinar em parceria com nutricionistas, psicopedagoga, profissional de educação física e secretarias municipais de saúde, educação e esportes de três cidades do Norte Pioneiro do Paraná – Jacarezinho, Andirá e Cambará –, onde as atividades ocorrem com maior ênfase.

Nas escolas municipais, faz-se uma coleta de dados dos índices das crianças, ou seja, uma análise dos índices corpóreos, e assim, o ranqueamento de cada uma delas dentro dos estados nutricionais, que são: desnutrido, normal, sobre peso e obesidade. Obtidos os estados nutricionais das crianças, faz-se uma análise minuciosa do IMC delas, a obter, por fim, a porcentagem dos estados nutricionais presentes nos escolares de 5 a 11 anos. Na sequência, é desenvolvido um arquivo com os dados a serem levados e mostrados para as escolas parceiras e secretarias de saúde, a fim de que uma intervenção com práticas de exercícios físicos regulares seja feita juntamente com a escola.

O programa convida os alunos a terem a oportunidade de participar de projetos desenvolvidos pela Universidade, como o “Esporte na UENP para crianças e adolescentes”, projeto voltado para crianças a partir de 3 anos, o qual proporciona gratuitamente aulas de iniciação esportiva, basquetebol, voleibol, handebol, futsal, tênis, xadrez, dança, natação, judô e jogos eletrônicos. Em concomitante, é feita uma conscientização com as crianças para a melhora da alimentação, casada também com a conscientização dos responsáveis.

As mídias sociais são recursos usados pelo programa para informar a população dos riscos e a como prevenir a obesidade infantil. A população pode acessar as páginas do Instagram e do Facebook, “Saúde da Criança”, tendo acesso às publicações baseadas em evidências científicas. Atualmente, as páginas do Instagram e Facebook (figuras 2 e 3) contam com 2

912 seguidores. Esse público on-line do projeto é que garante uma maior disseminação de informações a um raio de alcance maior, que vai além das cidades do Norte Pioneiro. As contas têm de 2 a 3 publicações semanais, as quais tratam de atividades físicas, dicas de alimentação e receitas saudáveis, contando com a supervisão de uma equipe multidisciplinar, a qual analisa cada conteúdo antes de sua postagem.

Ainda nas mídias, para maior interação da população, são realizados alguns sorteios, sendo o mais recente o de uma cesta de materiais escolares, específico para o dia das crianças, no ano de 2023. O projeto elabora também palestras e ginças para a equipe escolar, tudo em prol da disseminação de informações a respeito da desnutrição, obesidade infantil e formas de prevenção de ambas.

A partir da análise feita sobre o perfil do programa no Instagram, percebeu-se que o público é majoritariamente preenchido pelo público do gênero feminino, com 82,5%, na faixa etária de 25 a 34 anos e 35 a 44 anos, em sua grande parte, e pelo gênero masculino, com 17,4%, na faixa etária de 25 a 34 anos e 35 a 44 anos, em sua grande parte também, como mostra o gráfico anexado (figura 1).

De acordo com o gráfico apresentado nos anexos (figura 4), na cidade de Jacarezinho houve um aumento da obesidade infantil após a pandemia de covid-19; já nos municípios de Andirá e Cambará houve um declínio da doença, a qual durante a pandemia estava em alta. De acordo com os dados obtidos de 2015, primeiro ano da pesquisa, até o ano de 2022, foi possível encontrar um aumento na taxa de obesidade de 11% no município de Jacarezinho, no entanto, foi encontrado um declínio de 7% em Andirá e 3% em Cambará.

As crianças matriculadas regularmente nos 3 municípios foram avaliadas e classificadas de acordo com o estado nutricional, com um total de 2 216 crianças. Perante as coletas e análises feitas, o sexo feminino teve um percentual de 39,4%, classificadas em excesso de peso e obe-

sidade infantil, e um percentual de 34% para o sexo masculino. Em relação ao baixo peso e à desnutrição, foi encontrado um percentual de 4% para o sexo feminino e 2,4% para o sexo masculino.

Com relação aos dados obtidos, por meio das análises e da fundamentação científica adquiridas pelos integrantes do programa, foram criados relatórios para cada município e entregues em reuniões com as secretarias de saúde e educação, consolidando ainda mais as parcerias feitas anteriormente, favorecendo a execução do programa para realizar e criar medidas de prevenção primária e secundária para a obesidade infantil em conjunto às equipes dos municípios parceiros.

O programa em todo o seu contexto e ações contribui também para publicações em eventos científicos, de pesquisa e de extensão, favorecendo a ampliação de estudos relacionados a crianças e a seus estados nutricionais, dando respaldo científico e profissional para os pais, professores e secretarias de educação e saúde de cada município, a partir dos dados propriamente obtidos pelo programa.

### Considerações finais

O Programa Saúde da Criança apresenta um embasamento científico atualizado da população-alvo, o qual demonstra o aumento da obesidade infantil na cidade de Jacarezinho e o decaimento dos índices nas cidades de Andirá e Cambará, no Norte Pioneiro do Paraná, tudo após a pandemia do covid-19. Com esses dados, é possível entender a importância do combate à doença de maneira efetiva, envolvendo o escolar, a família, o profissional de educação, o profissional de saúde e as políticas públicas, ou seja, todo o contexto social em que a criança está inserida. Com as mídias digitais, foi possível alcançar outras regiões, anteriormente inalcançáveis, atingindo um público predominantemente feminino em idade materna.

O programa trabalha ações que

contribuem para a formação de novos agentes multiplicadores, favorecendo a melhoria dos hábitos de vida e enfraquecendo a obesidade infantil. Dessa forma, diminui-se cada vez mais a taxa da doença, e aumenta a taxa de crianças saudáveis, tanto em relação à alimentação saudável quanto à realização diária e regular de atividades físicas.

Conclui-se, então, a necessidade de uma maior intervenção de veículos de comunicação, a fim de ajudar na conscientização da obesidade infantil e de suas possíveis complicações. Um dos objetivos do programa é que se dê uma maior propagação de notícias sobre essa doença, a ponto de diminuir os índices da obesidade infantil e, posteriormente, da obesidade adulta, reduzindo os riscos de doenças associadas à obesidade.

### Referências

- BLEICH, S. N, et al. Intervenções para prevenir o sobrepeso e a obesidade infantil global: uma revisão sistemática. *The Lancet Diabetes & Endocrinology*, v. 6, n. 4, p. 332-346, 2018.
- BLEICH, S. N. et al. Intervenções para prevenir o sobrepeso e a obesidade infantil global: uma revisão sistemática. 20 out. 2017.
- BRASIL. IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil, 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Instrutivo para o cuidado da criança e do adolescente com sobrepeso e obesidade no âmbito da Atenção Primária à Saúde. Brasília - DF, 2022.
- DEPARTAMENTO DE NUTROLOGIA. Orientação manual de obesidade na infância e adolescência, 3a edição revisada e ampliada. [s.l: s.n.]. Disponível em: [https://www.sbp.com.br/fileadmin/user\\_upload/Manual\\_de\\_Obesidade\\_-\\_3a\\_Ed\\_web\\_compressed.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Manual_de_Obesidade_-_3a_Ed_web_compressed.pdf). Acesso em: 29 mar. 2024.
- LANIGAN, J.; BARBER, S.; SINGHAL, A. Prevention of obesity in preschool children. *Proceedings of the Nutrition Society*, v. 69, n. 2, p. 204-210, 17 fev. 2010.
- LEITE, L. D; ROCHA, É. D.M; BRANDÃO, J. N. Obesidade: uma doença inflamatória. *Revista Ciência & Saúde*, v. 2, n. 2, p. 85-95, 2009.
- WORD HEALTH ORGANIZATHION. *Overweight and obesity*. Geneva: WHO, 2020.

## Anexos

Figura 1

Gráfico do público que acompanha a página “Saúde da Criança”

### Gráfico do público da página Saúde da Criança

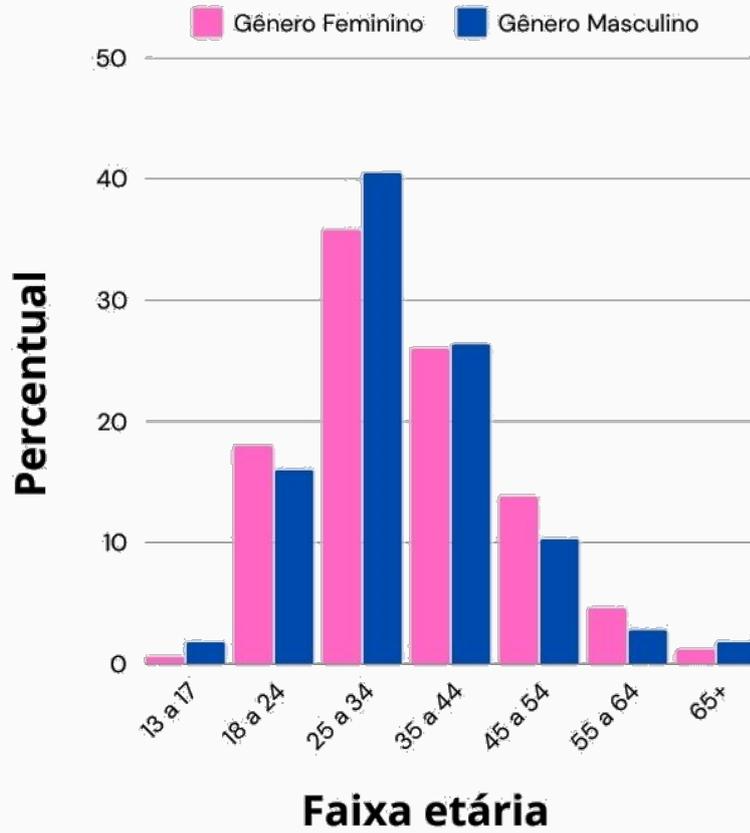


Figura 2  
Print da conta do Instagram



Figura 3  
Print da conta do Facebook



Figura 4  
Índices de taxa de obesidade nos municípios do Norte Pioneiro do Paraná



## PROJETO DE EXTENSÃO ESPORTE NA UENP INICIAÇÃO ESPORTIVA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Giulia Capasso e Silva<sup>1</sup>  
Bianca de Oliveira Kanasiro Mazzuchelli<sup>2</sup>  
Mariane Aparecida Coco<sup>3</sup>  
Silvia Bandeira da Silva Lima<sup>4</sup>  
Walcir Ferreira Lima<sup>5</sup>  
Flávia Évelin Bandeira Lima Valério

**Resumo:** este estudo apresenta um Projeto de Extensão da Universidade Estadual do Norte do Paraná, no qual, a modalidade destacada é a iniciação esportiva. O intuito do projeto é ofertar o esporte educacional e contribuir para o desenvolvimento motor das crianças e adolescentes do município de Jacarezinho-PR. O objetivo das aulas consiste em oferecer as mais diversas atividades para os alunos, a fim de aumentar o repertório motor e não especializá-los precocemente, uma vez que a especialização precoce pode acarretar diversos problemas ao praticante e resultar no abandono da prática esportiva. Dessa maneira, as aulas de iniciação esportiva possibilitam uma experiência com atividades lúdicas, recreativas e pré-desportivas, com foco no desenvolvimento motor de habilidades básicas, que facilitam no desempenho em esportes coletivos e individuais, fazendo com que os participantes se sintam mais interessadas e se divirtam praticando atividades esportivas. O projeto não está apenas desenvolvendo a melhora motora da criança, mas também a parte de socialização, ajudando-os a se sentirem mais à vontade em socializar com outras pessoas, tendo oportunidade de conhecer pessoas novas e de diferentes faixas etárias.

**Palavras-chave:** atividade física, iniciação esportiva, crianças.

## SPORT EXTENSION PROJECT AT UENP SPORTS INITIATION FOR CHILDREN AND ADOLESCENTS

**Abstract:** this study presents an Extension Project from the State University of Northern Paraná, in which the highlighted modality is sports initiation. The aim of the project is to offer educational sport and contribute to the motor development of children and adolescents in the city of Jacarezinho-PR. The objective of the classes is to offer the most diverse activities to students, in order to increase their motor repertoire and not to specialize them prematurely, since early specialization can cause several problems for the practitioner and result in them abandoning sports. In this way, sports initiation classes provide an experience with playful, recreational and pre-sports activities, focusing on the motor development of basic skills, which facilitate performance in team and individual sports, making participants feel more interested and have fun practicing sports activities. The project is not only developing the child's motor skills, but also the socialization aspect, helping them to feel more comfortable socializing with other people, having the opportunity to meet new people from different age groups.

**Keywords:** physical activity, sports initiation, children.

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Norte do Paraná. Ourinhos, São Paulo. ORCID: 0009-0008-5522-7428 E-mail: capassogiulia665@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Estadual do Norte do Paraná. Jacarezinho, Paraná. ORCID: 0000-0002-2629-9050. E-mail: kanasirobi56@gmail.com

<sup>3</sup>Supervisora do Projeto de Esporte na UENP para Crianças e Adolescentes, Mestra em Educação (PPEd), Universidade Estadual do Norte do Paraná. Ourinhos, São Paulo. ORCID: 0000-0002-5995-7363. E-mail:

<sup>4</sup>Coorientador(a) no Projeto de Esporte na UENP para Crianças e Adolescentes, Universidade Estadual do Norte do Paraná. Jacarezinho, Paraná. ORCID: 0000-0002-6862-2944 e 0000-0003-0932-7969. E-mail: silviabslima@uenp.edu.br e walcirflima@uenp.edu.br

<sup>5</sup>Orientadora, Coordenadora do no Projeto de Esporte na UENP para Crianças e Adolescentes e do Grupo de Estudos

## Introdução

A iniciação esportiva é o período em que a criança ou jovem tem seus primeiros contatos com a prática regular e orientada de uma ou mais modalidades. É um processo complexo, que pode envolver desde procedimentos pedagógicos relacionados à socialização e diversão, passando pela preocupação com a educação moral e o desenvolvimento de capacidades físicas e motoras, até atividades que tenham o resultado da competição esportiva como objeto central (Marques et al., 2014)

Constantemente, tem se discutido na literatura da ciência do esporte, como determinar a faixa etária mais adequada para se iniciar um processo de treinamento sistemático e específico em uma única modalidade esportiva (Massa et al., 2014), não há um consenso, mas, acredita-se não ter uma idade correta desde que não haja especialização precoce. Neste sentido, é válido destacar a problemática acerca da especialização precoce e suas consequências futuras, como a síndrome da saturação esportiva, lesões, problemas psicológicos e o abandono da prática. Não só a preocupação com a idade adequada para o início do treinamento específico, é fundamental que as crianças tenham acesso às mais diversificadas atividades motoras, desde os primeiros anos de vida, de modo a possibilitar, de forma prazerosa, o desenvolvimento de um amplo acervo motor (Massa et al., 2014).

Ademais, a pandemia do Coronavírus acarretou um atraso motor em todas as crianças devido ao tempo de permanência em casa, na maior parte dos casos, em comportamento sedentário. Outro fator relevante para o retardo da proficiência das habilidades motoras gerais, foi a alta do uso de aparelhos celulares, que também foi agravado com a pandemia, dessa maneira, muitas crianças tiveram seu desenvolvimento prejudicado devido a essas condições. Sob esse aspecto, a especialização de um atleta vem ficando cada vez mais tardia, visto que o indivíduo deve sa-

ber primeiramente as habilidades básicas para se especializar em alguma modalidade esportiva.

Segundo Ericson e Lehmann (1996), durante o processo de introdução ao esporte, à medida que alguém aprimora seu desempenho por meio de inúmeras horas de prática deliberada, novas habilidades motoras são adquiridas. Isso acontece porque a prática deliberada contribui para o desenvolvimento geral das habilidades motoras da pessoa, tanto em um contexto amplo quanto em um domínio particular. À medida que a prática visa aprimorar o movimento especializado, ocorre uma redução nas áreas de especialização disponíveis.

Neste cenário, o Projeto Esporte na UENP para crianças e adolescentes, nas aulas de Iniciação Esportiva, tem como objetivo proporcionar aos participantes criar vivências lúdicas, com atividades recreativas como base. Dessa forma, as aulas são planejadas para promover e incentivar o desenvolvimento das habilidades motoras, abordando as habilidades de locomoção, manipulação e equilíbrio.

## Metodologia

O Projeto Esporte na UENP para crianças e adolescentes oferece 10 modalidades esportivas, incluindo a iniciação esportiva, com aulas programadas para todas as segundas e sextas-feiras. Atualmente possui uma turma das 18:00 às 18:50, com a faixa etária entre três e quatorze anos, a turma é composta em média por 25 alunos, dessa forma, a mescla de várias idades tem o intuito de diversificar as aulas e contribuir para a interação social e desenvolvimento motor dos participantes, uma vez que os que estão mais desenvolvidos podem auxiliar os outros no processo de aprendizagem de novas habilidades motoras.

As aulas têm o propósito de proporcionar experiências lúdicas, utilizando atividades recreativas como base. Desta forma, são desenvolvidas para oferecer e

estimular habilidades motoras, trabalhando as habilidades locomotoras (andar, correr, saltar, saltitar, escorregar, escalar, desviar), habilidades manipulativas (arremessar, quicar, chutar, lançar, rebater, cabecear, agarrar, rolar) e habilidades de estabilização (flexionar, equilibrar, estender, girar), por meio de jogos e atividades pré-desportivas.

As aulas são aplicadas das formas mais diversificadas possíveis, com atividades lúdicas, circuitos, estações, brincadeiras em grupo, em dupla e utilizando todo tipo de material que esteja disponível das modalidades ofertadas pelo projeto, com o objetivo de que os alunos tenham conhecimento dos materiais antes de serem destinados a alguma modalidade para aperfeiçoarem a técnica quando forem mais velhos e estiverem aptos a se especializarem.

Os materiais utilizados variam de acordo com o planejamento e tipo de aula, visando estar sempre de acordo com a faixa etária e desenvolvimento motor de cada aluno. Os materiais mais utilizados: bolas de basquete, vôlei, futsal, tênis e handebol, para cada turma, um tamanho de bola diferente; bambolês; cones; cordas; balões; bola de meia; escada de agilidade; raquetes.

Os participantes são avaliados a cada trimestre através do Projeto Esporte Brasil (PROESP-BR, 2021), com a finalidade de controle de crescimento, desenvolvimento corporal e estado nutricional das crianças, além de aptidão física e desempenho esportivo. Sendo que até o momento foram realizadas duas etapas, a primeira quando iniciou o projeto, entre os meses de março e abril de 2023, e atualmente, está ocorrendo a avaliação da terceira aplicação.

Além disso, são realizadas reuniões semanais com a equipe de monitores e professores, para o planejamento das aulas e ações do grupo, reuniões essas que ocorrem às quartas-feiras das 13:30h às 15:30h, denominado Grupo de Estudos em Desempenho Motor, Esporte e Saúde (GEDMES).

## Resultados e Discussão

O projeto Esporte na UENP, iniciou em março de 2022 e foi renovado para 2023 e 2024, com a volta das aulas em fevereiro, atualmente oferta no total de dez modalidades. A iniciação esportiva faz parte das modalidades do projeto, no início deste ano a turma tinha apenas 15 alunos, porém agora possui 25 alunos. Essa modalidade traz benefícios ao desenvolvimento motor do aluno e na interação social, respeitando o tempo e a faixa etária de cada um para não obter uma especialização precoce.

A iniciação esportiva visa aprimorar o desempenho motor e as habilidades motoras dos alunos por meio de jogos e brincadeiras, priorizando o lúdico e recreativo como método principal, dessa maneira contribuindo no desenvolvimento contínuo do indivíduo ao longo da vida. Além disso, essa prática auxilia no desenvolvimento das habilidades motoras, que as crianças utilizam em suas atividades diárias e na participação em esportes, tanto coletivos quanto individuais.

Moreira (2003) afirma que dependendo desse primeiro contato, um simples empurrão na piscina, por exemplo, pode levar a traumas, assim como uma base motora construída satisfatoriamente pode gerar segurança. Porém, para que os benefícios aconteçam, esta tem que ser realizada levando em consideração a fase de desenvolvimento do iniciante, pois se deve respeitar a necessidade de experiências para a maturação somática e ainda tomar cuidado com traumas e/ou impactos longitudinais nos membros da criança que está em crescimento.

Percebem-se repercussões positivas não somente no âmbito da aprendizagem, mas na possibilidade de contribuir com atitudes que lhes permitam adotar um estilo de vida fisicamente ativo, além de proporcionar benefícios para a saúde a médio e longo prazo, estimulando a melhoria da qualidade de vida e desenvolvendo o interesse pelo esporte desde a infância.

## Considerações finais

Sendo assim, as aulas de iniciação esportiva possibilitam uma experiência com atividades lúdicas, recreativas e pré-desportivas, com foco no desenvolvimento motor de habilidades básicas, que facilitam no desempenho em esportes coletivos e individuais, dessa maneira fazendo com que os participantes se sintam mais interessadas e se divirtam praticando atividades esportivas. O projeto não está apenas desenvolvendo a melhora motora da criança, mas também a parte de socialização, ajudando-os a se sentirem mais à vontade em socializar com outras pessoas, tendo oportunidade de conhecer pessoas novas e de diferentes faixas etárias.

## Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com o apoio financeiro do Programa Universidade Sem Fronteiras - USP/SETI. Adicionalmente, agradecemos à Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e ao Grupo de Estudos em Desempenho Motor, Esporte e Saúde (GEDMES) por todo apoio.

## Referências

- ERICSSON, K. Anders; LEHMANN, Andreas C. Expert and exceptional performance: Evidence of maximal adaptation to task constraints. *Annual review of psychology*, v. 47, n. 1, p. 273-305, 1996.
- GAYA, Anelise Reis et al. Projeto Esporte Brasil, PROESP-Br: manual de medidas, testes e avaliações. 2021.
- MARQUES, Renato Francisco Rodrigues et al. Formação de jogadores profissionais de voleibol: relações entre atletas de elite e a especialização precoce. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 28, p. 293- 304, 2014.
- MASSA, Marcelo et al. Iniciação esportiva, tempo de prática e desenvolvimento de judocas olímpicos brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 36, p. 383-395, 2014.
- MOREIRA, Sandro Marlos. *Pedagogia do esporte e o karatê-dô: considerações acerca da iniciação e da especialização esportiva precoce*. 2003. 233 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003

## ANEXOS

Figura 1 a 6  
Aulas de iniciação esportiva.







Fonte: Projeto Esporte na UENP (2024)

**Figura 7 e 8**  
**Participantes da modalidade de Iniciação Esportiva do Projeto Esporte na UENP**



Fonte: Projeto Esporte na UENP (2024).

## **TRAJETÓRIA DO PROGRAMA 3ª IDADE NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS: APRENDIZAGENS, SABERES E EDUCAÇÃO**

Sara Jane Cerqueira Bezerra, Mestre, Universidade Estadual de Alagoas<sup>1</sup>  
Rosa de Lima Medeiros Neta, Mestre, Universidade Estadual de Alagoas<sup>2</sup>

**Resumo:** a Uneal, desde o ano de 2018 vem desenvolvendo ação extensionista junto à população idosa, denominada Projeto 3ª Idade na Universidade, com a oferta de cursos anuais de extensão na cidade de Palmeira dos Índios, sede do Campus III. A partir de 2023, através da Resolução N.º 002/2023- CONSU/UNEAL, de 18 de abril de 2023, passa a ser criado, o Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa - UNAPI da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL A base conceitual ancora-se em autores como Ferrigno (2006), Palma (2002), Dias (2009), Cachioni (1998), bem como dispositivos legais como Estatuto do Idoso (2003) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Esta ação que busca materializar a tríade ensino-pesquisa- extensão ainda está em andamento com a oferta da 3ª edição no ano de 2020, mas já podem ser identificados resultados como as contribuições no processo formativo dos envolvidos, assiduidade dos cursistas; efetiva participação nas atividades dos módulos-aulas, incluindo participação dos idosos em apresentações culturais de seus grupos e crescimento de produção científica no grupo de monitoras. Ressalta-se também a ampliação do número de atendidos anualmente e, pela visibilidade desta ação, a Uneal conseguiu assento no Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa da cidade. O artigo finaliza com uma reflexão sobre os desafios para continuidade desta importante ação extensionista na instituição.

**Palavras-chave:** Educação; Envelhecimento; Extensão.

## **TRAJECTORY OF THE 3RD AGE PROGRAM AT THE STATE UNIVERSITY OF ALAGOAS: LEARNING, KNOWLEDGE AND EDUCATION**

**Abstract:** currently, there is an increasing number of the elderly population, however, there is almost no offer of activities for these people. Brazilian legislation defines the inclusion, in various levels of education, content aimed at the aging process, respect and appreciation of the elderly, aiming to reduce prejudice as well as that higher education institutions can offer training actions on lifelong education. In this perspective, Uneal, since 2018, has been developing an extension action with the elderly population, called "Third Age Project at the University", offering annual extension courses in the city of Palmeira dos Índios where Uneal's Campus III is located. The Project is based on conceptual authors such as Ferrigno (2006), Palma (2002), Dias (2009), Cachioni (1998), as well as legal provisions such as the Elderly Statute (2003) and the National Education Guidelines and Bases Law (1996). This action that seeks to materialize the teaching-research-extension triad is still in progress with the offer of the 3rd edition in the year 2020, but can already be identified as great contributions in the training process of all involved, attendance of the course participants; effective participation in the activities of the monthly class modules, including participation of the elderly in cultural presentations by their groups and growth of scientific production in the group of monitors. It is also noteworthy that there is an increase in the number of people assisted each year and, due to the visibility of this action, Uneal obtained a seat on the Municipal Council for the Rights of the Elderly in city. The article ends with a reflection on the challenges for the continuation of this important extension action at institution.

**Keywords:** Education; Aging; Extension.

1 Professora da Universidade Estadual de Alagoas, Coordenadora do Programa Universidade na Terceira Idade. Email: sarajane@uneal.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7965-1783>

2 Mestra, professora da Universidade Estadual de Alagoas. Email: netamedeiros.rosa@gmail.com. Orcid: 0000-0003-3592-4927

## Introdução

Pensar a pessoa idosa no contexto demográfico brasileiro é se deparar com uma nova realidade de análise, pois a configuração da nossa pirâmide etária tem se modificado nas últimas décadas. No período de 2012 a 2017 a população idosa, no Brasil, cresceu 18% segundo dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2017 alcançamos a marca dos 30,2 milhões de pessoas idosas no nosso país. Seguindo as projeções do IBGE, a população idosa (acima de 60 anos), no Brasil, deve dobrar até o ano de 2042, na comparação com os números de 2017. Esse crescimento requer que nos debrucemos no repensar de nossas ações e comportamentos agindo no sentido de transformar a realidade perante a nova feição da nossa população.

Pensando essa realidade e recorrendo à Legislação específica vigente como o Estatuto do Idoso, as Políticas Públicas direcionadas para a Terceira Idade são necessárias e urgentes. Essa parcela da população requer demandas em todas as esferas sociais e no tocante à Educação encontramos amparo na Alteração da LDBEN nº 9394/96, através da Lei 13.632/2018 que garante Educação ao longo da vida. Nesse sentido, a Universidade deve cumprir seu papel alcançando esse público para além de seus muros. Assim, as ações extensionistas surgem como o primeiro e importante passo para aproximação entre a Universidade e as pessoas idosas.

O Projeto de Extensão Terceira Idade na Universidade é uma Ação do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens, Adultos, Idosos e Campesinos – NUPEEJAIC/UNEAL Campus III - Palmeira dos Índios/AL através da oferta do Curso de Extensão em Educação atendendo a proposta da necessidade de Educação ao longo da vida. O objetivo central do projeto é promover ações junto aos sujeitos constituídos pela faixa etária a partir dos 60

anos, viabilizando mudanças sociais que permitam ao idoso e a idosa o direito de se integrar na Universidade, participando ativamente das atividades acadêmicas de acordo com seu ritmo de vida e interesses pessoais e sociais. O público-alvo atendido é formado de homens e mulheres constituídos pela faixa etária acima dos 60 anos da cidade de Palmeira dos Índios, onde o Campus III da Uneal está localizado.

O Programa de Extensão na Uneal que existe no Campus III em Palmeira dos Índios, desde o ano de 2018, quando era denominado de Projeto de Extensão Terceira Idade na Universidade, no ano de 2023, o Conselho Universitário da Uneal aprovou a Resolução N.º 002/2023- CONSU/UNEAL, de 18 de abril de 2023, que dispõe sobre a criação do Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa - UNAPI da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL e dá outras providências. Durante a ação extensionista se permite à pessoa idosa o direito de se integrar à Universidade numa perspectiva intergeracional, participando ativamente das ações propostas, de acordo com seu ritmo de vida e interesses pessoais e sociais.

As ações do programa junto a pessoas idosas são de Educação Permanente trabalhando as várias temáticas como: Envelhecimento Humano, Direito e Cidadania Saúde e qualidade de vida, Letramento Digital, Arte-educação entre outros conforme intervenção e proposição dos/as alunos/as idosos/as com a oferta, no ano de 2023, do curso “Envelhecimento Ativo: aprendizagem ao longo da vida”. Importante destacar que, nesta edição foi feita uma ampliação do Programa dando condições de implementar em mais um Campus da Universidade, localizado em Maceió.

Nesta perspectiva, a Universidade Estadual de Alagoas, desde o ano de 2018 vem desenvolvendo ação extensionista junto à população idosa, denominada Projeto 3ª Idade na Universidade, com a oferta de cursos anuais de extensão na cidade de Palmeira dos Índios onde está localizado o Campus III da Uneal, em atendimento a le-

gislação brasileira que define a inclusão, nos diversos níveis de ensino, conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, visando reduzir o preconceito assim como que instituições de educação superior possam ofertar ações formativas sobre educação ao longo da vida.

Isto posto, apresentamos a organização deste artigo que está organizado em seções que vão, desde algumas considerações sobre a temática do envelhecimento, passando sobre a questão do envelhecimento e educação e por fim apresentando a ação extensionista junto ao público idoso na Uneal

### **Ação extensionista junto ao público idoso na Uneal**

A meta 12.7 do Plano Nacional de Educação - PNE, Lei 13.005/2014 referente à década de 2014-2024, (BRASIL, 2014) abre possibilidades de concretização do princípio da indissociabilidade da tríade ensino-pesquisa-extensão, ao instituir, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos de graduação para atividades de extensão, envolvendo 100% dos alunos nessa realidade. Neste sentido, a Resolução nº 7/2018 - CES/CNE da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na meta 12.7 do PNE.

Buscando trazer clareza à compreensão do conceito de extensão, apresentamos o artigo 3º da Resolução nº 7/2018 - CES/CNE que define:

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (BRASIL, 2018, p. 1).

Pensando no desenvolvimento de ação extensionista e, em especial na materialização da tríade ensino-pesquisa-extensão e na perspectiva de oferecer uma educativa para a população idosa visando atender a esta demanda social e cumprir o dispositivo legal garantido na Política Nacional da Pessoa Idosa desde o ano de 2003, no ano de 2018, a Universidade Estadual de Alagoas através do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens, Adultos, Idosos e Camponeses – NUPEEJAIC, localizado no Campus III/ Palmeira dos Índios implantou o Projeto de Extensão denominado 3ª Idade na Universidade conforme, logomarca abaixo:

**Figura 1: logomarca do projeto**



Fonte: Arquivo do NUPEEJAIC/Uneal, 2018

O Projeto tem como objetivo a oferta de atividades didático-culturais mensais que se caracterizam pela organização de seminários, oficinas e palestras, de forma diversificada e desenvolvida nos espaços físicos do Campus III e também em outros espaços da cidade.

Na primeira edição a Uneal planejou o atendimento de um público de 50 a 80 pessoas na faixa etária acima de 60 anos sem exigência de nível de escolaridade. Todavia, a procura foi muito grande e precisou aumentar o número de vagas para o curso “Educação ao longo da vida: envelhecimento ativo”. Já no ano de 2019, o número de vagas foi ampliado para o curso “Relações Intergeracionais: encontros, desafios e aprendizados no processo de envelhecimento ativo”. Tendo em vista a dificuldade de infraestrutura do Campus III, no ano de 2020 será mantida a quantidade de vagas do ano anterior, com a oferta do curso “Longevidade Ativa” permanecendo com uma metodologia participativa e dinâmica com a abordagem de assuntos de interesses diversos das pessoas idosas matriculadas, isto porque, no ato de matrícula, os/as inscitos/as informam temas de seus interesses.

A tabela a seguir apresenta os dados referentes à matrícula das pessoas idosas na Uneal.

**Tabela1. Dados de matrícula e resultado final**

Ano	Matrícula	Desistência	Novatos	Óbito	Aprovados
2018	132	37	-	03	92 = 70%
2019	170	44	65	02	124= 74%

Fonte: Arquivo do NUPEEJAIC/Uneal (2019)

Importante informar que, ao analisar os motivos da média de 27% do número total de desistências no curso ao longo desses dois anos, encontramos como resposta a questão de problemas relacionados à saúde na quase totalidade dos casos.

O que tem sido o grande diferencial nesta ação é que ela vai para além da extensão. No atendimento a uma demanda externa da comunidade palmeirense, a Uneal desenvolve a ação extensionista. Durante o desenvolvimento do Projeto temos ações de docência nas aulas mensais, onde docentes e discentes da Uneal ministram aulas de educação permanente trabalhando várias temáticas como: envelhecimento humano, direito e cidadania; saúde e qualidade de vida, letramento digital, arte-educação entre outros, conforme intervenção e proposição dos/as alunos/as idosos/as.

**Figura 2 – Momentos de aulas do Projeto**



Fonte: Arquivo do NUPEEJAIC/Uneal (2019)

Como esta ação se constitui num projeto pioneiro de Extensão na Uneal, já estão sendo investigados os resultados apresentados através dos dados obtidos na aplicação dos instrumentos de PESQUISA buscando identificar e analisar as expectativas, contribuições, desafios e possibilidades dos idosos no Projeto 3ª Idade na Universidade através de vários projetos de pesquisa em desenvolvimento pela equipe de monitoria. Ressalta-se a importante participação da equipe do Projeto através da Coordenação e alunas voluntárias, nos eventos acadêmicos e institucionais socializando as ações exitosas do curso, se constituindo numa grande pesquisa de cunho qualitativo.

Assim, para a realização das pesquisas pelas monitoras do Nupeejaic, estão sendo utilizados instrumentos e técnicas de investigação, ocorrendo na forma da pesquisa-ação, que é“(…) principalmente uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos (…)” (TRIPP, 2005, p. 445), uma vez que a proposta de trabalho tem por princípio a experiência de intervenção e compartilhamento de experiências, tendo como respaldo pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

Nesta perspectiva e para buscar estratégias para materializar a tríade ensino pesquisa – extensão, nos apoiamos em Dias (2009) que apresenta vantagens dessa articulação quando afirma,

A relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, quando bem articulados, conduz a mudanças significativas nos processos de ensino e de aprendizagem, fundamentando didática e pedagogicamente a formação profissional, os estudantes e professores constituem-se, efetivamente, em sujeitos do ato de aprender, de ensinar e de formar profissionais e cidadãos. (DIAS, 2009, p. 39).

Necessário se faz destacar que as ações do projeto sempre envolvem a equipe gestora, pedagógica e estudantil do Campus III, das contribuições da Equipe

de Parcerias, e, claro, contando com o protagonismo e experiência dos próprios participantes idosos/as. No que diz respeito às parcerias, o projeto conta com o apoio e efetiva participação de um Colegiado de Parcerias composto por representantes da Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios através das Secretarias Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação; da Unimed Palmeira dos Índios; da Associação Clube da Melhor Idade Sempre Vivas de Palmeira dos Índios; da Associação de Aposentados, Pensionistas e Idosos de Palmeira dos Índios/AAPIPIAL; do Conselho Municipal dos Direitos e Cidadania do Idoso de Palmeira dos Índios e do curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas/UFAL, Polo em Palmeira dos Índios.

Tendo em vista a experiência exitosa dos últimos dois anos desta nossa ação extensionista, em 2020 continuaremos com a referência do modelo andragógico de ensino, de Malcolm Knowles, que afirma:

O modelo andragógico é um modelo processual, em oposição aos modelos baseados em conteúdo [...] O professor andragógico (...) prepara antecipadamente um conjunto de procedimentos para envolver os seguintes elementos: 1) preparar o aprendiz; 2) estabelecer um clima que leva à aprendizagem; 3) criar um mecanismo para o planejamento mútuo; 4) diagnosticar as necessidades para a aprendizagem; 5) formular os objetivos do programa (o conteúdo) que atenderão a essas necessidades; 6) desenhar um padrão para as experiências de aprendizagem; 7) conduzir essas experiências de aprendizagem com técnicas e materiais adequados; e 8) avaliar os resultados da aprendizagem e fazer um novo diagnóstico das necessidades de aprendizagem. (KNOWLES, 2009, p. 121-122).

As estratégias didáticas das ações desenvolvidas no Programa têm como princípios a contextualização, a interdisciplinaridade e a intergeracionalidade tendo como referência os estudos de Ferrigno (2006). Neste sentido, vale ressaltar que este Projeto não pretende divertir ou

entreter a pessoa idosa, nem de perpetuar ou reproduzir papéis desempenhados em outros momentos da vida, mas sim servir de meio para que a pessoa, independentemente da idade cronológica, consiga manter seus níveis normais de funcionamento e de desenvolvimento.

O destaque maior é para as relações intergeracionais que são desenvolvidas e ampliadas ao longo do projeto, visto que, segundo Ferrigno (2006), a classificação dos indivíduos em faixas etárias (infância, adolescência, adulta e velhice) são feitos modernos, sendo que, diante da chegada da pós-modernidade, há uma tendência de reencontro de gerações devido a diversidade de estilos de vida tanto entre jovens quanto em pessoas idosas.

É sabido que o encontro de gerações pode gerar conflitos, visto que as gerações viveram em contextos históricos diferentes, com costumes diferentes mesmo de uma geração para outra. Lembremos que um dos quatro pilares da educação é “aprender a conviver”. Nesse sentido, o processo de aceitação e inclusão das pessoas idosas dos idosos em um contexto educacional é uma saída para o arrefecimento dos preconceitos direcionados a pessoa idosa. Conseqüentemente, a intergeracionalidade facilita, primeiro, a conscientização dos jovens a respeito do processo de envelhecimento e, em prosseguimento a valorização do idoso como portador de conhecimentos advindos da maior vivência.

Ao longo do desenvolvimento do Projeto, é utilizada uma metodologia participativa e dinâmica com a abordagem de assuntos de interesses diversos do público envolvido através da organização de atividades didático-culturais que se caracterizam pelo oferecimento de cursos, oficinas e palestras, de forma diversificada e será desenvolvida nos espaços físicos do Campus III envolvendo a equipe gestora, pedagógica e estudantil da Instituição, bem como contando com o protagonismo e experiência dos próprios participantes.

É comum, no início das aulas, grupos de idosos fazem apresentações diversas socializando seus conhecimentos e experiências para os demais alunos através de poesias, paródias, danças culturais, dramatização, dinâmicas entre outros.

**Figura 3– Participação Cultural dos Idosos**



Fonte: Arquivo do NUPEEJAIC/Unel (2018)

No momento inicial do desenvolvimento da 1ª Edição do Projeto de Extensão na Uneval, com a alteração na LDB nº 9.394/1996, através do novo dispositivo legal, a Lei nº 13.632 de 6 de março de 2018, para disposição sobre educação e aprendizagem ao longo da vida na legislação educacional.

Uma primeira alteração foi no art. 3º que trata dos Princípios da Educação acrescentando o inciso XIII: “garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.”

Uma segunda alteração foi no artigo 37 que trata da Educação de Jovens e Adultos com a inclusão da expressão “e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida” que conforme descrito a seguir:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. (BRASIL, 2018, p. 1) (grifo nosso).

## Considerações Finais

Este texto foi produzido a partir das experiências desenvolvidas no Projeto de Extensão Terceira Idade, atual Programa de Extensão Universidade Aberta à Pessoa Idosa na Universidade, no que diz respeito à materialização da tríade ensino, pesquisa e extensão. A Universidade tem seu importante papel na produção e socialização do conhecimento, usando as mais variadas formas para sua concretização. Por outro lado, a população idosa tem direitos legais que garantem seu acesso e participação em projetos ou programas que promovam a socialização e ao conhecimento.

Nesse artigo foi possível perceber uma breve descrição das ações do Projeto 3ª Idade na Universidade junto aos sujeitos idosos. Esta ação ainda está em andamento com a oferta da 3ª edição no ano de 2020, todavia já se pode afirmar que, frutos já são identificados como as contri-

buições no processo formativo de todos os envolvidos, a saber: os idosos, os estudantes dos cursos regulares e a equipe docente da Universidade, visto que há uma articulação para o sucesso das atividades propostas, assiduidade dos cursistas, efetiva participação nas atividades dos módulos-aulas mensais, incluindo participação dos idosos em apresentações culturais de seus grupos e crescimento de produção científica no grupo de monitoras.

Ressalta-se também que há ampliação do número de atendidos a cada ano e a conquista da Uneval com o assento no Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa de Palmeira dos Índios, além de publicação de trabalhos em eventos acadêmicos, já se pode contar com quatro monografias em andamento e dois trabalhos de conclusão de curso (TCC) defendidos no final de 2019 sobre os temas: “Intergeracionalidade em contexto acadêmico: análise das percepções de pessoas idosas do curso de extensão na Uneval” e “Comunicando sentimentos através do gênero carta: uma avaliação do Projeto de Extensão da Uneval – Campus III.

Por fim, é importante ressaltar que a trajetória do atual programa está em construção, e em constante evolução, pois a atuação da Unapi atravessa fronteiras que garantem inclusão, promove intergeracionalidade, num ato educativo e promove trocas de diferentes saberes, além de garantir abertura da universidade para fortalecimento de vínculos e da garantia de esperanças para garantir a participação efetiva de uma população socialmente vulnerável.

## Referências

- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>
- BRASIL. Lei n. 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o estatuto do idoso. Brasília: Senado Federal. Disponível em

file:///C:/Users/aq/Downloads/estatuto\_idoso\_3ed.pdf

BRASIL, Lei 12.632 de 06 de março de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13632.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13632.htm#art1)

BRASIL, Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (CES/CNE) que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta

12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o PNE e dá outras providências.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>

CACHIONI, M. Envelhecimento bem-sucedido e participação numa Universidade para a Terceira Idade: a experiência dos alunos da Universidade São Francisco. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. (1998).

DIAS, A. M. I. Discutindo caminhos para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. *Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física*, Cristalina, V. 1, n. 1, ago. 2009.

DUAY, D. L. & BRYAN, V. C. Senior adult's perceptions of successful aging. *Educational Gerontology*, 423-445. 2006.

FERRIGNO, José Carlos. A co-educação entre gerações. *Rev. bras. Educ. Fís. Esp.*, São Paulo, v.20, p.67-69, set. 2006. Suplemento n.5 Disponível em:

[http://citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/19\\_Anais\\_p67.pdf](http://citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/19_Anais_p67.pdf).

GIL, Antônio Carlos. Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias. São Paulo: Atlas, 2002.

IRIGARAY, T. Q. Envelhecendo e Apre-

ndo. Em O. P. Castro (Org.), *Envelhecer: revisitando o Corpo* (p. 55-67). Sapucaia do Sul: Notadez. 2004

KNOWLES, Malcolm. *Aprendizagem de resultados: uma abordagem prática para aumentar a efetividade da educação corporativa*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

PALMA, L. A., & Cachioni, M. Educação permanente: perspectiva para o trabalho educacional com o adulto maduro e com o idoso. In E. Freitas, L. Py, A. L. Neri, F. A. X. Cançado, M. L. Gorzoni & S. M. Rocha. *Tratado de geriatria e gerontologia* (p.1101-1109). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2002.

SCHNEIDER, R.H. & IRIGARY, T.Q. *Envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais*. Estudos de Psicologia I. Campinas. ISSN 585-593 outubro - dezembro 2008.

SCORALICK-LEMPKE, Natália Nunes; BARBOSA, Altemir José Gonçalves. Educação e envelhecimento: contribuições da perspectiva Life-Span. *Estudos de Psicologia* (Campinas), Campinas, v.29, supl.1, p.647-655, Dec. 2012. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2012000500001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2012000500001&lng=en&nrm=iso).

SWINDELL, R. & THOMPSON, J. An international perspective on the University of the Third Age. *Educational Gerontology*, 21, 429-447. 1995

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.

WEBBER, F. & CELICH, K. L. S. As contribuições da universidade aberta para a terceira idade no envelhecimento saudável. *Estudos Interdisciplinares sobre Envelhecimento*, 127- 142. 2007.

WITTER, Geraldina Porto (org.). *Envelhecimento: Referenciais Teóricos e Pesquisas*. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2006.

# NA ESTRADA DA EXTENSÃO: A CONSTRUÇÃO DA PRÁXIS

Maria Anezilany Gomes do Nascimento<sup>1</sup>

**Resumo:** Sob que teorias do conhecimento, filosofias educacionais e bases relacionais estamos fazendo extensão universitária? O texto é um convite a este exercício reflexivo, muito caro e urgente neste momento em que a extensão se consolida como base inexorável, indispensável e inegociável da vida acadêmica, da formação profissional, que é também formação cidadã. A extensão se consolida como movimento dialético entre teoria e prática graças à sustância de muitos sujeitos, acadêmicos e não acadêmicos, e de muitos espaços sociais, de dentro e sobretudo de fora da universidade, os quais são a própria essência de uma pedagogia, de uma filosofia e, por que não dizer, de uma geografia da extensão. São muitas as referências que consolidam essa tríplice dimensão da extensão, para não referir as tantas outras dimensões envolvidas. Ao reconhecermos os sujeitos e os elementos do lugar, estamos reconhecendo o quanto são importantes para a história da extensão as bases da práxis freireana. A negação do lugar nas receitas transplantadas, que não emanam de realidades objetivas e das demandas do complexo cotidiano, tornam-se inócuas e não frutificam. Faltam-lhes ingredientes fundamentais, como organicidade, autonomia, autenticidade. É com estes ingredientes, ancorados na experiência, no envolvimento e na participação popular, que chegamos à emancipação.

**Palavras-chave:** extensão universitária, pedagogia, filosofia, geografia

## ON THE ROAD OF EXTENSION: THE CONSTRUCTION OF PRAXIS

**Abstract:** Under what theories of knowledge, educational philosophies and relational bases are we doing university extension? The text is an invitation to think how important and urgent is the extension, which is now consolidated as an inexorable, indispensable and non-negotiable basis for academic life, professional training and also citizenship. Extension is consolidated as a dialectical movement between theory and practice considering the support of many people, academic and non-academic, and many social spaces, inside and especially outside the university, which are the very essence of a pedagogy, of a philosophy and, why not say, a geography of extension. There are many references that consolidate this triple dimension of extension, not to mention the many other dimensions involved. By recognizing the subjects and elements of the place, we are recognizing how important the foundations of Freirean praxis are for the history of extension. The denial of the place in the transplanted recipes, which do not emanate from objective realities and the demands of the daily complex, become innocuous and do not bear fruit. They lack fundamental ingredients, such as organicity, autonomy, authenticity. It is with these ingredients, anchored in experience, involvement and popular participation, that we reach emancipation.

**Keywords:** university extension, pedagogy, philosophy, geography

---

<sup>1</sup>Professora do Curso de Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará (Uece), Fortaleza, Ceará. Orcid 0000-0002-8840-3474. Email: lana.nascimento@uece.br. Atualmente, Pró-Reitora de Extensão da Uece, Vice-Presidente do ForProex e membra da Câmara de Extensão da Abruem.

## Introdução

Neste momento em que a extensão universitária assume lugar cada vez mais importante no processo formativo e na profissionalização das mais diversas áreas, cabe-nos um exercício reflexivo e cotidiano em torno da seguinte questão: sob que teorias do conhecimento, filosofias educacionais e bases relacionais nós estamos fazendo extensão universitária? Quando nós, docentes e estudantes concebemos nossas ações, especialmente aquelas que têm uma longevidade e uma organicidade mais expressiva; quando as realizamos, avaliamos; quando nós, gestoras e gestores, as registramos, as aprovamos em processos de institucionalização, de concessão de bolsas; quando desenvolvemos nossos projetos junto aos sujeitos diversos que compõem os territórios de atuação daquela extensão proposta, como nós estamos construindo essas três dimensões: a teoria do conhecimento, a filosofia educacional e a base relacional que regem nossas ações, de modo a que elas venham se configurar efetivamente como ações de extensão, firmadas nos princípios da política nacional de extensão que tanto defendemos e que aqui não custa repeti-los: a dialogicidade, a indissociabilidade, a interdisciplinaridade e inerente a ela interprofissionalidade, o impacto na transformação social e o impacto na formação deste estudante?

Este exercício nos é muito caro e urgente neste momento em que a extensão se consolida como base inexorável (que não se cede), indispensável e inegociável da vida acadêmica, da formação profissional, que é também uma formação cidadã. E aqui estamos naturalmente levando em conta que uma parte importante dessa comunidade acadêmica já compreende essa necessidade teórica, filosófica e relacional, assim como compreende já de longa data, bem antes dos marcos regulatórios que estabelecem a obrigatoriedade da inserção curricular, que ela é inexorável, indispensável inegociável. Mas nós também sabemos que essa compreensão ainda não alcança

a integralidade da nossa comunidade e, neste momento em que estamos estabelecendo essa centralidade no processo formativo, pela via do Projeto Pedagógico de Curso, ainda não raro lidamos com a pergunta: mas pra que extensão?

Pensando nessa estrada da extensão, no movimento da história da extensão universitária, reconhecemos que ela hoje está num ponto da linha do tempo muito desafiador, e, ao mesmo tempo muito especial da estrada, num outro patamar da história. Já deveríamos inclusive ter superado a tal pergunta clássica pra que extensão?. Se não superamos, há um sério problema ontológico na missão e no papel de nossas Instituições de Ensino Superior.

## Desenvolvimento

Estamos partindo do seguinte pressuposto: muito bem, perguntar pra que extensão é o mesmo que perguntar: pra que universidade? E aqui Florestan Fernandes nos é muito pontual quando diz:

“O que dá grandeza às universidades não é o que se faz dentro delas, é o que se faz com o que elas produzem. As instituições sociais não se mantêm nem prosperam através de suas forças ou recursos exclusivos. Elas lançam suas raízes e extraem seu vigor de elementos invisíveis, com frequência exteriores aos seus quadros organizatórios (FERNANDES, 1966, p. 205-207).

Aliás foi esse lema do sentido social de universidade, portanto, do sentido de extensão, que alimentou aqui na América Latina a reforma da Universidade de Córdoba, em 1918, quando o movimento estudantil de Córdoba propunha uma Extensão Universitária comprometida com mudanças sociais, comprometida com a relação entre universidade e povo, com o que a gente conhece como a função social da Universidade. E aqui, fazendo uma analogia entre nós extensionistas contemporâneos e o movimento estudantil de Córdoba, nós não podemos mais estar lembrando qual

sentido de universidade? Se a universidade pública e gratuita não constrói o seu projeto, os seus currículos, conteúdos, as metodologias, os princípios balizadores e perfis de profissionais que ela intenciona formar orientados para a transformação social, para a democratização de acessos e para a garantia de direitos fundamentais, essa universidade pública e gratuita não tem sentido de ser.

Sendo assim, se reconhecemos esta como uma missão de nossas instituições, demarcada nos projetos pedagógicos institucionais e pedagógicos, então a pergunta pra que extensão? é efetivamente anacrônica. É uma pergunta que contraria o movimento da história da extensão e do sentido social de universidade que nós construímos até aqui. Mesmo anacrônica, é uma pergunta que ainda se faz presente ou pelo menos tem mudado para: por que a extensão agora é obrigatória? Mas se há aqui um consenso de que perguntas, como pra que extensão? ou porque a extensão no currículo é obrigatória? são historicamente deslocadas, então a gente avança para duas questões de ordem:

a) o que temos feito para fortalecer a extensão com produção, conhecimento e partilha de teorias que fundamentem nossas práticas extensionistas — ou nas palavras de Paulo Freire, como estamos teorizando a prática para transformá-la?

b) O que temos feito para fortalecer o conhecimento, a produção e a partilha de práticas que alimentem nossas teorias sobre o fazer extensão?

Claro que nós não chegamos a esse estágio mais consolidado, maturado, se assim podemos dizer, da extensão universitária brasileira, sem uma longa estrada, sem um constructo histórico que vale a pena precisa lembrar, embora corra-se aqui o sério risco de obliterar, de deixar passar alguns marcos importantes dessa história. Então eu pediria para fa-

zermos um exercício mental: traçarmos uma linha do tempo imaginária. Essa linha teria ali os anos iniciais do Século XX, quando a extensão não era nem mencionada no decreto das universidades. Falava-se em divulgação das pesquisas. Ela tem uma pré-história muito importante e aqui cabe agradecer o importante trabalho de extensionistas dedicados a essa história, como Nogueira em documento publicado pelo ForProex (2012), que nos ajuda muito neste resgate e vai nos resgatar as práticas de atividades que já constituíam uma extensão universitária, no Brasil, naquele início de século, portanto, coincidindo com a criação do Ensino Superior, nos moldes da transferência, aplicabilidade de conhecimento.

A prática de atividades de Extensão Universitária, no Brasil, remonta ao início do século XX, coincidindo com a criação do Ensino Superior. Suas primeiras manifestações foram os cursos e conferências realizados na antiga Universidade de São Paulo, em 1911, e as prestações de serviço da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, desenvolvidos na década de 1920. No primeiro caso, a influência veio da Inglaterra; no segundo, dos Estados Unidos. (ForProex, 2012, p. 68).

Seja como herança da Extensão Universitária surgida na Inglaterra, no século XIX, como “educação continuada” (Lifelong Education), destinada para a população adulta que não tinha acesso à universidade, seja como herança das prestações de serviços que se faziam nos Estados Unidos, no caso da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV), durante muito tempo, essa foi a marca da extensão universitária brasileira.

E nessa linha do tempo a gente coloca entre os anos 1950/1960 a influência dos movimentos sociais, a UNE volante, o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE e os trabalhos do educador Paulo Freire, especialmente o serviço de Extensão Cultural, desenvolvido na então Universidade do Recife, o Movimento de Cultural Popular (MCP), o Movimento de Educação de Base (MEB). Poderíamos dizer que esta

é a primeira virada da extensão. É a extensão social, a extensão cultural e a educação popular questionando um paradigma de extensão que se fazia na universidade brasileira.

A obra de Freire chamada *A propósito de uma administração* (1961) será contundente nesse debate sobre o papel da universidade na extensão que até então se fazia e se geria na universidade.

A sociedade brasileira vem despertando rapidamente para seus problemas. Vem tomando consciência de suas dificuldades. Vem se convencendo, dia a dia, através de seus líderes e do próprio povo, da necessidade vital de se incorporarem ao circuito econômico as grandes massas brasileiras ainda situadas fora dele. E para isso é imperioso que seja acelerado o seu desenvolvimento econômico, à base de bem orientada industrialização, ao lado de forte agricultura. É imperioso, por outro lado, que se diminuam as distâncias faseológicas entre as várias regiões do país incorporando-se às mais, menos desenvolvidas. Somente como poderemos obter a nossa integração econômica, sem a qual dificultaremos a integração nacional. Às universidades brasileiras, tardiamente surgidas, vêm faltando de modo geral, uma armadura e um conteúdo programático adequados ao clima novo em que nasceram e a que, porém, não correspondem. Nascidas nesse clima, são mais filhas, porém de outra época. Perdem-se, quase sempre, num saber inautêntico, discursivo, palavreado e sem instrumentalidade. Não são humanísticas. Não são tecnológicas. (...) Falta-lhes organicidade. (Freire, 1961, p.8).

Quão atual é este alerta para o qual Freire nos chama, pouco antes do golpe de 1964, quando se prenuncia o desmonte da educação popular, com a sobrevivência de projetos como o Rondon, em uma abordagem complexa, fragilmente dialogada com as demandas sociais e comunitárias, naquele contexto. Na reforma universitária de 1968 (Lei 5.540/68), decreta-se nomeadamente uma perspectiva de extensão vertical, via de mão única, digamos assim. O decreto dizia: “as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e

os resultados da pesquisa que lhe são inerentes” (Artigo 20, grifos nossos).

Os anos 1970/80 são marcados por uma conjuntura política no Brasil marcada pela crise do milagre econômico, por extrema exploração do trabalho, pela rearticulação dos movimentos operário e popular e uma lenta abertura política em relação à ditadura militar. Consiste em um dos momentos mais importantes da nossa história porque forja as condições ideais para a emergência de novos sujeitos sociais, suas representações e lutas políticas.

Essa revitalização dos movimentos sociais e da educação popular reverberou fortemente sobre a ciência, sobre a universidade e reenergizou a extensão. Um movimento que avançou pra criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior (ForProex). Em 1987, nós vamos ter a criação do Fórum e da concepção de extensão como articuladora do ensino e da pesquisa com foco na transformação social pelo princípio da interação dialógica.

A criação do Fórum acompanha o movimento da Carta Magna, antecedendo-se à sua publicação, em 1988, quando se demarca o princípio da indissociabilidade, no artigo 207, evocando o sentido de ser da universidade, inserida no bojo dos outros fundamentos constitucionais, que sinalizam os direitos fundamentais. A LDB de 1996 vai reforçar o princípio da indissociabilidade. De lá pra cá, temos vivenciado a luta pra essa efetiva virada da extensão, centrada na produção partilhada de conhecimentos, em contexto de inserção efetiva na realidade social e política brasileira, trabalho ao qual o ForProex tem se entregue desde sua constituição.

Portanto, a extensão vai se consolidando como esse movimento dialético entre teoria e prática graças à sustância de muitos sujeitos, acadêmicos e não acadêmicos, e de muitos espaços sociais, de dentro e sobretudo de fora da universidade, os quais são a própria essência de uma pedagogia, de uma filosofia e, por que não

dizer, de uma geografia da extensão. São muitas as referências que nos ajudam a compreender essa tríplice dimensão da extensão, para não referir as tantas outras dimensões envolvidas.

Aqui nos orientaremos por Paulo Freire, importante referência para pensarmos uma filosofia, uma pedagogia (e estamos aqui assumindo uma geografia) da extensão no Brasil. Entrando com muito cuidado nesse terreno, centralizamos dois aspectos da dimensão filosófica da práxis freireana, reconhecendo que, da mesma forma que a extensão é inexorável, indispensável e inegociável para a integralidade do processo formativo, a dialética é essa marca inexorável, indispensável e inegociável para a extensão que Freire nos impele a fazer. É importante lembrar a marca plural e indulgente da visão de mundo a partir da qual Paulo Freire compreendia a vida e a sociedade e compreendia o diálogo como via de construção do mundo.

Dialética é um conceito dos mais amplos da filosofia, passando por Sócrates, Aristóteles, Hegel, Platão, dentre outros referenciais que marcam o escrutínio desse método de pensamento. Na referência platônica, destaca-se o sentido do diálogo, do confronto, do encontro sobre realidades inteligíveis, rompendo discursos estáticos, “socionaturais”. O diálogo como movimento da sintaxe popular, do encontro de sujeitos, de povos e de saberes que eles carregam. Mas Freire não se aproxima da dialética no sentido clássico porque dela se apropria como lugar de tomada de consciência, como via de problematização da sociedade que caminha para a desumanização.

Portanto, posiciona o diálogo libertador como construção de uma práxis emancipatória. Neste sentido, o filósofo alemão Hegel, para quem a dialética explica a mudança pela contradição, torna-se uma importante referência. Também, neste sentido, fundamenta-se na dialética marxista, porque ao compreender extensão inserida no tecido social, extensão como potência de trans-

formação social, reconhece que ela é lugar de contradições, tendo em vista que a sociedade é marcada por contradições.

Ainda nessa perspectiva filosófica, Freire nos chama para uma teoria-prática da comunicação. Essa dialética, o confronto-encontro com o outro, com as contradições do mundo, o diálogo só se tornam possíveis se houver comunicação, razão do incômodo freireano com a extensão no sentido de remeter a, de transferir. A extensão é vertical. A comunicação é horizontal. Essa profunda dimensão filosófica se alinha a uma pedagogia da extensão freireana, base do seu trabalho, alicerce da educação popular freireana. Porque o próprio ato de educar só se faz possível pelo diálogo e é pelo diálogo que se constrói a autonomia e a emancipação: ninguém se conscientiza sozinho; ninguém liberta ninguém; nós nos libertamos juntos, em comunhão. Vale aqui lembrar que em muitos estudos se resgata que a extensão entra ou se consolida efetivamente nas universidades brasileiras por via da educação popular. É o caso da Universidade Estadual do Ceará.

A dimensão que aqui estamos chamando de geográfica na práxis freireana se alinha às outras duas pela natureza espacial da extensão provocada por Paulo Freire. É uma extensão/comunicação que se faz mobilizando princípios de um raciocínio geográfico. Aqui se compreende o raciocínio geográfico como uma forma de pensar espacialmente para compreender aspectos fundamentais da realidade, tais como a localização dos fatos e fenômenos na superfície terrestre, de que maneira se distribuem, de que forma se dá o ordenamento territorial, a especialização dos objetos e das relações.

Poderíamos abordar vários princípios que, a nosso ver, constituem essa base epistemológica do trabalho freireano, mas nesta ocasião mencionaremos apenas três: a conexão, considerando que uma ação extensionista nunca acontece isoladamente, mas sempre em interação com outros fenômenos que já se dão na-

quele território, portanto mobilizados ou preexistentes àquela ação extensionista. A conexão vai se realizar graças à dialética, graças à ação comunicativa, ao encontro de sujeitos e de saberes.

Um segundo princípio geográfico é o da diferenciação, tendo em vista que em cada território, pela diversidade e pelas múltiplas identidades dos sujeitos que o constituem, a ação vai variar e vai resultar, vai transformar de uma maneira muito particular. Aliás, é por meio do olhar para a diferenciação espacial que entendemos aspectos fundamentais do ordenamento territorial e da paisagem.

E um terceiro princípio, não menos importante, é o da ordem. A ordem diz respeito à complexidade geográfica da extensão que nós realizamos. Nós não chegamos pra fazer extensão sobre superfícies prontas a receber um plano de trabalho, um conjunto de ações a serem executados, como se não houvesse ideias, conhecimentos anteriores, histórias. A extensão se constrói em uma ordem geográfica, a qual, como nos lembra Santos (2005) é o modo como se organiza, se estrutura o espaço, de acordo com as regras e a dinâmica própria da sociedade que o produziu. Esta compreensão é fundamental para alcançarmos a dinâmica própria do território e da comunidade com a qual interagimos.

A ordem global serve-se de uma população esparsa de objetos regidos por essa lei única que os constitui em sistema, característica essencial do período técnico científico e informacional, produtor de verticalidades. Já a ordem local diz respeito a uma população contígua de objetos, reunidos pelo território e, como território, regidos pela interação, pela contiguidade, que Milton vai também denominar de horizontalidades. (Santos, 2005).

Aliás, o território (usado, como nos lembra Milton Santos, 2005) torna-se uma categoria que, por excelência, especialmente em ações de extensão ou demais ações que pressuponham planejamento, vem definitivamente romper com as falsas premissas da justaposição de decisões ou planos elaborados sobre uma realidade que tem dinâmica própria, produto das múltiplas totalizações a que está submetida em processos históricos.

É nesta dialética das ordens que a

extensão se realiza, superando qualquer vestígio de tábula rasa, do lugar da ação extensionista como de folha em branco. O lugar é, como nos lembra Santos (1994), o espaço do acontecer solidário. “Estas solidariedades definem usos e geram valores de múltiplas naturezas: culturais, antropológicos, econômicos, sociais, financeiros, para citar alguns” (Santos, 1994).

Quando reconhecemos os elementos do lugar estamos reconhecendo o quanto são importantes para a história da extensão as bases da práxis freireana, algumas das quais apresentadas de modo sucinto neste texto. Para não encerrar, Freire nos lembra que a negação do lugar nas receitas transplantadas, que não emanam de realidades objetivas e das demandas do complexo cotidiano, tornam-se inócuas e não frutificam. Faltam-lhes ingredientes fundamentais, como organicidade, autonomia, autenticidade. É com estes ingredientes, ancorados na experiência, no envolvimento e na participação popular, que chegamos à emancipação.

## Considerações finais

Encontramo-nos em um momento muito potente e ao mesmo tempo desafiador da extensão, o qual tem a ver com o princípio da ordem geográfica, com o complexo onde nós estamos? Assumirmos a devida centralidade das atividades de extensão nos processos de formação profissional, a que está inerente uma formação cidadã, e que não se limita à reformulação curricular (já bastante abrangente), implica em assumirmos mudanças acadêmicas e administrativas mais amplas. Implica em mudança social. Esta é nossa luta na longa estrada da extensão até aqui percorrida e na reafirmação do papel e do lugar da universidade para a coesão social, o aprofundamento da democracia, a defesa da diversidade e o enfrentamento das desigualdades. Nesta estrada, o exercício permanente de (re) pensar a filosofia, a pedagogia e a geografia de nossas ações extensionistas fortalece a práxis, no movimento para que a questão pra que extensão? definitivamente seja superada acadêmica e socialmente.

## Referências

FERNANDES, Florestan. O destino das universidades. In: FERNANDES, Florestan. Educação e sociedade no Brasil. São Paulo: Dominus Editora; Ed. Universidade de São Paulo, 1966, p.205-208.

FREIRE, Paulo. A propósito de uma administração. Imprensa Universitária: Recife, 1961.

SANTOS, Milton. Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994

SANTOS, Milton. O retorno do território. En: OSAL : Observatorio Social de Amé-

rica Latina. Año 6 no. 16 (jun.2005- ). Buenos Aires : CLACSO, 2005- . -- ISSN 1515-3282

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIORES BRASILEIRAS (FORPROEX). Política Nacional de Extensão Universitária. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre: 2012 (Coleção Extensão Universitária; v. 7). Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em 29 mar 2024.

# ARTICULAÇÃO ENTRE EXTENSÃO E PESQUISA: PRODUTOS TÉCNICOS COMO FORMA DE INTERAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E PÚBLICOS NÃO-ACADÊMICOS E DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA MUNICIPAL

Monica Franchi Carniello<sup>1</sup>  
Thiago Vasquez Molina<sup>2</sup>  
Letícia Maria Pinto da Costa<sup>3</sup>

**Resumo:** A interação entre universidade e sociedade pode ocorrer de várias formas. No âmbito da produção científica, uma das formas de interagir com públicos não acadêmicos é por meio da elaboração de produtos técnicos com base no conhecimento científico gerado por pesquisas. Este artigo tem como objetivo caracterizar a produção técnica dos programas de pós-graduação stricto sensu da Universidade de Taubaté (UNITAU) como canais de interação com públicos não acadêmicos. A pesquisa exploratório-descritiva possui delineamento documental. Como recorte amostral, foram consideradas as produções técnicas dos nove mestrados e dois doutorados de uma instituição pública municipal, extraídos da Plataforma Sucupira. Verificou-se que predominam os serviços técnicos (32%), bem como a participação em programas de rádio e tv (22%). Conclui-se que os programas de pós-graduação interagem com a sociedade por meio de produtos técnicos que demandam adaptação de formato e linguagem para os diversos públicos, e que podem ampliar os tipos de produtos elaborados com base no conhecimento científico construído pelas pesquisas realizadas pelos programas de pós-graduação stricto sensu.

**Palavras-chave:** extensão; pesquisa; divulgação científica; produtos técnicos.

---

1Doutora em Comunicação e Semiótica. Docente do Programa em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté, Taubaté-SP. Atualmente é Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação. E-mail: monica.carniello@unitau.br

2Doutor em Comunicação. Docente do Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté, Taubaté-SP. Atualmente é Diretor de Programação da TV UNITAU e Coordenador do projeto PROEXT-PG. E-mail: thiago.vmolina@unitau.br

3Doutora em Comunicação. Atualmente é Pró-reitora de Extensão. E-mail: leticia@unitau.br

## Introdução

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão permeia a concepção e dinâmica de uma universidade, conforme rege o artigo 207 da Constituição Federal (Brasil, 1988): “ as universidades gozam, na forma da lei, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

O foco da discussão proposta neste artigo está na relação bilateral entre pesquisa e extensão. Parte-se de um cenário nacional no qual a ciência é percebida com algo muito distante e inacessível, conforme resultados da Percepção Pública da C&T no Brasil, realizada em 2019 pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Apesar de 73% dos entrevistados acharem que ciência e tecnologia trazem mais benefícios que malefícios para a sociedade e 62% da amostra está interessada ou muito interessada em algum assunto relacionado à ciência e tecnologia, 90% dos brasileiros não se lembram ou não sabem apontar um cientista do país; e 88% não se lembram ou não sabem indicar uma instituição do setor (CGEE, 2019). Além disso, a pesquisa aponta lacunas no acesso a equipamentos culturais que são vetores de difusão de conhecimento científico, tais quais bibliotecas e museus.

O distanciamento da pesquisa de outros setores da sociedade é resultante do processo de formação sócio-histórica da educação superior no Brasil, caracterizada em sua gênese pelas assimetrias da distribuição territorial e das condições de acesso, apesar de, conforme Diniz e Vieira (2015), a educação superior no Brasil ter vivenciado importantes transformações, entre as quais se destaca a expansão da graduação e pós-graduação, com foco nas regiões menos desenvolvidas do país.

A extensão universitária é um dos caminhos para tornar a ciência acessível, tanto para atrair públicos diversos para a possibilidade de formação científica, bem

como acessível para a sociedade em geral, ao oportunizar iniciativas de diálogo, rompendo os muros simbólicos que o processo sócio-histórico de formação da educação superior no Brasil possa ter construído de afastamento da realidade social.

O distanciamento histórico entre a ciência e a sociedade, tanto na forma da linguagem, quanto na forma da incorporação da ciência no cotidiano das pessoas, é uma das potenciais causas da desvalorização da ciência como um ativo e do aumento do negacionismo científico por parcela da população. Assim, a articulação entre a extensão e a pós-graduação faz-se necessária e oportuna no sentido de ampliar o conhecimento sobre o impacto da ciência para o bem-estar da população e o papel de mestres e doutores nesse contexto (CAPES, 2024, p.78).

Para superar esse distanciamento, desenham-se alguns caminhos: oportunizar que representantes de diversos setores da sociedade dialoguem com a universidade para nortear demandas do fazer científico; ampliar o acesso à formação científica por meio de políticas e ações afirmativas; fortalecer a divulgação científica como forma de tornar o conhecimento científico acessível a diversos públicos; articular projetos extensionistas com projeto de pesquisa.

O Plano Nacional de Pós-graduação 2024-2028 elaborado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2024) em diálogo com comunidade científico-acadêmica, identifica os desafios a serem enfrentados e superados no cenário contemporâneo da pós-graduação, dentre os quais a necessidade de ampliar as interações com o mundo do trabalho e a articulação da pesquisa com extensão.

Relativamente à Extensão universitária, observa-se um cenário de pouca articulação entre esse componente e a pesquisa e o ensino, notadamente no nível da pós-graduação, desvalorizando uma potencial frente de aproximação da ciência com a sociedade (CAPES, p.78).

Em paralelo à necessidade de articulação da pesquisa com extensão (CAPES, 2024), a Política Nacional de Extensão Universitária (2012) já chamava a atenção sobre a interação dialógica, mostrando a necessidade de se aplicar metodologias que estimulem a participação e a democratização do conhecimento, “colocando em relevo a contribuição de atores não universitários em sua produção e difusão” (FORPROEX, 2012, p.31).

Uma das estratégias possíveis para aproximar a universidade de públicos não acadêmicos é investir na divulgação científica. Entende-se que a divulgação científica atende de maneira consistente o fortalecimento das atividades de extensão no âmbito da pós-graduação, por meio de atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão realizadas, pois viabiliza as várias formas de diálogo com diversos setores da sociedade. Segundo Bueno (1988), divulgação científica consiste no conjunto de informações científicas direcionadas para o público não especializado, que demanda recodificação da linguagem de forma a tornar o conteúdo acessível. A ciência, enquanto atividade social, precisa ser refletida, debatida, o que se dá por meio de sua divulgação.

Epstein (2012) adota as nomenclaturas comunicação primária e comunicação secundária da ciência. A comunicação primária refere-se aos processos de comunicação interpares, portanto situa-se no âmbito acadêmico e das instituições de pesquisa e ocorre por meio de publicação em periódicos científicos especializados e eventos científicos, com uso de linguagem específica. Já a comunicação secundária é destinada ao público leigo, não acadêmico, e pode ocorrer tanto de forma mais dirigida, como palestras em escolas ou empresas, como de forma massiva por meio das mídias, tais como jornais, televisão, internet, entre outras, e faz uso de linguagem adaptada.

O contexto da transformação digital, que possibilitou a criação e difusão de um modelo de comunicação estruturado

em rede (CASTELLS, 1999), fez com que o processo de comunicação científica adquirisse novas dimensões e visibilidade, tanto das possibilidades de disseminação e alcance, quanto nos formatos, dadas as várias ferramentas de produção que se tornaram acessíveis. No âmbito dos programas de produção stricto sensu, isso se traduziu nas possibilidades de elaboração de vários produtos técnicos, que inclusive são reconhecidos e valorados no processo de avaliação dos cursos de mestrado e doutorado pela CAPES, conforme relatório do grupo de trabalho de Produção Técnica (2019).

Partindo do pressuposto de que os formatos e linguagens diversas dos produtos técnicos são uma forma de alcançar públicos não acadêmicos e ampliar as possibilidades de aplicação e circulação do conhecimento científico, em uma relação dialógica com a sociedade, este artigo tem como objetivo caracterizar a produção técnica dos programas de pós-graduação stricto sensu da Universidade de Taubaté (UNITAU) como canais de interação com públicos não acadêmicos, como prática extensionista.

Cabe destacar que a CAPES lançou em 2023 o edital PROEXT PG, cujo objetivo é

Contribuir para o fortalecimento das atividades de extensão no âmbito da pós-graduação, por meio de atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão realizadas em diálogo com diversos setores da sociedade, com vistas a subsidiar os gestores públicos na elaboração das políticas públicas que sejam socialmente relevantes, interdisciplinares e que contribuam para o desenvolvimento sustentável, a cidadania, a justiça, o fortalecimento da democracia, a participação social, a qualidade de vida e a redução de assimetrias no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) (CAPES, 2023).

A UNITAU propôs um projeto voltado para a divulgação científica, que está em execução, que resultará em um con-

junto de produções técnicas que serão os vetores de diálogo com diversos públicos não acadêmicos elencados pelos programas, que culminará na construção de uma política de divulgação científica para dar perenidade a esta vertente de indissociabilidade entre pesquisa e extensão.

## Referencial Teórico

Conforme Serra, Rolim e Bastos (2018), são múltiplas as formas que as universidades podem cooperar para o desenvolvimento socioeconômico de uma região. A articulação entre pesquisa e extensão é uma forma de fortalecer esse papel, pois demanda um diálogo constante com as diversas instâncias da sociedade, o que viabiliza a construção de um conhecimento científico em consonância com as demandas sociais, bem como a criação de mecanismos institucionais que permitam as transferências bilaterais de conhecimento: da universidade para demais setores da sociedade, e dos diversos setores da sociedade para a universidade.

Os desdobramentos da relação pesquisa e extensão ancoram-se em Sedlacek (2013), que formula hipóteses sobre como as universidades podem promover o desenvolvimento sustentável, categorizando-as nas dimensões educação, pesquisa e governança.

Na dimensão educação, que incide tanto nas perspectivas individuais quanto na social, entende-se que as universidades são atores-chave nos sistemas de aprendizagem individual e social, permitindo-lhes desempenhar um papel central na sustentabilidade dos processos de desenvolvimento, fundamentadas na liberdade acadêmica. A elaboração de currículos que abordem elementos específicos do desenvolvimento aumenta a consciência pública e ajuda a propor e executar ideias e soluções criativas (SEDLACEK, 2013). Nesta dimensão o ensino conscientiza e prepara os indivíduos para a pesquisa e extensão.

Na dimensão pesquisa, situam-se

a construção de conhecimento e os mecanismos de transferência de conhecimento. A transferência institucionalizada de conhecimento permite que as universidades atendam às necessidades de pesquisa básica e aplicada, bem como às necessidades de pesquisa multidisciplinar e interdisciplinar. A mudança na produção de conhecimento para uma ciência mais integrada oferece uma reorientação das linhas de investigação originalmente empreendidas pelos pesquisadores, agora definidas num ambiente multilateral para abordar problemas e necessidades sociais multidisciplinares (SEDLACEK, 2013). Entende-se que a extensão é um dos pilares para estabelecer os caminhos bilaterais de transferência de conhecimento, ampliando o diálogo e as ações conjuntas da universidade com os mais variados públicos.

Por fim, a dimensão governança, tanto interna quanto externa, considera que as universidades estão organizadas com diversos grupos de interesse, têm a oportunidade de adquirir uma combinação de conhecimentos e experiências, o que é um pré-requisito para encontrar soluções em ambientes interdisciplinares e transdisciplinares. Além disso, as universidades operam simultaneamente em redes regionais, nacionais e internacionais em cooperação com diversas partes interessadas, pelo que são intervenientes importantes na gestão multiatores.

Adota-se a abordagem que a comunicação da universidade com a sociedade é uma forma de estabelecer diálogo contínuo com a sociedade, e com isso consolidar a relação pesquisa – extensão com um conjunto de ações propostas.

A interação social da ciência, segundo Epstein (2012), pode ser compreendida por meio da forma como é comunicada ao público em geral. O autor identifica dois tipos de discurso na comunicação científica: discurso entre pares, qual é a comunicação entre os cientistas, denominada comunicação primária; e a destinada ao público em geral ou não especialistas,

nomeada por Epstein (2012) de comunicação secundária da ciência, o que deve ocorrer com as devidas adaptações de linguagem. Essas adaptações resultam potencialmente em produtos técnicos decorrentes do conhecimento científico produzido.

Segundo Bueno (1988), a principal tarefa da divulgação científica é: democratizar a abordagem do conhecimento científico e promover a chamada alfabetização científica, o que pode ajudar a envolver os cidadãos em discussões sobre questões específicas que afetam sua vida e trabalho (BUENO, 1988).

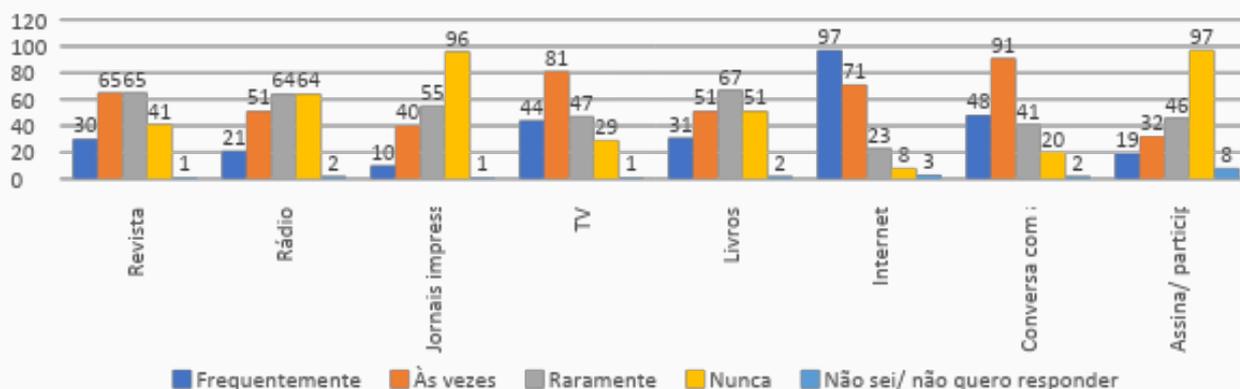
Adota-se, neste projeto, o conceito de divulgação científica, que para Costa, Sousa e Mazzoco (2010), é mais abrangente do que comunicação pública da ciência, por propor uma nova ordem de relações entre ciência, tecnologia e sociedade.

Conforme Valério e Bazzo (2006, p.7), “entendida como um acervo de práticas no campo da Comunicação, a divulgação científica atua na exposição pública não só dos conhecimentos, mas dos pressupostos, valores, atitudes, linguagem e funcionamento da C&T”. Para tal, faz-se amplo uso de meios tais como literatura, jornalismo, museologia, dramaturgia, além de outros formatos e meios possíveis, considerando os perfis de público em diálogo.

Em pesquisa exploratória realizada em 2023 com participação de bolsista de iniciação científica do CNPq (CARNIELLO E SILVA, 2023) buscou-se conhecer a visão, o interesse e o grau de informação da população em relação à ciência e tecnologia (C&T) em Taubaté-SP, onde está situada a universidade objeto deste artigo. O universo da pesquisa foi composto por moradores de Taubaté acima de 18 anos, a amostra alcançada foi de 202 respondentes, possui 90% de nível de confiança e 6% de margem de erro, com técnica de seleção de amostra foi não-probabilística por acessibilidade, com técnica de coleta de dados mista, com distribuição por meio digital e pessoal. Os gráficos 1, 2 e 3 revelam a forma como a população local se relaciona com a ciência.

**Gráfico 1 – Fontes de acesso a conteúdo sobre ciência.**

Fontes de acesso a conteúdo sobre ciência

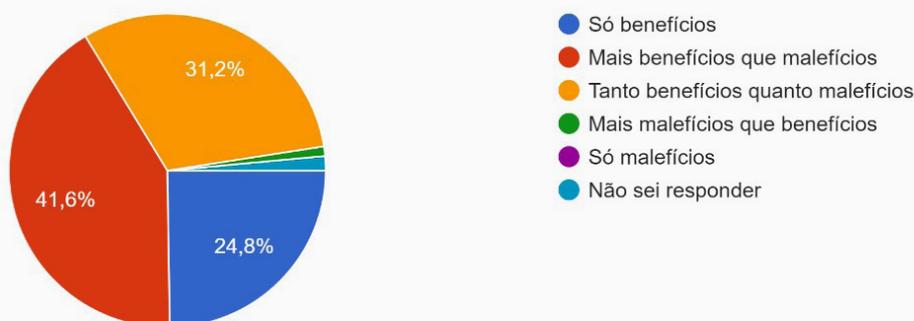


Fonte: Dados primários, 2023.

## Gráfico 2 – Efeitos da ciência na sociedade.

Na sua opinião, a ciência e tecnologia trazem mais malefícios ou benefícios para a humanidade

202 respostas

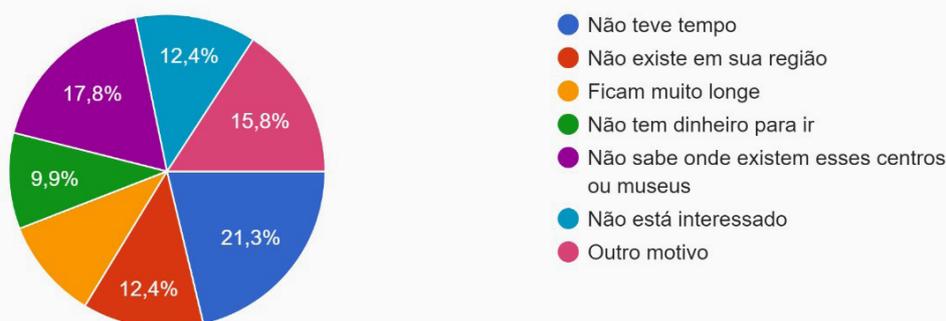


Fonte: Dados primários, 2023.

## Gráfico 3 – Acesso à ciência e tecnologia

Qual a principal razão de você NÃO ter visitado Museu de Ciência e Tecnologia nos últimos 12 meses?

202 respostas



Fonte: Dados primários, 2023.

Ressalta-se que as lacunas na relação ciência/sociedade identificadas podem ser mitigadas por meio da intensificação da universidade na divulgação científica por meio de produtos técnicos que alcancem e dialoguem com públicos não acadêmicos.

## Método

A abordagem metodológica adotada é exploratória, com delineamento documental. A delimitação se concentra nos cursos *stricto sensu* da Universidade de Taubaté, sediada no município de Taubaté-SP, formalizada por meio da Lei Complementar Estadual nº 1.166, de 9 de janeiro de 2012.

Atualmente, a universidade possui 9 cursos de mestrado e dois de doutorado, a saber: Mestrado Acadêmico em Ciências Ambientais; Mestrado Profissional em Ciências Ambientais; Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Humano; Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Regional; Doutorado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Regional (aprovado em 2023 e início das atividades em 2024, portanto fora do recorte temporal desta análise); Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada; Mestrado Acadêmico

em Ciências da Saúde; Doutorado Acadêmico em Ciências da Saúde; Mestrado Profissional em Educação; Mestrado Profissional em Engenharia Mecânica; e Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento Regional.

O recorte temporal abrange o período de 2013 a 2022, período no qual foram analisados os tipos de produções técnicas de cada programa e de forma consolidada.

A tipologia da produção técnica considerou os registros possíveis de serem realizados na Plataforma Sucupira, por meio da qual são registradas e enviadas anualmente as informações relativas a cada programa *stricto sensu* e para fins de acompanhamento e avaliação. A saber: apresentação de trabalho; cartas, mapas ou similares; cursos de Wcurta duração; desenvolvimento de aplicativo; desenvolvimento de material didático ou instrucional; desenvolvimento de produto; desenvolvimento de técnica; editoria; manutenção de obra artística; maquete; organização de evento; patente; programa de rádio ou tv; relatório de pesquisa; serviços técnicos; outros.

Vale destacar que em 2019 foi publicado o relatório do Grupo de Trabalho de Produção Técnica da CAPES, que propôs uma metodologia de avaliação da produção técnica e tecnológica, e que ampliou as categorias de produtos técnicos para 21 diferentes tipos de produtos resultantes de pesquisas desenvolvidas pelos programas de pós-graduação, visando ao avanço do conhecimento. Como ferramenta de apoio à análise, foi utilizado o software Stella

Experta, que apresenta análises e indicadores com base na extração de dados da Plataforma Sucupira.

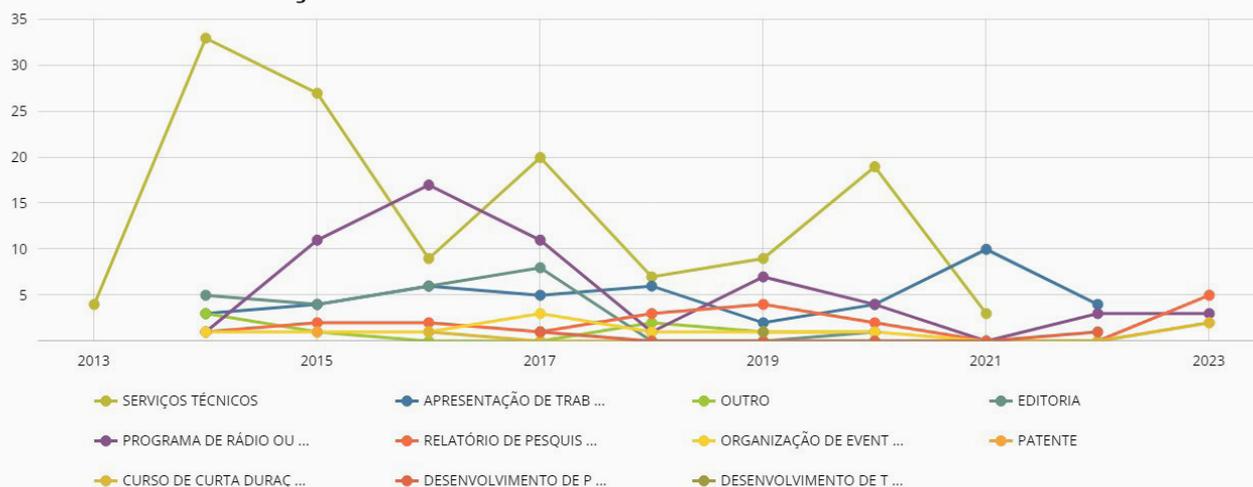
## Resultados e Discussão

Toma-se como pressuposto, na abordagem desta análise, que esses produtos técnicos ampliam o alcance das pesquisas para públicos diversos externos à universidade e que, portanto, podem potencialmente serem vetores de ações extensionistas, bem como serem base ou fruto de programas de extensão. Por exemplo, um programa de rádio ou TV faz chegar o conhecimento científico a audiências que não compõem necessariamente a comunidade acadêmica, bem como demandas uma adaptação de linguagem para os meios em questão, o que pode tornar o conteúdo de teor científico acessível a públicos não acadêmicos.

Os produtos técnicos cartas, mapas ou similares podem ser utilizados, a depender do conteúdo, por gestores públicos para uma visão de algum aspecto de um território. Um curso de curta duração pode ser destinado a públicos diversos e estar associado a uma tecnologia social a ser apropriada por comunidades.

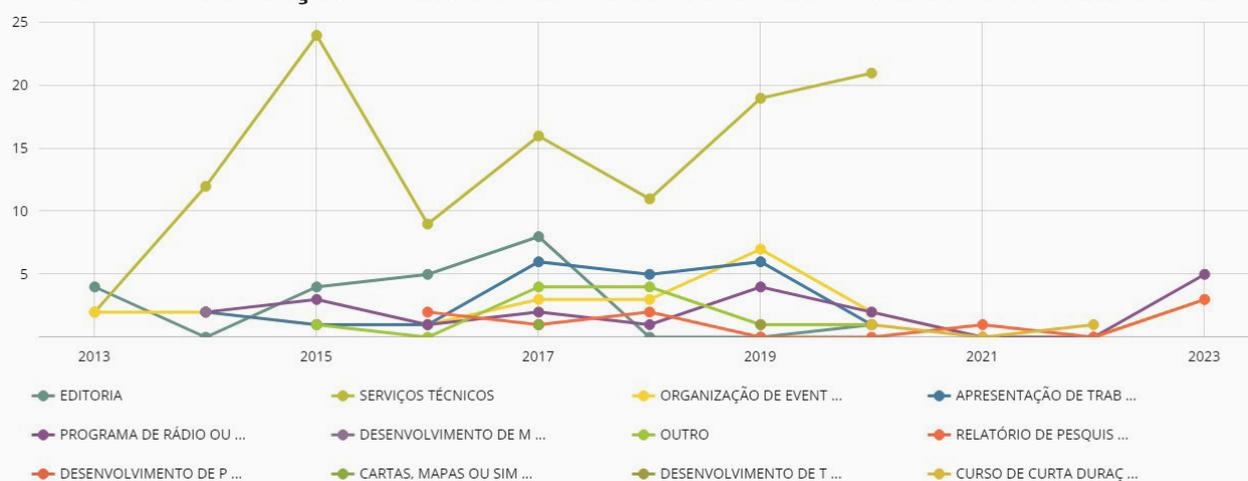
Apresentadas algumas das potencialidades de relação com a sociedade dos produtos técnicos, o que em si carrega um caráter extensionista, apresentam-se, a seguir, os Gráficos 4 a 11, relativos à produção técnica dos programas *stricto sensu* da Universidade de Taubaté definida como objeto deste artigo.

**Gráfico 4 – Produção técnica do Mestrado Profissional em Ciências Ambientais**



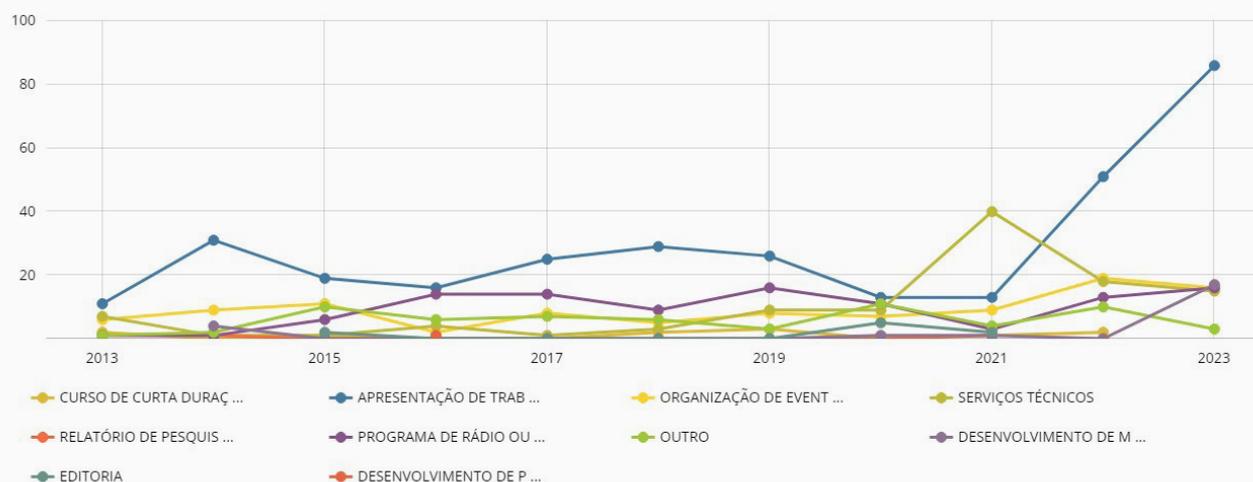
Fonte: Stella Experta com base em Capes, 2013-2022.

**Gráfico 5 – Produção Técnica do Mestrado Acadêmico em Ciências Ambientais**



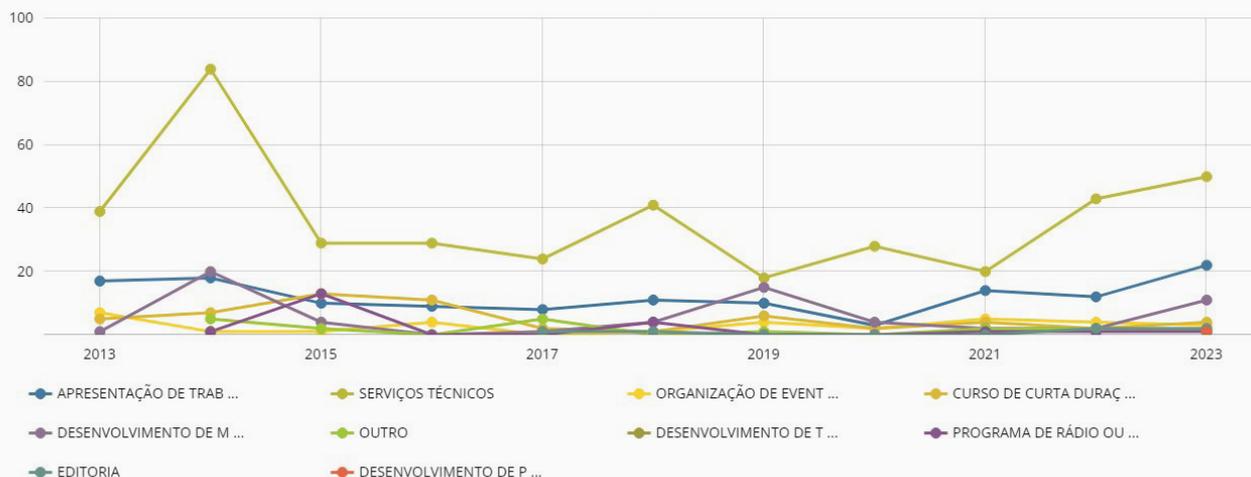
Fonte: Stella Experta com base em Capes, 2013-2022.

**Gráfico 6 - Produção Técnica do Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Humano**



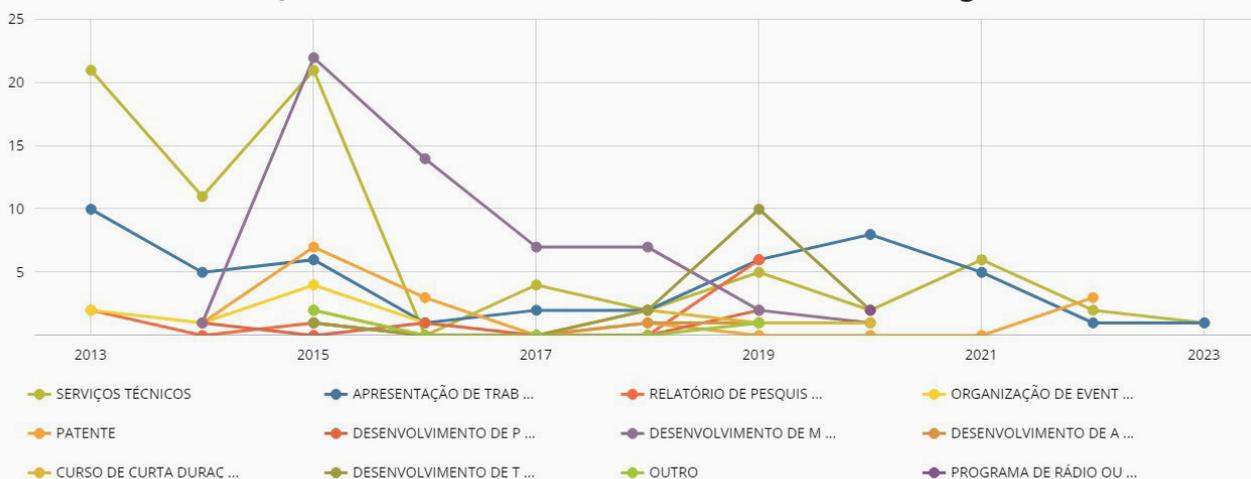
Fonte: Stella Experta com base em Capes, 2013-2022.

### Gráfico 7 - Produção Técnica do Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada



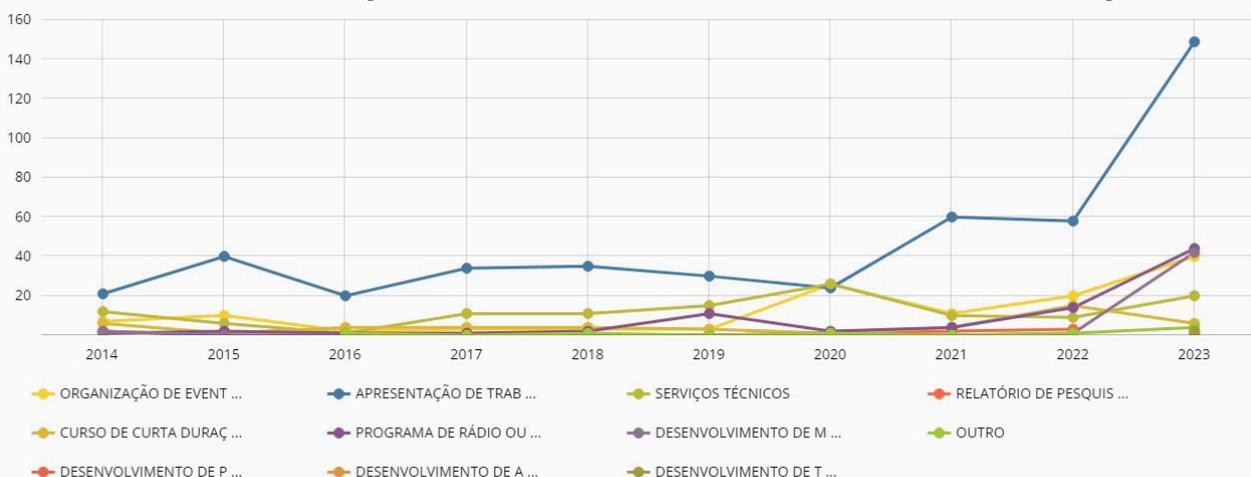
Fonte: Stella Experta com base em Capes, 2013-2022.

### Gráfico 8 - Produção Técnica do Mestrado Profissional em Engenharia Mecânica



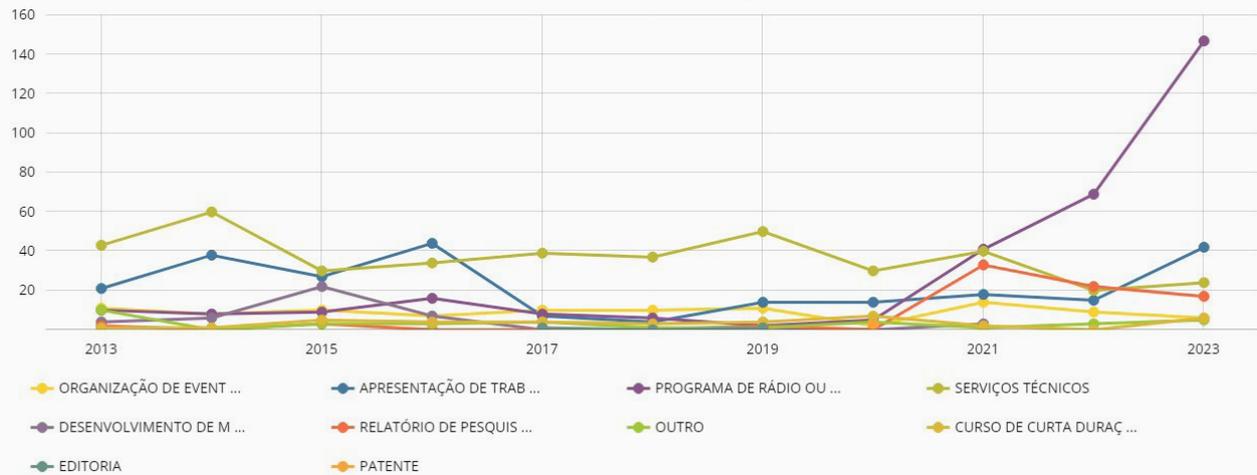
Fonte: Stella Experta com base em Capes, 2013-2022.

### Gráfico 9 - Produção Técnica do Mestrado Profissional em Educação



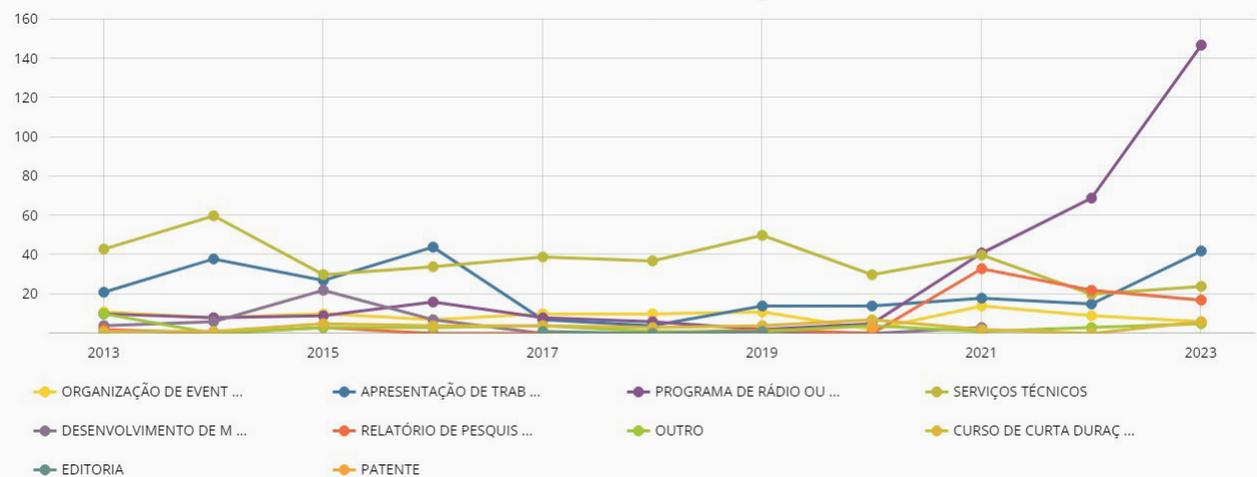
Fonte: Stella Experta com base em Capes, 2013-2022.

**Gráfico 10 - Produção Técnica do Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento Regional**



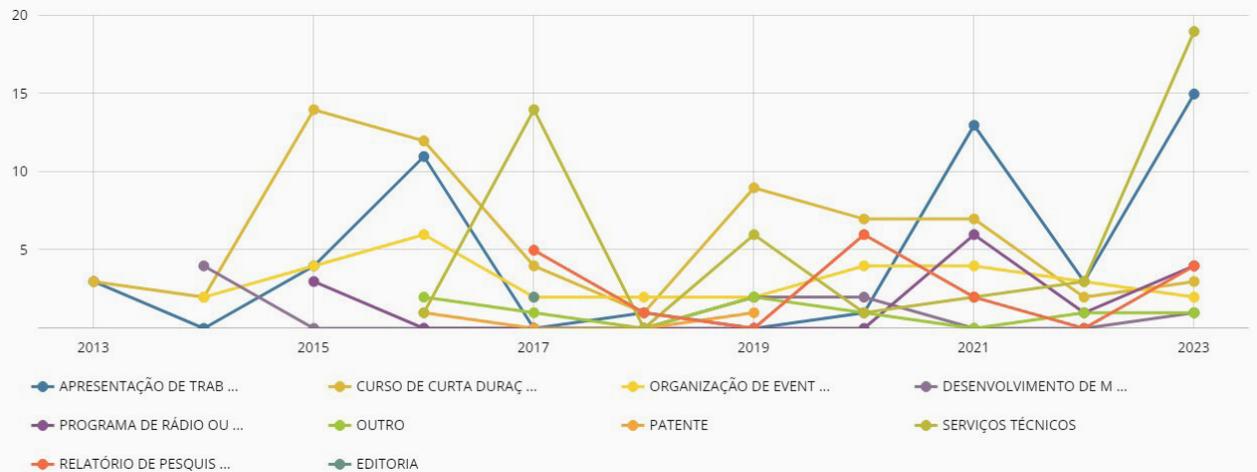
Fonte: Stella Experta com base em Capes, 2013-2022.

**Gráfico 11 - Produção Técnica do Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Regional**



Fonte: Stella Experta com base em Capes, 2013-2022.

**Gráfico 12 - Produção Técnica do Mestrado e Doutorado Acadêmicos em Ciências da Saúde**

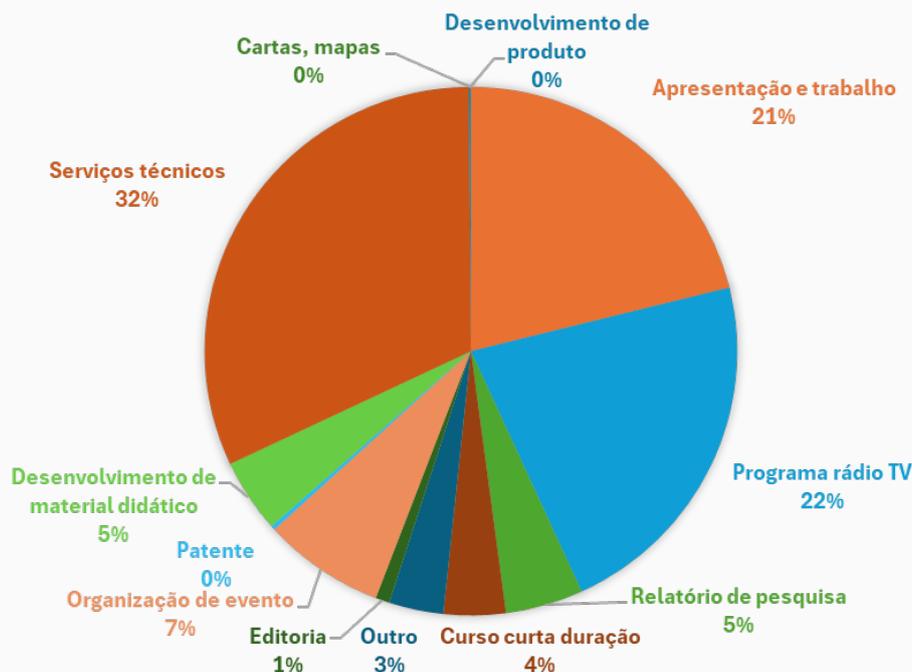


Fonte: Stella Experta com base em Capes, 2013-2022.

Apresentada a produção dos programas, observa-se que há variações entre a predominância de tipos de produtos técnicos conforme áreas de conhecimento, bem como variações ao longo do tempo, que devem ter relação com os projetos de pesquisa desenvolvidos em cada fase.

Para que se tenha uma visão sistêmica da atuação da Universidade, o Gráfico 12 apresenta o percentual de cada tipo de produto técnico consolidado dos programas, no período analisado.

**Gráfico 13 - Produção Técnica de todos os programas stricto sensu da UNITAU (2013-2013).**



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Capes, 2013-2022.

Observa-se que 32% das produções enquadram-se como serviços técnicos. O escopo de serviços é muito abrangente. Não foi possível detalhar as subcategorias desses serviços, mas entende-se que parte deles atende à própria comunidade acadêmica, como o caso de pareceres ad hoc em artigos, nos quais não se configura uma aderência com extensão, mas também serviços de pesquisa prestados para instituições públicas e privadas, que são uma forma de interação com públicos não acadêmicos, articulado com o conceito de extensão, compreendida como “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPREX, 2012, p.15).

Destaca-se a produção técnica Programa de Rádio e TV, com 22%, que evidencia a presença significativa dos pesquisadores na mídia, uma das formas de viabilizar o acesso ao conhecimento científico.

Entre os 21 tipos de produção técnica identificados no relatório de grupo de trabalho de Produtos Técnicos publicado em 2019 (CAPES, 2019), apresentam-se possibilidades ainda não exploradas pelos programas apresentados de forma a gerar produtos técnicos, como as tecnologias sociais, por exemplo. No âmbito da pesquisa, temáticas que podem dar suporte à modelagem de tecnologias sociais se fazem presentes em temas de artigos publicados em periódicos científicos, conforme consta nos dados da Plataforma Sucupira no período analisado. Com essa possibilidade aventada nos relatórios de Produtos Técnicos, abre-se um novo caminho para fortalecer o elo entre pesquisa e extensão.

## Considerações finais

Este artigo tem como objetivo caracterizar a produção técnica dos programas de pós-graduação stricto sensu da Universidade de Taubaté (UNITAU) como canais de interação com públicos não acadêmicos, aqui compreendidos como prática extensionista na perspectiva da pós-graduação.

Esse olhar vai ao encontro do preconizado na Política Nacional de Extensão Universitária (2012) sobre a necessidade de se fazer valer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em todos os níveis de formação acadêmica, tanto na incorporação de estudantes de pós-graduação em ações extensionistas quanto também o desenvolvimento de produção acadêmica a partir das atividades de Extensão.

No caso deste estudo, conclui-se que os programas de pós-graduação da Universidade de Taubaté interagem com a sociedade por meio de produtos técnicos que demandam adaptação de formato e linguagem para os diversos públicos, e que podem ampliar os tipos de produtos elaborados com base no conhecimento científico construído pelas pesquisas realizadas pelos programas de pós-graduação stricto sensu.

Verificou-se que no período e bases analisadas predominam os serviços técnicos (32%), bem como a participação em programas de rádio e tv (22%), gerando a disseminação da informação científica para o público não acadêmico.

Esse processo de interação é importante e potencialmente pode dar suporte a programas mais estruturados de extensão com gênese nas pesquisas, bem como sistematizar mecanismos de escuta e interação constantes entre setores da sociedade e universidades.

Em pesquisas futuras, sugere-se identificar os públicos contemplados pelos produtos técnicos e aferir suas percepções em relação à acessibilidade ao conhecimento científico, bem como sobre as interações e transformações decorrentes desse processo.

Um passo importante nesse sentido é o fato de a Universidade de Taubaté ter obtido, em 2024, fomento do Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação - PROEXT-PG - junto à CAPES e Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação - Sesu/MEC - para desenvolver o projeto “Divulgação Científica: a extensão da pós-graduação para uma ciência acessível como vetor de Desenvolvimento Regional”,

Em seu escopo está o desenvolvimento de atividades que integram ações de extensão à pesquisa somando esforços com os outros setores da sociedade, propondo uma atuação conjunta, dialógica, para fomentar o desenvolvimento de políticas públicas que propiciem a transformação social.

## Referências

- BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <Disponível em: <http://bit.ly/2fmnKeD>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Científico no Brasil: aspectos teóricos e práticos. São Paulo, Departamento de Jornalismo e Editoração, ECA/USP, 1988.
- CAPES. Relatório de grupo de trabalho Produção Técnica. Brasília: CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf> Acesso em: 07 abr. 2024.
- CAPES. Plano Nacional de Pós-graduação 2024-2028 - versão preliminar. Brasília: CAPES, 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/19122023\\_pnpg\\_2024\\_2028.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/19122023_pnpg_2024_2028.pdf) Acesso em: 07 abr. 2024.
- CARNIELLO, M. F.; SILVA, A. B. S. O. . Percepção Pública da Ciência e Tecnologia em Taubaté - SP. In: Congresso Bra-

- sileiro de Ciências da Comunicação, 2023, Belo Horizonte: Intercom, 2023.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CGEE. Percepção pública da C&T no Brasil, 2019. Resumo executivo. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2019. Disponível em: [https://www.cgее.org.br/documents/10195/734063/CGEE\\_resumo-executivo\\_Percepcao\\_pub\\_CT.pdf](https://www.cgее.org.br/documents/10195/734063/CGEE_resumo-executivo_Percepcao_pub_CT.pdf) Acesso em: 28 out. 2022.
- CGEE. Percepção pública da C&T no Brasil, 2019. Questionário. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2019. Disponível em: <https://www.cgее.org.br/documents/4860064/0/questionario-percepcao.pdf/867c2b28-adb5-4377-88bb-b-0d66376c51f> Acesso em: 28 out. 2022
- DINIZ, Clélio Campolina; JORGE , Danilo Vieira. Ensino Superior e Desigualdades Regionais: notas sobre a experiência recente do Brasil. Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD, [S. l.], v. 36, n. 129, p. 99–115, 2015. Disponível em: <https://ipar-des.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/767>. Acesso em: 4 abr. 2024.
- DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2. ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.
- EPSTEIN, Isaac. Comunicação da ciência: rumo a uma teoria da divulgação científica. Organicom. Ano 9, n.16/17, edição especial, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139126> Acesso em: 03 set. 2020.
- FORPREX, Política nacional de extensão universitária. Manaus; 2012. Disponível em: <https://xn--extenso-2wa.ufrj.br/images/BIBLIOGRAFIA/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf> Acesso em: 07 abr. 2024.
- SEDLACEK, Sabine. The role of universities in fostering sustainable development at the regional level. Journal of Cleaner Production, v. 48, p. 74–88, 2013.
- SERRA, M.; ROLIM, C.; BASTOS, A.P. (org.). Universidades e Desenvolvimento Regional: as bases para a inovação competitiva. Rio de Janeiro: Ideia D, 2018.
- VALERIO, Marcelo.; BAZZO, Walter Antônio. O papel da divulgação científica em nossa sociedade de risco: em prol de uma nova ordem de relações entre ciência, tecnologia e sociedade. Revista IberoAmericana de Ciencia, Tecnologia, Sociedad e Innovación, n. 7, set./dez. 2006. Disponível em: . Acesso em: 20 out. 2007.

# EXTENSÃO E A EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA: A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE ABERTA INTERGERACIONAL NA UEMA

<sup>1</sup>Ilka Márcia Ribeiro de Souza Serra

<sup>2</sup>Eliza Flora Muniz Araújo

<sup>3</sup>Ana Karla Gomes Camelo

**Resumo:** O presente artigo objetiva discutir sobre o direito a educação da pessoa idosa e a importância da Extensão Universitária enquanto política pública capaz de impactar significativamente essa parcela da população, através de Programas como o da Universidade Aberta Intergeracional em desenvolvimento na Universidade Estadual do Maranhão. Este estudo é de natureza qualitativa constituído de pesquisa bibliográfica e documental como procedimento metodológico. As reflexões desencadeadas nos levam a constatar que a Extensão Universitária por meio do Programa Unabi vem contribuindo significativamente com o processo de envelhecimento de seus participantes, ao promover atividades socioeducativas e intergeracionais voltadas à longevidade, protagonismo e qualidade de vida.

**Palavras-chaves:** Educação ao longo da vida; Extensão Universitária; Pessoa Idosa.

## EXTENSION AND LIFELONG EDUCATION: THE EXPERIENCE OF THE INTERGENERATIONAL OPEN UNIVERSITY AT UEMA

**Abstract:** This article aims to discuss the right to education of the elderly and the importance of University Extension as a public policy capable of significantly impacting this part of the population, through Programs such as the Intergenerational Open University under development at the State University of Maranhão. This is a qualitative study based on bibliographical and documentary research as a methodological procedure. The reflections triggered lead us to see that University Extension through the Unabi Program has contributed significantly to the aging process of its participants, by promoting socio-educational and intergenerational activities aimed at longevity, protagonism and quality of life.

**Keyword:** Lifelong learning; University Extension; Elderly people.

---

1 Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1622-5434>, Ilka.tt@gmail.com, Doutora em Fitopatologia e Pós-doutora em Tecnologias Digitais, Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Estudantis – UEMA.

2 Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7624-4170>, eliza.flora15@gmail.com, Mestra em Ciências da Educação e Assessora na Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis – UEMA.

3 Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2889-8468>, karlagcamelo@gmail.com, Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional e Assessora na Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis – UEMA.

## Introdução

Sabe-se que desde a virada do século XX, o processo conhecido como transição demográfica vem se traduzindo em mudanças relevantes na estrutura etária dos países. Dados recentes da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) ligada à organização Mundial da Saúde apontam que em 2020, mais de 8% da população mundial tinha 65 anos ou mais de idade, e estima-se que essa porcentagem dobre em um período de 30 anos e ultrapasse os 30% até o final do século.

No Brasil, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2023), no intervalo de 2010 a 2022 houve um aumento de 56% no número de pessoas idosas. O índice de envelhecimento apurado pelo instituto, considerando a população com 60 anos ou mais chegou a 80,0 em 2022, ou seja, com 80 pessoas idosas para cada 100 crianças de 0 a 14 anos.

Diante dessa nova realidade, a sociedade é instigada a pensar caminhos que promovam a inclusão de todos e especialmente a valorização da pessoa idosa. Portanto, induzir políticas públicas que abracem seriamente a questão do envelhecimento da população é vital para o desenvolvimento sustentável do planeta.

A qualidade de vida de uma população esta atrelada a diferentes fatores, notadamente sociais e econômicos, tendo em vista a heterogeneidade dos indivíduos que formam a nossa sociedade. Um desses fatores, considerado um pilar para a construção e transformação de cidadãos mais críticos e conscientes é a educação. No Brasil, assim como em boa parte do mundo, a educação se constitui em um direito, não só de uma etapa, mas ao longo da vida.

Considerando, portanto esse contexto, e respeitando a sua função social, a Universidade Estadual do Maranhão (Uema), lançou em 2016, por meio da sua Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (Proexae), o Pro-

grama Universidade Aberta Intergeneracional (Unabi), com a finalidade de proporcionar a pessoa idosa acesso ao conhecimento e a troca de experiências por meio de atividades socioeducativas.

O programa Unabi, de natureza extensionista, representa o entendimento da IES quanto ao seu papel responsivo em relação às necessidades, problemas e demandas da sociedade. É uma ação que caminha fora dos muros da universidade, na intenção de oportunizar a pessoa idosa o direito a educação, conforme preconiza o Estatuto da Pessoa Idosa em seu artigo 21.

Em vista disso, este artigo tem por objetivo discorrer sobre o direito a educação da pessoa idosa; discutir a importância da ação extensionista para a sociedade e em especial para público de 60 anos ou mais; e nesse sentido apresentar o que a Uema vem desenvolvendo nessa perspectiva através do Programa Universidade Aberta Intergeneracional.

## Considerações Metodológicas

O presente estudo insere-se na pesquisa do tipo qualitativa, que para Bricudo (2005) significa “ter uma interrogação e andar em torno dela em todos os sentidos”. Sendo assim, a materialização deste trabalho teve como foco discutir sobre a educação como direito ao longo da vida, o papel da extensão para a sociedade e especial para a pessoa idosa e partir desse arcabouço discorrer sobre as ações do Programa Unabi na Uema.

Para essa análise, utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e documental. No que concerne à pesquisa bibliográfica utilizou-se como fonte principal de pesquisa, artigos científicos voltados para temática de estudo. Para a pesquisa documental buscou-se acesso a leis, estatutos, resoluções, e outros documentos de natureza pública, considerando que “constituem geralmente a fonte mais fidedigna de dados” (Marconi e Lakatos, 2005, p. 180).

## Aspectos Teóricos

### *O direito a educação ao longo da vida*

O artigo 230 da Constituição Federal define que família, sociedade e Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando a sua participação na comunidade defendendo sua dignidade, promovendo seu bem-estar e garantindo o direito à vida. Essa mesma Constituição em seu artigo 205 preconiza que a educação é direito de todos, sendo um dever do Estado e da família, e que deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O Estatuto da Pessoa Idosa também partilha do que é posto pela Constituição Federal ao apontar em seu artigo 21 que “o poder público criará oportunidades de acesso da pessoa idosa à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ela destinados” (Brasil, 2022). Essa concepção remete ao que é concebido no Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que enfatiza que toda pessoa tem direito à educação.

A partir desse cenário (de aspectos legais), podemos afirmar que a educação não pode ser um privilégio das gerações mais jovens. Na verdade, precisa atuar como um instrumento de combate às barreiras sociais, inclusive contribuindo para a melhoria da saúde mental e das habilidades cognitivas das pessoas idosas, de forma a impactar na qualidade de vida destes.

No entanto, apesar de todo o arcabouço legal apresentado, o que ainda temos visto é uma vasta parcela da população idosa sem acesso a educação, dada as desigualdades sociais que marcam a história da nossa sociedade, conforme corrobora os recentes dados divulgados pelo IBGE apontando que dos 11 milhões de brasileiros analfabetos, mais da metade são pessoas com 60 anos ou mais, correspondendo a uma média de seis milhões de idosos que não sabem ler ou escrever. A

situação é ainda mais alarmante quando se olha para os estados da região nordeste onde, de acordo com Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2019 (PNAD Contínua), 37,20% das pessoas idosas encontram-se inseridas nas estatísticas de analfabetismo.

Esse fato chama atenção para a questão que Oliveira (2009) sinaliza, quando afirma que os sistemas educacionais vêm, historicamente, centralizando um olhar essencialista voltado para a criança em detrimento dos jovens, adultos [e idosos], na medida em que a infância é vista como o tempo de aprendizagem e fase de desenvolvimento, enquanto o adulto é considerado pronto em seu processo de formação.

Nesse contexto, Gadotti (2014) citado por Fohrmann e Araújo (2019) ressalta que é preciso “respeitar o educando adulto, utilizando-se uma metodologia apropriada, que resgate a importância de sua biografia, da sua história de vida

e não a sua humilhação por uma metodologia que lhe nega o direito de afirmação de sua identidade, de seu saber, de sua cultura” (Fohrmann e Araújo, 2019, p. 149).

A expressão “Educação ao Longo da Vida” (ELV) passou a ser utilizada mundialmente a partir dos trabalhos executados na Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação criada pela UNESCO por volta de 1972, no entanto, há registros de seu uso em 1919 em um documento intitulado Lifelong Education, Education for Life, no qual se debatia a formação vocacional dos operários (Gadotti, 2016). A noção de “Educação ao longo da vida” se associa a ideia de “Educação Permanente”, com a integração de todas as formas, expressões e momentos do ato educativo.

Ao longo dos anos, principalmente a partir da década de 70, têm-se uma reformulação no entendimento do que é “Educação ao longo da vida”, passando a ser fundamentada em quatro pilares: aprender a aprender, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a ser (Delors, 2003). A educação ao longo da vida deve, portanto, romper as estruturas da educação formal

e caminhar além, seguindo desta forma o que propõe o Estatuto da Pessoa Idosa no artigo Art. 25 “As instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância, constituídos por atividades formais e não formais”.

### **Reflexões sobre o papel da Extensão Universitária**

A conjuntura demográfica do Brasil tem levado a conformação de inúmeros estudos sobre o processo de envelhecimento da população, proporcionando ambiente favorável para criação de programas de extensão que possibilitem o desenvolvimento de atividades que visem o resgate da autoestima, autonomia, cidadania e qualidade de vida. Esses programas foram desenvolvidos pautados no conceito de Extensão Universitária.

Segundo o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), “a Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade”. (FORPROEX, 2012, p. 28). A Extensão Universitária, conforme destaca o Plano Nacional de Extensão Universitária:

“[...] denota também prática acadêmica, a ser desenvolvida, como manda a Constituição de 1988, de forma indissociável com o Ensino e a Pesquisa, com vistas à promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social.” (FORPROEX, 2012, p. 28).

Nesse sentido podemos compreender a Extensão como uma política pública, que tem como umas das principais finalidades aproximar a Universidade da sociedade, como forma de promover e construir políticas alternativas e de rele-

vância social. Para tanto, a extensão estabelece e utiliza de uma relação dialógica para propor temáticas latentes à sociedade (Albrecht e Bastos, 2020). Em resumo:

[...] a extensão é reconhecida como importante vetor para o diálogo e proposição de ações para diferentes segmentos da sociedade. Atuando como canal de aproximação e oportunização para criação de cursos para formação, aprimoramento, dentre outros, e que consigam, por meio do diálogo, trazer demandas latentes na sociedade para dentro da Universidade, que aproximem e prezem pela indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão (Albrecht e Bastos, 2020, p. 66).

É a partir do entendimento descrito acima que se propôs a criação da Universidade Aberta Intergeracional na Uema, com projetos de cunho educativo, cultural e científico, na perspectiva de viabilizar uma relação transformadora entre instituição, universidade e sociedade.

### **A Universidade aberta intergeracional – UNABI/UEMA**

O Programa Universidade Aberta Intergeracional – UNABI/UEMA foi criado pela Resolução 1192/2016 – CEPE/UEMA em 04 de abril de 2016 sob a coordenação da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis – PROEXAE, com a finalidade de promover ações de caráter pedagógico, científico, social e cultural ao público de Pessoas Idosas do estado do Maranhão.

Como ação extensionista, está organizada na perspectiva de promover uma educação dialógica, que estimule a pessoa idosa para o desempenho positivo, autônomo, independente e responsável de seu processo de ensino e aprendizagem. Para além do viés educacional, considera em seu bojo, ações de cunho cultural e de bem-estar, buscando a plena formação deste público.

Ao longo dos seus oito anos de existência, contou com a contribuição de inúmeros professores e alunos para o desenvolvimento de um leque de atividades ofertadas a pessoas com idade a partir de 60 anos. Pode-se destacar nesse in-

terim os cursos de formação continuada: Educação para o Envelhecimento; e Alfabetização, Letramento e Inclusão Digital, com carga-horária de 260h e abrangência nos 20 campi da Universidade.

Ambos os cursos já contemplaram mais de 500 cursistas, com a oferta inclusive, de uma turma de Educação para o Envelhecimento na modalidade EaD no ano de 2021, período pós-pandêmico. Este foi considerado um grande desafio para a instituição dado o seu caráter diferenciado ao que é comumente ofertada a pessoa idosa. Apesar dos entraves tecnológicos e aqueles próprios da ausência de interação física, o resultado foi tido como positivo, em virtude notadamente, da conclusão de 70% dos inscritos, de 19 municípios maranhenses.

Destaca-se ainda no âmbito da Unabi, o Projeto Coral Vozes da Unabi, criado no mesmo ano de aprovação do Programa. De caráter educativo, artístico e cultural, o coral conta atualmente com a participação de aproximadamente 40 coralistas, entre homens e mulheres com idade a partir dos 55 anos. Durante esse período participou de festivais nacionais e internacionais, sendo reconhecido em todo o estado do Maranhão.

Sob o ponto de vista da saúde, lazer e bem-estar, a PROEXAE viabilizou em 2023 uma parceria com a Secretaria Municipal de Desportos e Lazer para a criação de um polo do Programa São Luís Saudável em um dos campi da UEMA, tendo em vista à conjugação de esforços com o Programa Universidade Aberta Intergeneracional. O Projeto objetiva promover o bem-estar físico, mental e social da pessoa idosa por meio da atividade física, estimulando novos hábitos e cuidados preventivos.

Todos esses projetos foram pensados e articulados partindo do entendimento de que a inserção de pessoas idosas em programas educativos, além de representar uma oportunidade de aquisição e atualização de conhecimentos, também possibilita o diálogo com pessoas da mesma faixa etária, promovendo a socialização e, muitas vezes, a ressignificação desta fase da vida (Viana, 2020).

## Considerações finais

A experiência obtida durante os anos de Programa revelam a importância da ação da extensionista enquanto prática atenta às necessidades da sociedade. Isso porque não é possível fazer extensão sem olhar para o local, para a realidade que circunda a Universidade, sem olhar para as demandas de um mundo globalizado e em constante transformação.

Assim, entende-se o Programa Unabi como uma iniciativa relevante e necessária no âmbito das políticas inclusivas, constituindo-se num espaço de convivência interativa, proporcionando a pessoa idosa, incentivo e motivação para uma velhice mais digna e prazerosa. Ao promover atividades socioeducativas e intergeracionais voltadas à longevidade, protagonismo e qualidade de vida, a UNABI vai concretizando, pelo menos em parte, os objetivos da Extensão.

Este artigo tem a intenção, portanto, de estimular novas discussões envolvendo essa temática, na perspectiva de suscitar outros olhares e experiências que possam agregar na prática de outras instituições, considerando que ainda é preciso avançar em muitas outras questões para que se atinja uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade ao longo da vida de todos, conforme preconização Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de número 4.

## Referências

- ALBRECHT, E.; BASTOS, A. S. A. M. Extensão e sociedade: diálogos necessários. *Revista em Extensão*, Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 54–71, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/53428>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos (217 [III] A).
- BICUDO, M. A. V. Pesquisa qualitativa: significados e a razão que a sustenta. *Pesquisa qualitativa: SE/PQ*, v. 1., n. 1, 2001. Disponível em: <https://editora.sepq>.

org.br/index.php/rpq/article/view/7. Acesso em: 30 mar. 2024

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n.º 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.741.htm#:~:text=LEI%20No%2010.741%2C%20DE%201%2C%20BA%20DE%20OUTUBRO%20DE%202003.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20do%20Idoso%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Ancias.&text=Art.,a%2060%20\(sessenta\)%20anos](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm#:~:text=LEI%20No%2010.741%2C%20DE%201%2C%20BA%20DE%20OUTUBRO%20DE%202003.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20do%20Idoso%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Ancias.&text=Art.,a%2060%20(sessenta)%20anos)>. Acesso em: 12 fev. 2024

DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 8. ed. São Paulo/ Brasília: Cortez/MEC, 2003.

FOHRMANN, Ana Paula Barbosa; ARAÚJO, Luana Adriano. O Direito à Educação ao Longo da Vida no Art. 25 do Estatuto do Idoso. Revista Estudos Institucionais, v. 5, n. 12, p. 147-170, 2019.

FORPROEX. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus:

FORPROEX, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-deExtens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>

GADOTTI, Moacir. Educação Popular e Educação ao longo da vida. In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Coletânea de textos CONFINTEA Brasil+6: tema central e oficinas temáticas. Brasília: MEC, 2016. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo 2022, Brasília, DF, 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. Texto 1 – Educação de jovens, adultos e idosos. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação à distância. Educação ao longo da vida. Ano XIX, nº 11. Brasília: MEC, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. Marco de Ação de Belém. Brasília, DF, 2010.



**UNITAU**  
Universidade de Taubaté